

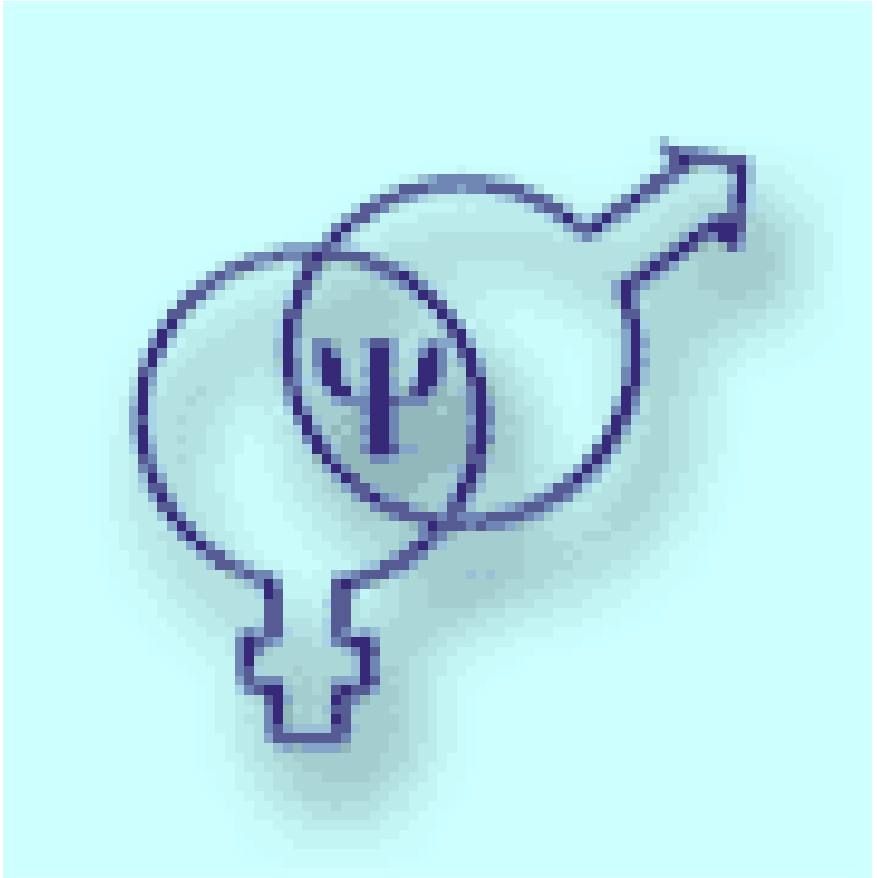
XIV (1): 2011

ISSN 1980 – 6124

Editor-Chefe Oswaldo M. Rodrigues jr.

Co-editores Angelo A. Monesi e Carla Zeglio

Terapia Sexual
Clínica, pesquisa
e aspectos psicossociais



Terapia Sexual

Clínica, pesquisa
e aspectos psicossociais



Instituto Paulista de Sexualidade
Volume XIV – número1 – janeiro a junho de 2011.
ISSN 1980-6124

Expediente

Terapia Sexual – clínica, pesquisa e aspectos psicossociais é órgão oficial de divulgação científica do Instituto Paulista de Sexualidade (InPaSex).

Indexada no Índice Psi Periódicos, BVS Psicologia e **Periódica** (base de dados bibliográfica de revistas de ciências y tecnología); **Latindex**;

Apoio institucional: FLASSES – Federação Latino-Americana de Sociedade de Sexologia e Educação Sexual.

Editor-Chefe: Oswaldo Martins Rodrigues Jr.

Co-Editores: Ângelo A. Monesi e Carla Zeglio

Conselho Editorial:

Carlos da Ros - UFRS-FFFCMPA – Departamento de Urologia

Elaine Catão - UNISÃO PAULO – Departamento de Psicologia

Ernani Rhoden - UFCSPA – Departamento de Urologia

Gilda Fuchs - UFBA – Faculdade de Medicina – Departamento de Psiquiatria

Hugues França Ribeiro - UNESP – Departamento de Psicologia Educacional

João Benévolo Xavier Neto - UFRN – Departamento de Medicina

Lucia Pesca - ABEIS – clínica privada

Maria Alvers de Toledo Bruns (USP-SP)

Maria do Carmo Andrade e Silva – SBRASH – clínica privada

Mauro Cherobim - UNESP - Departamento de Antropologia

Paulo C. Kautz – Universidade Regional Integrada – Erechim (RS) - Departamento de Psicologia

Paulo César Ribeiro Martins - UPF – Departamento de Psicologia

Sérgio J. Almeida - FAMERP – Departamento de Urologia

Conselho Editorial internacional:

Alma Aldana (México)

Andrés Flores Colombino (FLASSES - Uruguai)

Antonio León Rodriguez (Universidad Cristiana Latinoamericana – Dep. Psic. – Quito, Equador)

Antonio Pacheco Palha (Univ. do Porto, Portugal – Departamento de Psiquiatria)

Bernardo Useche (Un. Texas, USA – Departamento de Psicologia)

Carlos Pol Bravo (Espanha – Colômbia)

Eduardo Alfonso Aguirre Sandoval (Ben. Univ. Autonoma de Puebla – MX – Dep. de Psicologia)

Eusébio Rúbio Auriolos (WAS, FEMEES, México)

José Manuel González (Universidad Simon Bolivar, Colômbia – Departamento de Psicologia)

Juan José Borrás (Espanha)

Marisalva Fernandes Fávero (Instituto Superior da Maia, Portugal, Departamento de Sexologia)

Maura Villasanti (Universidad Católica, Paraguai – Departamento de Psicologia)

Myriam Calero (Uruguai – psiquiatra – clínica privada)

Pedro Nobre (Universidade de Trás dos Montes – Portugal – Departamento de Psicologia)

Roberto Rosenzvaig (Univ. Diego Portales, Chile – Departamento de Psicologia)

Rodolfo Rodrigues Castelo (Univ. de Guayaquil, Equador – Departamento de Psiquiatria)

Ilustração da Capa: Solange Gaspar

Endereço de correspondência, redação e informações:

Instituto Paulista de Sexualidade

rua Atalaia, 195 – Perdizes

01251-060 – São Paulo-SP

Brasil

Fone: 55-11-3662-4542 – fax 55-11-3662-3139

e-mail: inpases@uol.com.br / oswrod@uol.com.br / <http://www.inpases.com.br>

Normas para aceitação dos originais - português

Terapia Sexual – clínica, pesquisa e aspectos psicossociais é órgão oficial de divulgação científica do **Instituto Paulista de Sexualidade (InPaSex)** e visa a publicação de artigos relacionados à Terapia Sexual, enquanto prática específica de atuação no campo da saúde emocional e social.

A periodicidade da revista é semestral, com edições nos meses de agosto e fevereiro de cada ano.

Serão aceitos artigos originais não comprometidos com outras publicações em território brasileiro.

A revista foi concebida de forma a permitir aos profissionais que atuam em terapia sexual terem material publicado que os oriente sobre questões concernentes a sua prática clínica.

São aceitos artigos em língua portuguesa e espanhola, visando um mundo científico mais amalgamado na América Latina.

Critérios para aceitação dos originais.

Os artigos devem encaixar-se nas modalidades previstas pela editoria e enviados em disquetes ou anexados em *e-mail* em programas de edição de texto de plataforma *windows*. O artigo recebido deve vir acompanhado de carta com a solicitação de apreciação e publicação e cessão de direitos autorais à revista **Terapia Sexual – clínica, pesquisa e aspectos psicossociais**.

A seleção dos artigos fica a cargo da **Comissão Editorial**, formada pelo editor-chefe e pelos co-editores, segundo critérios científicos e de adequação à proposta da revista. O **Conselho Editorial** opinará sobre os artigos a serem publicados por meio de dois membros a cada artigo enviado. Os membros do Conselho, após exame do artigo, opinarão sobre a possibilidade de publicação e possíveis ou necessárias modificações de conteúdo. A editoria da revista não se compromete a devolver quaisquer materiais enviados com o objetivo de publicação. Uma vez recusado o artigo, os autores serão avisados das razões do veto da **Comissão Editorial** e do **Conselho Editorial**. A **Comissão Editorial** reserva-se o direito de solicitar modificações ao artigo visando a publicação, seja por questões de inserção gráfica, extensão do texto ou conteúdo; no caso de discordância dos autores o artigo não será publicado.

Os artigos podem ser incluídos nas seguintes seções:

- Artigos Opinativos
- Artigos de Revisão de Literatura
- Aplicativos de Teorias
- Artigos de Pesquisas
- Históricos de Casos
- Comunicações Breves
- Resumos Comentados de artigos publicados em outros periódicos

Os artigos devem conter um **resumo** de no máximo 200 palavras. Este resumo deve ser preferencialmente também ser apresentado vertido para a língua inglesa.

Quanto às referências, usar o esquema autor(a)/ano no decorrer do texto. Ao final, seguir esquema: autor(es). (ano): Título. Cidade, Editora. Exemplos:

RODRIGUES JR. Oswaldo M. (2001): **Aprimorando a saúde sexual**. São Paulo, Summus.

CASILLA, Valeriano M. (2003): Roma falou... e algumas questões da sexualidade. In: **Terapia Sexual**, VI(2):51-59.

Endereço pra encaminhamento dos originais:

Instituto Paulista de Sexualidade

rua Atalaia, 195 – Perdizes

01251-060 – São Paulo-SP

Brasil.

Ou inpases@uol.com.br

Oswaldo M. Rodrigues Jr.
Editor Chefe

Normas para aceptar originales – español

Terapia Sexual – clínica, pesquisa e aspectos psicosociais és el órgano oficial de divulgación científica del **Instituto Paulista de Sexualidad – InPaSex**.

Tiene como objetivo la publicación de artículos relacionados con la Terapia Sexual, como práctica específica de actuación en el campo de la salud emocional y social.

La periodicidad de la revista será semestral, con ediciones en los meses de febrero y agosto de cada año.

Se aceptan artículos originales no comprometidos con otras publicaciones dentro del territorio brasileño.

La revista fué pensada de modo a permitir que los profesionales que actúan en terapia sexual tengan material publicado que les oriente sobre algunas cuestiones concernientes a su práctica clínica.

Se aceptan artículos en portugués y español, objetivando un mundo científico más amalgamado con América Latina.

Criterios para aceptar originales

Los artículos deben encajarse en las modalidades previstas por el editorial y enviados en discos o anexados en e-mail, en programas de edición de textos de plataforma windows. El artículo recibido debe venir acompañado de carta solicitando análisis y publicación, bien como cesión de derechos autorales a la revista Terapia Sexual – clínica, pesquisa e aspectos psicosociais.

La selección de los artículos queda a cargo de la **Comisión Editorial**, compuesta por el editor-jefe y por los co-editores, de acuerdo con criterios científicos y de adecuación a la propuesta de la revista. El **Consejo Editorial** opinará sobre los artículos a publicar por medio de dos miembros para cada artículo enviado. Los miembros del Consejo, después de examinar el artículo, opinarán sobre la posibilidad de publicación.

El editorial de la revista no se compromete a devolver cualquier material enviado para publicación. Una vez recusado, los autores serán comunicados de las razones del veto de la Comisión Editorial y del Consejo Editorial. La Comisión Editorial se reserva el derecho de solicitar modificaciones al artículo para publicación. Si los autores no están de acuerdo con las modificaciones solicitadas, el artículo no será publicado.

Los artículos pueden ser incluirse en las siguientes secciones:

- Artículos Opinativos
- Artículos de Revisión de Literatura
- Artículos de Teorías
- Artículos de Pesquisas
- Históricos de Casos
- Comunicaciones Breves
- Resúmenes Comentados de artículos publicados en otros medios.

Los artículos deben contener un resumen de, al máximo, 200 palabras. Este resumen debe ser presentado también en inglés.

Cuanto a las referencias citadas, debe ser usado el esquema: autor(a)/año en el decorrer del texto. Al final, seguir el esquema: autor(es). (año): Título. Ciudad. Editora.

Ejemplo:

RODRIGUES JR., Oswaldo M. (2001): **Aprimorando a saúde sexual**. São Paulo, Summus.

CASILLAS, Valeriano M. (2003): Roma falou... e algumas questões da sexualidade. In: **Terapia Sexual**, VI(2):51-59.

Dirección para enviar originales:

Instituto Paulista de Sexualidade

rua Atalaia, 195 – Perdizes

01251-060 – São Paulo-SP

Brasil

o a la dirección eletrónica: inpasex@uol.com.br

Atentamente,
Oswaldo M. Rodrigues Jr.
Editor Chefe

Índice

Editorial	09
Editora convidada – Profa. Dra. Marisalva Fávero	
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: CRENÇAS, OPINIÕES E ATITUDES DOS ADOLESCENTES, PAIS E PROFESSORES - Marisalva Fávero, Neide Feijó, Júlia Andreia de Almeida Magalhães, Maria Isabel Lemos Jesus Santos, Ana Luísa de Oliveira Rodrigues Bezerra	11
ATITUDES DOS PROFESSORES E EDUCADORES FACE À IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA - Marisalva Fávero, Joaquim Moreira Meneses, Helena Bilimória	37
A RELEVÂNCIA ÉTICA E RELIGIOSA PARA UMA EDUCAÇÃO SEXUAL INTEGRAL - Marisalva Fávero, Joaquim Paulo Ferreira Costa, Helena Bilimória	57

Editorial

Os trabalhos que integram esta edição da revista Terapia Sexual, da qual sou a editora convidada, são o resultado de investigações realizadas no âmbito da Pós-graduação em Educação sexual no Instituto Piaget de Gulpilhares e do Mestrado em Sexologia no ISMAI (Instituto Superior da Maia), em Portugal.

Inserem-se na perspectiva que temos vindo a defender, da Sexualidade:

- Primeiro, como deslocalizada dos genitais e da reprodução e, por conseguinte, é de todo o corpo e de todos os grupos humanos, e com finalidades variadas;
- Segundo, da Educação Sexual, ou Orientação Sexual, como se diz no Brasil, como um espaço privilegiado para possibilitar à todas as crianças e jovens uma educação sobre a sexualidade, de forma a que eles e elas possam se tornar adultos/as sexualmente saudáveis.

Também ilustram a nossa participação no debate científico sobre a noção de que a prevenção é desnecessária quando se aplica a Educação Sexual de forma rigorosa, planificada, sistemática, pensada por ciclos e por etapas de desenvolvimento, inclusiva e realizada por profissionais com formação específica em sexualidade.

Se a Educação é formal, mas também informal, os programas de Educação Sexual devem estar pensados para incluir pais, mães e professores. Mais do que isto, estes programas deveriam abranger todos os profissionais do universo pediátrico e jovem. É neste sentido que incluímos, nesta edição, os estudos "gravidez na adolescência: crenças, opiniões e atitudes dos adolescentes, pais e professores" e "atitudes dos professores e educadores face à implementação da educação sexual".

Reconhecemos a influência que a cultura judaico-cristã tem exercido na vivência da sexualidade e o estudo sobre "A relevância ética e religiosa para uma Educação sexual integral", realizado com jovens do nível secundário, apresenta dados importantes deste grupo etário sobre a relação entre religião católica e as expressões da sexualidade.

Esperamos que esta contribuição seja de utilidade para toda comunidade científica, mas em especial para os/as profissionais que trabalham na área da saúde, da docência e da sexualidade.

E para finalizar, deixamos o nosso apelo no sentido de que a Educação Sexual, que atrás defendemos, seja um tema permanente da agenda política de todos os países.

Marisalva Fávero

Editora convidada

Psicóloga (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil).

Doutorado em Psicologia, na Universidad de Salamanca, Espanha, no programa "Sexualidad, pareja y familia".

Docente no ISMAI (Instituto Superior da Maia), Portugal.

Investigadora na UNIDEP (Unidade de Investigação em Psicologia) do ISMAI e no CINEICC (Centro de Investigação do Núcleo de Investigação e Intervenção Cognitivo-Comportamental) da Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra, Portugal.

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: CRENÇAS, OPINIÕES E ATITUDES DOS ADOLESCENTES, PAIS E PROFESSORES

TEENAGE PREGNANCY: BELIEFS, OPINIONS AND ATTITUDES OF ADOLESCENTS, PARENTS AND TEACHERS

EMBARAZO EN LA ADOLESCENCIA: CREENCIAS, OPINIONES Y ACTITUDES DE LOS ADOLESCENTES, PADRES, MADRES Y PROFESORES

Marisalva Fávero¹Neide Feijó²Júlia Andreia de Almeida Magalhães³Maria Isabel Lemos Jesus Santos⁴Ana Luísa de Oliveira Rodrigues Bezerra⁵

RESUMO

A gravidez na adolescência pode ser definida como toda a gestação que ocorre durante os primeiros anos de idade ginecológica e/ou quando a adolescente mantém a total dependência social e econômica da família parental. Atualmente, a maioria das grávidas adolescentes está na escola e a gravidez não foi planejada, ou foi projetada com base em ideias erradas de maternidade e/ou paternidade (König et al, 2008). A problemática da gravidez na adolescência tem sido alvo de uma investigação constante, no entanto, os dados obtidos destas investigações baseiam-se nas consequências, nos fatores que propiciam ou que podem ser protetores deste fenômeno. Tendo como objetivo conhecer as opiniões, crenças e atitudes dos pais e mães, adolescentes e professores/as face à gravidez na adolescência, foram realizadas entrevistas semidirigidas. Estas foram submetidas à análise de conteúdo, e agrupadas em metáforas à partir de uma classificação proposta por 4 juízes. Encontramos as seguintes metáforas: Pais e Mães i) "Gravidez na adolescência é problema"; ii) "Desistir da escola é um erro"; iii) "O elo mais fraco é a mulher"; iv) "Quem está na chuva pode molhar-se"; v) "Responsabilidade e informação nunca são de mais"; Adolescentes i) "Quem engravida na adolescência é digno de pena"; ii) "Cada coisa no seu tempo"; iii) "Vês o que acontece quando fazes coisas erradas"; iv) "A gravidez estraga a adolescência (presente) e o futuro"; v) "Gravidez é o abandono do pai do bebé/companheiro"; vi) "Mais vale prevenir"; Professores: i) "A grávida adolescente merece solidariedade"; ii) "Gravidez

¹ Instituto Superior da Maia; UNIDEP; CINEICC/Porto/Portugal

² Instituto Piaget/Porto/Portugal

³ Instituto Piaget/Porto/Portugal

⁴ Instituto Piaget/Porto/Portugal

⁵ Instituto Piaget/Porto/Portugal

Endereço para correspondência: mfavero@ismai.pt

na adolescência (não) combina com ir à escola; iii) "Tudo tem o seu tempo"; iv) "Elas pensam que já sabem tudo"; v) "A atividade sexual é parte de um desenvolvimento Saudável".

Palavras-chave: gravidez na adolescência; atitudes; pais; professores; educação sexual

SUMMARY

Teenage pregnancy can be defined as any pregnancy that occurs during the first years of gynecological age and / or when the teenager has the full social and economic dependence of the parental family. Currently, the majority of pregnant teenagers are in school and pregnancy was not planned or designed based on misconceptions of maternity and / or paternity (Koenig et al, 2008). The issue of teenage pregnancy has been a target of ongoing research, however, the data obtained from these investigations are based on the consequences, the factors that favor or can be protective. Aiming at the views, to know beliefs and attitudes of parents, teenagers and teachers toward teenage pregnancy, semi-structured interviews were conducted. These were subjected to content analysis, and grouped into a metaphor from the classification proposed by four judges. We found the following metaphors: Fathers and Mothers i) "Teenage pregnancy is a problem" ii) "Giving up the school is a mistake"; iii) "The weakest link is the woman"; iv) "Who's in the rain can getting wet "; v) "Responsibility and information are never more"; Teens i) "Who gets pregnant in adolescence is to be pitied"; ii) "Everything in its time"; iii) "See what happens when you do wrong things"; iv) "the teenage pregnancy ruins the adolescent's (present) and future "; v) " Pregnancy is the abandonment of the baby's father/partner"; vi) "It is better to prevent"; Teachers: i) "the pregnant teen deserves solidarity"; ii) "teenage pregnancy (not) match to go to school; iii) "everything has its time"; iv) "they think they know everything"; v) "sexual activity is part of a healthy development".

Keywords: teenage pregnancy, attitudes, parents, teachers, sex education

RESUMEN

El embarazo en la adolescencia puede ser definida el que se produce durante los primeros años de la edad ginecológica y / o cuando el adolescente tiene la total dependencia social y económica de de su familia. En la actualidad, la mayoría de las adolescentes embarazadas están en la escuela y el embarazo no fue planeado o diseñado en base a conceptos erróneos de la maternidad y / o paternidad (Koenig et al, 2008). El tema del embarazo adolescente ha sido objeto de mucha investigación, sin embargo, los datos obtenidos de estas investigaciones se basan en las consecuencias, en los factores que favorecen o que

pueden tener un efecto protector de este fenómeno. Con el objetivo de conocer las opiniones, creencias y actitudes de los padres, los adolescentes y los maestros / as hacia el embarazo en la adolescencia, se llevaron a cabo entrevistas semi-estructuradas. Estas fueron sometidas a análisis de contenido, y agrupadas en metáforas a partir de la clasificación propuesta por cuatro jueces. Hemos encontrado las siguientes metáforas: padres y madres, i) "El embarazo adolescente es un problema", ii) "Dejar la escuela es un error", iii) "El eslabón más débil es la mujer", y iv) "¿Quién está en el lluvia puede mojarse", v) "La responsabilidad y la información nunca es demasiado"; Adolescentes: i)"Quién se queda embarazada en la adolescencia es digno de lástima" ii)" Todo a su tiempo ", iii) "Mira lo que sucede cuando tú haces algo errado", iv) "el embarazo estropea la adolescencia (presente) y el futuro", v) "El embarazo significa ser abandonada por padre del bebé/pareja ", vi) "Más no da prevenir"; Profesores: i) "la adolescente embarazada merece solidaridad", ii) "el embarazo adolescente (no) juega con ir a la escuela, iii) "todo a su tiempo", iv) "Ellos piensan que lo saben todo", v) "la actividad sexual es parte de un desarrollo saludable ".

Palabras clave: embarazo adolescente, actitudes, padres, madres, profesores, educación sexual

ADOLESCÊNCIA, SEXUALIDADE E GRAVIDEZ⁶

A adolescência pode ser definida como um marco que fixa o momento da reaceleração do crescimento e provém da palavra *adolescere* que significa crescer, desenvolver-se (Harris & Emberley, 1994).

Com o evoluir da civilização, os rituais de passagem da infância para adulto esbateram-se e surgiu a necessidade de criar e reconhecer um período que simbolizasse esse ritual, um período moratório, que permitisse à criança entrar progressivamente no mundo adulto (Galland, 2003).

Freud defendeu que a adolescência é um período de turbulência que surge devido às necessárias transformações dos padrões psicológicos que facilita o estabelecimento de relações sexuais saudáveis e maduras na vida adulta (Sprinthall & Collins, 2003). Erikson (1972), sem abandonar a teoria psicanalítica, muda o foco para a questão da identidade e das crises do ego, sempre sustentado pelo contexto sócio-cultural. A resolução positiva da crise resulta em um ego mais fortalecido. Neste sentido, na adolescência espera-se que do confronto entre forças sociais e individuais, resulte a estabilização da identidade e não a confusão.

A Revolução Industrial desencadeou enormes alterações a nível social em muitas vertentes. O êxodo massivo a que se assistiu modificou a

⁶ Para uma maior fluidez da leitura optamos por excluir as denominações genéricas (os/as) entendendo-se incluídos todos os gêneros.

matriz rural e urbana da época e fê-lo para sempre. Por outro lado, a industrialização da produção de bens implicou uma maior formação técnica e intelectual, alargando-se a idade escolar e obrigando ao aumento da permanência da criança no seio familiar por períodos cada vez mais longos.

A escolaridade prolonga-se e os pais deixam de ter o poder de decidir a vida dos filhos. O trabalho deixa de pertencer à esfera do privado e passa para a esfera pública, sobretudo com o aparecimento do ensino técnico-profissional. A autoridade paterna torna-se flexível e transfere-se para as escolas as funções socializadoras (Shorter, 2004). A escola passa, então a ser, "lugar de transmissão das regras sociais e culturais do mundo dos adultos, os adolescentes são ali formados conforme os modelos impostos pelos adultos e só no fim dessa aprendizagem adquirem o direito de entrar no mundo dos homens" (Áries as cited in Almeida, 1987, p.15).

Quando surge um termo novo é necessário que exista um consenso para se adquirir unanimidade na sua definição. Assim, a Organização Mundial de Saúde, em 1984, define a adolescência como um período da vida em que se processa a transição da infância para a idade adulta e que se caracteriza pelo esforço em alcançar as metas relacionadas com as expectativas do meio cultural e pelo desabrochar do desenvolvimento físico, mental, emocional e social; estabelecendo para a adolescência o período dos 10 aos 19 anos com 2 fases distintas: a primeira dos 10 aos 14 anos; a segunda dos 15 aos 19 anos.

A Comissão Nacional de Saúde Infantil reconhece, desde 1993, também esta definição para ser usada em Portugal.

A adolescência é uma etapa da vida que envolve mudanças profundas nas várias áreas do desenvolvimento fisiológico, psicológico, emocional, cognitivo e social (DiClemente et al., 2001; Omar, McElderry & Zakharia, 2003).

É consensual que a adolescência consiste na passagem da infância, caracterizada pela dependência das figuras de autoridade, para a idade adulta, através do crescer psicológico, autonomia e independência (Carvajal, 1998).

A família vai perdendo gradualmente a sua importância, o adolescente passa a centrar-se no grupo de pares e surgem os conflitos intergeracionais (pais/filhos). Este é o caminho que os adolescentes tomam para a definição da sua identidade pessoal, que se pode caracterizar por períodos de maior ou menor conflituosidade. Apesar desta separação aparente da família, o adolescente precisa que esta se mantenha na sua retaguarda como seu porto seguro, seu ponto de apoio nas situações de maior dificuldade (Alferes, 1997).

É nesta etapa da vida que construímos igualmente os valores sociais e passamos a interessar-nos por problemas éticos e ideológicos. Segundo Kohlberg (1981), é na adolescência que começamos o confronto dos valores familiares com as suas construções sobre o mundo. Pode-se

dizer que é deste confronto que resulta a sua autonomia. Ao mesmo tempo, avalia as regras e convenções sociais para ou acatá-las ou a desobedecê-las (Kohlberg, 1981).

As primeiras relações afetivas esboçam-se embora superficiais e fugazes (Fávero, Cardoso, Andrade & Himmel, 2007), nas quais podem surgir relações sexuais com ou sem preocupações relacionadas com as infecções sexualmente transmissíveis e as gravidezes não desejadas. O risco aumenta quando estas primeiras relações coitais são associadas ao uso drogas ou álcool.

Assistimos, atualmente, a legitimação da liberdade sexual que abre um novo universo sobre relações sexuais, aprofundando e ampliando o leque de experimentação sexual na adolescência. Assim, é crucial que os adolescentes aprendam a estruturar e relacionar os códigos que regulam a interação sexual entre pares e as suas implicações (Brandão, 2009).

A publicidade, o cinema, a arte transmitem a imagem de que a atividade sexual é banal, que procura a quantidade e não a qualidade, que procura o prazer imediato, que não valoriza laços, afetos, obrigações ou partilha. Esta é a visão que a sociedade transmite diariamente aos jovens com imagens da sexualidade, do prazer e da satisfação dos desejos desprovido de laços, afetos, proximidade e partilha (König, Fonseca & Gomes, 2008).

Gravidez na adolescência

A gravidez na adolescência pode ser definida como toda a gestação que ocorre durante os primeiros anos de idade ginecológica e/ou quando a adolescente mantém a total dependência social e económica da família parental (Silber, 1992).

Este fenómeno está longe de ser recente, muitas das nossas avós foram mães em idades precoces, mas tal facto tem que ser inserido na sua perspectiva histórica e cultural. No passado, a perspectiva de vida para a maioria das mulheres era casar e ter filhos e eram educadas nesse sentido. A grande maioria das grávidas adolescentes dos nossos dias está na escola e a gravidez não foi planejada ou foi projetada com base em ideias erradas de maternidade e/ou paternidade (König et al., 2008).

Sendo a gravidez um período de importantes alterações, exige que a mulher proceda a uma integração e remodelação da personalidade, bem como a reorganização dos seus papéis. Neste sentido, é essencial salientar que as expectativas e atitudes da futura mãe face à gravidez se vão traduzir em comportamentos que se revelam determinantes na forma como vivencia esta fase, e que lhe permitem uma melhor ou pior adaptação (Xavier, 2000).

Apesar de ser um processo fisiológico, a gravidez reveste-se de algumas especificidades que têm particular destaque no seu desenvolvimento normal. König e colaboradores (2008) referem três

grandes etapas de crise na vida da mulher, nomeadamente: a adolescência; a gravidez; o climatério.

As adolescentes estão a passar por um período de mudança hormonal, psicológico e físico, e todo o seu sistema orgânico e psicológico vê-se invadido por mais hormonas e mais complicações físicas e psíquicas induzidas pela gestação. Pode-se então afirmar que a gravidez na adolescência é uma crise que se sobrepõe à crise da adolescência. (Romero, Maddaleno, Silber, & Munist, 1991).

Sendo esta problemática tão relevante, pelos custos económicos e sociais que acarretam, e sendo a educação sexual já legislada e a ser aplicada nas escolas, é pertinente refletir sobre os fatores que levam as adolescentes a engravidar.

Fatores etiológicos da gravidez na adolescência

A gravidez na adolescência pode ser explicada por vários fatores etiológicos (eg. Amazarray, Machado, Oliveira, & Gomes, 1998):

a) Fatores biológicos: A idade da menarca é um fator determinante na capacidade reprodutiva, sendo um marco importante na definição da entrada na adolescência.

No último século, a menarca tem sofrido alterações e tem-se adiantado entre 2-3 meses por década, diminuindo dos 15 anos de idade para os 12 anos, aproximadamente; assim os adolescentes são mais férteis com uma idade menor.

b) Fatores psicossociais: A alteração da idade da menarca é um fator biológico que se faz acompanhar de atitudes e comportamentos face ao sexo oposto, podendo conduzir, de uma forma mais precoce, ao exercício da sexualidade. Os fatores psicossociais que acompanham a modernização e a sua influência nos papéis pessoais e familiares são responsáveis por algumas contradições: por um lado, as características biológicas permitem a precocidade da reprodução e, por outro, a sociedade retarda a idade em que se considera o indivíduo adulto, com direitos e deveres. Este conjunto de elementos leva ao aumento do período de exposição ao risco de gravidez fora da idade socialmente aceite estabelecendo-se, assim, expectativas pouco realistas sobre o comportamento sexual dos adolescentes (Romero et al., 1991).

Estudos mostram que os comportamentos sexuais na adolescência são mais frequentes e precoces, e que nas primeiras relações sexuais os jovens não utilizam métodos anticoncepcionais eficazes para a prevenção da gravidez e das infeções de transmissão sexual (Abal et al., 2004). Uma das explicações prende-se com o facto da informação sobre a contraceção ser dissociada da prática. Os adolescentes consideram assim a possibilidade de uma infeção sexualmente transmissível ou de uma gravidez não desejada extremamente remota, por consequência do pensamento mágico que impera nesta fase. O imediatismo e a falta de controlo dos momentos de proximidade e de relações coitais parecem

coadjuvar o uso irregular e esporádico de contracepção (Benincasa, Rezende & Coniaric, 2008).

Apesar, de sua grande maioria não ser planejada, uma parte das gravidezes em adolescentes parece ser desejada e "planejada". Um mau funcionamento familiar pode predispor a uma atividade sexual prematura e uma gravidez pode ser vista como a possibilidade de sair de um ambiente "patológico", onde por vezes, a adolescente se sente ameaçada pela violência, alcoolismo e risco de incesto. Como fatores de risco associados à família estão descritos, também, a instabilidade familiar, a gravidez adolescente de uma irmã, mãe com história de gravidez adolescente e doença crônica de um dos pais (Amazarray et al., 1998; Romero et al., 1991).

A gravidez pode ser planejada/desejada em adolescentes com historial anterior de famílias disfuncionais, como tentativa de se superar aos pais, por atitudes positivas e errôneas sobre a maternidade e paternidade (Figueiredo et al., 2006).

Assim, a forma como a gravidez é perspectivada varia entre as adolescentes e pode diferir em muito da forma como os pais, educadores, professores e até profissionais a perspectivam. No entanto, é importante que seja acompanhada adequadamente uma vez que "deixando de ser criança, ainda não é adulta, de repente passa a ser mãe, é confrontada com uma perspectiva futura em que terá de lidar com tarefas adultas para as quais não se sente psicológica e socialmente preparada" (Lourenço, 1998, p.43).

A gravidez acarreta também uma série de problemas para a mãe adolescente a nível físico, psicológico e social. Não podemos esquecer que a adolescente não se encontra preparada para este evento de vida. A adolescente que engravida enfrenta determinadas tarefas desenvolvimentais, nomeadamente, a aceitação da realidade biológica da gravidez, a aceitação da realidade de uma criança que ainda não nasceu e a aceitação da realidade da maternidade.

Contextos Sociais da Adolescente Grávida: Família, Escola

A gravidez na adolescência representa um momento de crise no ciclo de vida familiar. Para a adolescente, a gravidez pode significar uma reformulação dos seus planos de vida e a necessidade de assumir o papel de mãe para o qual ainda não está preparada. Para os pais, tal experiência é marcada por sentimentos variados, tais como surpresa, decepção, raiva, culpa ou alegria, e também por questionamentos do tipo "por que isto aconteceu?", "onde foi que eu errei?", "será que dei liberdade de mais à minha filha?". Na verdade, a gravidez na adolescência denuncia, de um modo contundente, um fenómeno que costuma ser ignorado no ambiente familiar – a sexualidade do adolescente (Dias & Gomes, 1999).

As dificuldades para a grávida adolescente começam muito antes do nascimento da criança. Por norma o primeiro confronto é com a família e a aceitação ou não da gestação, que pode traduzir-se pela saída da adolescente de casa, ou pelo contrário pode ser um motivo de alegria e regozijo, dependendo da cultura, se a grávida estiver inserida na cultura cabo-verdiana ou cigana, por exemplo, a gravidez pode mesmo ser valorizada e a adolescente aumentar o seu estatuto familiar (Correia, 1995).

O mais comum na cultura ocidental é que os pais se mostrem desapontados, com vergonha e culpa uma vez que consideram que a "qualidade da sua educação é posta em dúvida pela gravidez extra conjugal" (Ziegel & Cranley, 1985, p.291).

A gravidez pode implicar uma reformulação dos planos de vida familiar, em que a adolescente não está preparada para assumir o papel de mãe. Assim, exige novas adaptações na estrutura e funcionamento familiar, na redefinição dos conceitos de adolescente, gravidez e expressão da sexualidade. A família, em geral, e os pais de forma particular tendem a tentar encontrar um sentido para a gravidez, que pode ser retrospectivo em relação às vivências da sexualidade, antes da gestação e prospectivo em relação às mudanças que se irão processar a partir da gestação, envolvendo três aspectos, a cultura, a família e a própria individualidade.

A escola, por sua vez, é uma organização social, que completa o papel educativo da família, particularmente no sentido da socialização, além de facultar um contexto vivencial de maior independência, autonomia e relacionamento com os outros sistemas pessoais (Soares, 1990).

A visão da escola não é consensual; se para uns a escola é fonte de alegria e felicidade, para outros é nela que reside à razão de inúmeros conflitos e humilhações, os quais residem, entre outros aspectos, no comportamento ou no desempenho escolar dos estudantes (Perrenoud, 2001).

De entre as muitas tarefas do professor, a função de complementaridade com os pais tem de ser assumida, dado que o comportamento escolar do aluno é influenciado pelo ambiente familiar, assim como o comportamento que este terá em casa passa pelo que viveu na escola (Teixeira, 2003).

Os professores confrontam-se frequentemente com situações onde pai e mãe manifestam atitudes, expectativas e práticas diferentes (Perrenoud, 2001). No entanto, e dado que a educação passa indubitavelmente pela escola, interessa compreender o que os pais pensam da educação dos seus filhos, não só da educação em geral mas, também, da educação escolar, sexual e moral (Oliveira, 1994). Somente conhecendo as perspectivas dos pais no âmbito da educação dos jovens,

se pode estabelecer uma efetiva parceria entre escola e família, onde cada um possa conhecer e assumir as suas responsabilidades.

Como é assinalada em Super (1990), a adolescência é por excelência o período para a exploração pessoal e do meio, em que o individuo se envolve num processo de exploração vocacional. Entre outros riscos, a ocorrência de uma gravidez nos jovens, poderá dificultar este processo de exploração, aumentando a probabilidade de realizar escolhas profissionais que não os satisfaçam futuramente.

O ESTUDO DAS ATITUDES, OPINIÕES E CRENÇAS FACE À GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

A gravidez na adolescência tem sido um tema amplamente estudada, ainda que a forma como esta é perspectivada pelos pais, colegas e professores, seja pouco desenvolvida.

Com o objetivo de conhecer as opiniões, crenças e atitudes dos pais e mães, adolescentes e professores/as relativamente à gravidez na adolescência, foram realizadas entrevistas semidirigidas, sendo que estas entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo, e agrupadas em metáforas à partir da classificação proposta por 4 juízes.

Segundo Lakoff e Johnson (2002), as metáforas refletem a compreensão da vivência diária. Este aspecto é, particularmente, relevante no âmbito dos discursos dos pais, colegas e professores que incorporam as expressões da sua vivência quotidiana em metáforas.

Com este recurso foram abordadas as seguintes questões: i) quais os sentimentos associados à gravidez na adolescência, mais precisamente, o que sentem quando veem uma adolescente grávida; ii) qual a opinião sobre a continuação do percurso escolar por parte das adolescentes grávidas e à manutenção da harmonia escolar; iii) qual os conhecimentos e opiniões sobre as consequências interpessoais decorrentes da gravidez na adolescência; iv) o que pensam os participantes sobre os motivos que levam uma adolescente a querer engravidar e v) o que pensam sobre a prevenção/educação sexual.

Optamos por uma amostra de conveniência, pela facilidade de contacto através do contexto profissional das investigadoras, com os pais dos adolescentes, estudantes e professores do programa de Saúde Escolar.

A amostra foi constituída por dois pais e três mães com filhos adolescentes, cinco adolescentes (1 rapaz e 4 raparigas) e um professor e 4 professoras, sendo critérios de inclusão que as adolescentes não tenham tido nenhuma gravidez, nem os pais e/ou os professores tenham tido situações de gravidez na adolescência deles próprios ou dos seus filhos e filhas.

A idade média dos participantes foi a seguinte: a dos pais é de 42,4 anos, em que o entrevistado mais jovem tinha 38 anos e o mais velho, 48 anos; a dos adolescentes é de 14,6 anos, em que o entrevistado

mais jovem tinha 14 anos e o mais velho, 15 anos e a dos professores é de 47,2 anos, em que o entrevistado mais jovem tinha 33 anos e o mais velho 47 anos.

A gravidez na adolescência não foi sempre tratada da mesma forma, estudos anteriores mostram que só a partir da década de 60 e 70 do século passado começam a ser documentadas as primeiras preocupações com este fenômeno, que surge com conotações de fator epidêmico e alarmante. Até então, a gravidez em idades adolescentes era comum, porque era esperado da mulher que casasse cedo e que tivesse filhos cedo. Esta nova "classificação" da gravidez na adolescência, como uma "epidemia", tornou-a alvo de aspectos preventivos, nos manuais clínicos da época, em que "...a adolescente grávida era submetida a procedimentos "metafóricos" que a constituíam como doença a ser prevenida. Nos anos 70 surgem as primeiras propostas de temática comunitária" (Reis, 1993, as cited in Resende & Fonseca 2008, p. 148).

Lakoff e Johnson (2002) defendem que utilizamos expressões linguísticas e quotidianas que refletem as nossas vivências e perspectivas de vida. Todos os indivíduos têm um sistema conceptual metafórico que influencia e é influenciado pelo nosso pensamento e comportamento e inevitavelmente as nossas ações. Neste sentido, destacam três principais categorias de metáfora:

-metáforas estruturais: definidas como as que permitem correlacionar conceitos com base no que se pretende realçar, mas não na sua totalidade.

- metáforas orientacionais: surgem das orientações espaciais entre os corpos com o meio ambiente (físicos e culturais).

- metáforas ontológicas: são formadas a partir da nossa experiência com os objetos físicos, tratando de modo perceptível o que não é físico.

A utilização de metáforas permite conseguir uma maior riqueza interpretativa dos discursos, uma vez que permite a exploração de expressões que apresentam, mais que uma concepção mental ou teórica, um impulso para a ação e comportamento.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Passaremos a apresentar os resultados do nosso estudo, sendo que optamos por dividir em metáforas dos pais e mães, metáforas dos adolescentes e metáforas dos professores. Para tal, assinalamos P para os excertos dos discursos dos pais e mães, C para o dos adolescentes e D para o dos professores, com o se pode ver pelo quadro 1.

PAIS (P)	ADOLESCENTES (C)	PROFESSORES (D)
1) "Gravidez na adolescência é problema"	1) "Quem engravida na adolescência é digno de pena"	1) "A grávida adolescente merece solidariedade"
2) "Desistir da escola é	2) "Cada coisa no seu	2) "Gravidez na

<p>um erro”</p> <p>3) “O elo mais fraco é a mulher”</p> <p>4) “Quem está na chuva pode molhar-se”</p> <p>5) “Responsabilidade e informação nunca são de mais”</p>	<p>tempo”</p> <p>3) “Vês o que acontece quando fazes coisas erradas”</p> <p>4) “A gravidez estraga a adolescência (presente) e o futuro”</p> <p>5) “Gravidez é o abandono do pai do bebé/companheiro”</p> <p>6) “Mais vale prevenir”</p>	<p>adolescência (não) combina com ir à escola</p> <p>3) “Tudo tem o seu tempo”</p> <p>4) “Elas pensam que já sabem tudo”</p> <p>5) “A atividade sexual é parte de um desenvolvimento Saudável”</p>
---	--	--

Quadro 1: Metáforas dos pais e mães, dos adolescentes e dos professores.

AS METÁFORAS RETIRADAS DOS DISCURSOS DOS PAIS (P)

A análise de conteúdo das entrevistas dos pais sobre a gravidez na adolescência foi traduzida por cinco metáforas:

1) “Gravidez na adolescência é problema”

Numa primeira análise dos discursos das entrevistas dos pais e mães os sentimentos que surgem quando se deparam com uma adolescente grávida são negativos e marcados por pena, preocupação e angústia: “*As pessoas não estão preparadas para a gravidez e para as consequências que advêm...*” (P3); “*...sinto que foi enganada, trapaceada pela situação e pela ingenuidade*” (P4); “*...vão ter que enfrentar um problema*” (P5).

Embora, *a priori*, a pena possa parecer um sentimento positivo, sentir pena de alguém pode refletir um sentimento de superioridade, de quem está numa condição superior à dele (Campo, 2009).

A gravidez na adolescência é sempre encarada como um problema e não como algo que seja ou possa ser positivo.

De acordo com Mendes (1998), a gravidez na adolescência não pode ser encarada como um problema *per si*, ainda que nas sociedades ocidentais seja esta a perspectiva dominante. No entanto, pode tornar-se um problema quando não há suporte familiar e social adequado que facilite e/ou permita a construção de laços que facilitem e favoreçam a adaptação dos adolescentes e a incorporação destas mudanças nas suas vivências.

2) “Desistir da escola é um erro”

No que respeita à continuidade do percurso escolar, é consensual nos discursos, que a adolescente grávida deve continuar a sua tarefa educativa, como é evidenciado pelas expressões: “*...não é impedimento para continuar a sua educação*” (P2); “*...não deve ser afastada da escola por estar grávida*” (P2); “*...se não continuarem na escola, estão a cortar*

as hipóteses de evoluir” (P3); “Desistir é um erro” (P4); “É essencial que continue e que a escola faça esforços para que assim seja” (P5).

Apesar deste consenso nos discursos dos participantes, os estudos parecem indicar que a gravidez precoce favorece o abandono escolar, contribui para o baixo grau de escolaridade e conseqüentemente empregos precários e mal remunerados (Almeida, Aquino, Barros, 2006; Figueiredo et al., 2006). De acordo com Altman (2005) “a adolescente ao engravidar vê-se criticada por parte de seus colegas, professores e diretores de turma o que também pode servir de reforço para que esta também deixe de frequentar a escola durante o período gestacional, e ainda, tenha dificuldades no seu retorno.” (as cited in Resende & Fonseca, 2008, p.13).

Ainda sobre este aspecto, os participantes consideram que a gravidez provoca uma desarmonia no ambiente escolar: “*pelo facto de não ser um acontecimento comum vai automaticamente interferir com a harmonia da escola*” (P1); “*pode interferir com a harmonia da escola, principalmente se estiver no final da gravidez porque é complicado ir às aulas*” (P2).

Havendo, no entanto, um participante que não partilha desta opinião: “*só se a escola o permitir, ou então tudo que é diferente deveria deixar de frequentar a escola?*” (P5).

Algumas escolas têm tomado a iniciativa de desestimular a frequência para evitar um mau exemplo, por medo da “contaminação” (Pillow, 2004). Esta autora refere que as escolas começam por não ter uma cadeira adequada para uma rapariga grávida estar sentada tantas horas, o que de certa forma não favorece a continuidade do percurso educativo.

3) “O elo mais fraco é a mulher”

A principal consequência identificada nos discursos é o sofrimento da grávida, mas nesta pirâmide cujo topo ocupa a adolescente, a mãe da grávida é apontada como a pessoa que mais sofre com a situação a seguir à filha: “*A grávida, mais pela importância que se dá à mãe na nossa sociedade*” (P1); “*Mais pela grávida adolescente... o organismo pode não estar preparado*” (P2); “*A rapariga sofre mais pela parte fisiológica...*” (P3); “*É inevitável que a mãe sofre mais implicações*” (P5).

A sobrevalorização do papel da mulher/mãe é característica da sociedade ocidental que atribui a esta uma responsabilidade quase exclusiva, desde a gravidez até ao processo de cuidar do recém-nascido após o nascimento, o que “marginaliza” e de certa forma “despenaliza” o pai.

O sofrimento do pai adolescente é também referido, mas num nível bastante inferior: “*O pai menos, pelo desresponsabilizar do pai pela sociedade*” (P1); “*...muitas vezes as famílias dos rapazes impelem a que esqueçam a responsabilidade...*” (P4).

Esta desvalorização do gênero masculino não encontra eco na literatura (Resende & Fonseca, 2008) na medida em que são atribuídos à função masculina os compromissos com a subsistência da família, de provedor, de protetor da mulher que se opõe ao descompromisso.

4) “Quem está na chuva pode molhar-se”

Tentamos perceber de que forma os participantes pais e mães avaliavam as intenções subjacentes a uma gravidez na adolescência e verificamos que vão desde as tentativas de resolver interesses de ordem econômica concretas até fenômenos psicológicos mais complexos: “*jogada econômica*” (P1); “*há casos em que é para fugir de casa, pelos problemas sociais.*” (P3); “*querem mostrar que são adultos*” (P5).

Romero e colaboradores (1991) e Figueiredo e colaboradores (2006), apesar de considerarem que a grande maioria das gravidezes na adolescência não são planejadas, defendem que uma pequena parte destas pode ser desejada, pois a gravidez pode representar uma oportunidade de sair de famílias disfuncionais.

Na etapa do desenvolvimento cognitivo da adolescência, os adolescentes não são capazes de entender todas as consequências que advêm da iniciação precoce da atividade sexual. Esta etapa é ainda bastante marcada pelo egocentrismo que faz com que os adolescentes pensem que “isto não se vai passar comigo” (Romero et al., 1991). Esta ideia está presente no discurso dos pais entrevistados: “*não se lembram das consequências, falta de aconselhamento sobre os métodos contraceptivos*” (P2); “*Ilusão, sentimento de invulnerabilidade, na “loucura” de experimentar coisas novas*” (P4).

5) “Responsabilidade e informação nunca são de mais”

No que refere à Prevenção/Educação Sexual os participantes relacionam prevenção, responsabilização e informação: “*Facilita o acesso à contracepção, a forma como usá-la e ter conhecimento das consequências de uma gravidez.*” (P1); “*Se o aconselhamento e informação forem prestados pode levar à diminuição do número de gravidezes...*” (P2); “*A informação é essencial... A informação nunca é demais*” (P4); “*O conhecimento é essencial para tudo*” (P5).

Os argumentos dos defensores da Educação Sexual vão, precisamente, no sentido de que a Educação Sexual possibilita aos adolescentes conhecer e reconhecer situações de risco ou de abuso, assim como, aponta formas de serem ajudados (Fernández, Fernández, Foltz, Mangana & Castro, 2007).

Piscalho, Seraimo & Leal (2000) chamam a atenção para a urgência da implementação de programas de educação sexual nas escolas, alegando que a sexualidade na adolescência adquirem elevada importância e especificidade.

ANÁLISE DOS DISCURSOS DOS ADOLESCENTES (C)

Da análise das entrevistas emergiram 4 temas principais que traduziremos em quatro metáforas: sentimentos; consequências; motivos e prevenção/ educação sexual.

1) “Quem engravida na adolescência é digno de pena”

Numa primeira análise dos discursos das entrevistas poderíamos pensar que os sentimentos referidos como os que surgem quando se deparam com uma adolescente grávida são positivos e negativos. Isto porque alguns adolescentes entrevistados dão a entender que se sentem solidários: *“Penso sempre como é que alguém tão novo vai conseguir criar uma criança”* (C3).

Mas numa avaliação mais aprofundada dos sentimentos emergentes podemos verificar que os sentimentos referidos pelos entrevistados são em essência negativos, alguns denotando uma avaliação quase onipotente. O sentimento mais referido é o de pena verificado em: *“Ingenuidade, pena; porque faz coisas erradas, porque é ingénu...”* (C1); *“Pena, alguma angústia.”* (C3); *“Pena. É tão nova e tem já uma responsabilidade tão grande”* (C4).

De acordo com o que referimos anteriormente, na análise das respostas dos pais, a pena pode refletir um sentimento positivo, no entanto, sentir pena de alguém pode significar sentimento de superioridade, de quem está numa condição superior ao objeto da pena, no sentido de que se encontra numa situação melhor (Campo, 2009). Neste caso, geralmente, há a emissão de algum tipo de julgamento à pessoa ou à situação que originou esse sentimento. Neste sentido, a conotação de superioridade pode ser verificada nos discursos: *“Porque faz coisas erradas, porque é ingénu.”* (C1); *“Burra. Por não ter usado a proteção que devia quando teve relações sexuais e ter permitido que acontecesse... As pessoas podem ser compreensivas ou não, podem estar menos informadas e não se sentirem penalizadas pelo acontecimento”* (C2).

2) “Cada coisa no seu tempo”

É consensual entre os adolescentes entrevistados que a adolescente grávida deve continuar a cumprir as suas tarefas desenvolvimentais e também evidente é a noção de que a gravidez não é na nossa cultura uma tarefa da adolescência. *“Penso sempre como é que alguém tão novo vai conseguir criar uma criança?”* (C3); *“É tão nova e tem já uma responsabilidade tão grande. Ter que tomar conta de uma criança.”* (C4).

Estas expressões são reconhecidas por Jongenelen e Soares (1998) que afirmam que a gravidez na adolescência é um acontecimento de vida não normativo, que implica uma reestruturação pessoal e

relacional para a aquisição de novos modos de expressão e realização adaptados à nova condição de mãe.

As tarefas de mãe ou pai não se enquadram nas tarefas desenvolvimentais da adolescência, nem nas representações sociais que lhe são inerentes, é necessário que exista uma autonomia psicológica que resulte da conclusão do processo maturativo da adolescência (Mendes, 1998).

Ainda neste sentido, há unanimidade na opinião dos adolescentes entrevistados quanto à continuidade dos estudos: "*Sim porque a escola é muito importante para a formação, para o futuro*" (C1); "*Sim. Até ao parto.*" (C2); "*Não é um filho que pode ou vai prejudicar o percurso escolar. Hoje em dia a educação e a escola são essenciais ao futuro. Se parar de estudar ainda irá ficar com mais dificuldades para criar o bebé.*" (C3); "*O facto de estar grávida não deve interromper os estudos*" (C4); "*Porque é importante para o futuro dela continuar a estudar*" (C5).

No que toca às consequências interpessoais da gravidez na adolescência emergiram três temas das respostas dos colegas entrevistados, traduzidos por três metáforas:

3) "Vês o que acontece quando fazes coisas erradas":

A gravidez na adolescência traz sempre consequências, afetando os demais adolescentes, a própria adolescente grávida ou o pai da criança. No entanto, todos os jovens entrevistados defendem que o abandono da escola não deve ser uma decorrência da gravidez. Pelo contrário, a continuidade da frequência da escola por parte da adolescente grávida deve ser incentivada, na medida em que, além de evitar a perda desta tarefa, pode ser um exemplo positivo no sentido de que a gravidez pode ser desencorajadora para as outras adolescentes: "*...pode mostrar que se podem tomar decisões mais importantes*" (C1); "*...podem estar menos informadas e não se sentirem penalizadas pelo acontecimento e pensar se aconteceu a outra, pode acontecer a mim.*" (C2); "*Não penso que prejudique ninguém, pelo contrário pode alertar*" (C3); "*Só se os outros encararem a situação como uma brincadeira e acabarem por gozar com a situação.*" (C4); "*Não prejudica os colegas*" (C5).

4) "A gravidez estraga a adolescência (presente) e o futuro"

Os entrevistados consideram que a gravidez na adolescência traz consequências sociais e relacionais para ambos os envolvidos, neste caso, grávida e pai, sobretudo se este for adolescente também: "*Para a grávida adolescente, se deixar a escola, porque tem de cuidar da criança. Para o pai porque tem de deixar a escola e começar a trabalhar. O futuro pode estar desfeito.*" (C1); "*...prejudica tanto a grávida adolescente como o pai, principalmente se este também for adolescente pois vão ter de ter mais responsabilidades.*" (C5).

No entanto, é bem visível a noção, por um lado, de que a adolescente carregará a maior carga e, por outro, e por consequência do anterior, será a mais prejudicada: *"Apesar de prejudicar os dois, a adolescente é sempre mais prejudicada, é ela que vai passar mais noites sem dormir e quem mais vai cuidar do bebê. O pai pode nem sequer aceitar a responsabilidade pelo que fez e mesmo que aceite a mãe vai sempre ter que suportar mais que ele"*. (C3); *"As mães sofrem mais com toda a situação"* (C4); *"É realmente, a mais prejudicada é a rapariga."* (C2).

5) "Gravidez é o abandono do pai do bebê/companheiro"

A noção de que o assumir da gravidez pode ter como consequência o fim da relação afetiva está presente no discurso dos entrevistados. *"Mas há o problema masculino do rapaz não querer o filho."* (C2); *"O pai pode nem sequer aceitar a responsabilidade pelo que fez."* (C3)

Ainda verbalizam temas incluídos na metáfora anterior quando informam: *"é ela que vai passar mais noites sem dormir e quem mais vai cuidar do bebê"* (C3).

Esta expressão refere que a adolescente terá encargo solitário, o que pressupõe certa forma de abandono.

No entanto, e de acordo com Oliveira (1994), a separação pode ocorrer por contingências sociais e económicas. Ao assumir a paternidade, muitos rapazes abandonam a escola para trabalhar. A esta situação acresce a imaturidade para a organização da vida em família, a vida financeira e outra panóplia de problemas que tornam a união pouco duradoura (Resende & Fonseca, 2008).

6) "Mais vale prevenir"

Os adolescentes partilham com o grupo de pais e mães a importância da Prevenção/Educação Sexual. *"Aprender na escola sobre as consequências da gravidez na adolescência leva a tomar consciência sobre as atitudes que tomamos e a não sermos tão impulsivos"* (C1); *"...ficamos mais informadas"* (C2); *"É muito importante, mais que ensinarem sobre contraceção, explicarem e ensinar a como prevenir as infeções sexualmente transmissíveis, se as prevenirmos é meio caminho para evitar a gravidez"* (C4) *"...pode contribuir de uma forma positiva porque há uma aprendizagem dos métodos contraceptivos e refletimos sobre como prevenir uma gravidez na adolescência"* (C5).

A Educação Sexual pretende dotar os adolescentes de capacidades de interação e comunicação interpessoal, para uma vivência de uma adolescência feliz e saudável, tal processo implica a corresponsabilização dos adolescentes consciencializando-os para as suas ações, opções e consequências (López, 2005).

No entanto, um dos entrevistados afirma que a Educação Sexual pode fazer aumentar a curiosidade: *"...nos esclarece, mas para alguns podem incentivar a experimentar e incentivar a ter mais curiosidade"* (C3)., facto que contraria não só a opinião dos demais participantes, como contradiz o que é preconizado na literatura científica atualizada. Estes estudos defendem que os programas de educação sexual aumentam os comportamentos preventivos, nomeadamente o uso de contraceptivos (López, 2005; Pereira, 2006; Vilar, 2008).

ANÁLISE DO DISCURSO DOS PROFESSORES (D)

Algumas das metáforas emanadas do discurso dos professores foram muito semelhantes as dos pais. Foi possível categorizar as falas destes participantes em:

1) "A grávida adolescente merece solidariedade"

Na análise dos sentimentos emergentes, podemos verificar que os professores entrevistados manifestam, essencialmente, sentimentos negativos quando vem uma adolescente grávida. Manifestam solidariedade, pena e vontade de apoiar a adolescente grávida. Note-se que, apesar da valorização do apoio, este aparece como diante de uma fatalidade. *"...reconhecendo que a gravidez poderia ser evitada, o que há a fazer? é acompanhar solidariamente e com inteligência."*(D 1); *"...porque foi engravidar nesta idade?...coloco-me na pele dela..."*(D5); *"Lamentar a situação..."* (D4).

Foi consensual a necessidade de apoiar as adolescentes numa situação de gravidez: *"Apoio total"* (D3); *"Uma adolescente grávida precisa sempre de apoio."* (D2)

Na gravidez e maternidade adolescente, o sistema de apoio social é primordial no desempenho do papel parental, seja direta ou indiretamente, podendo facilitar a adaptação da adolescente a esta nova etapa, diminuir a ansiedade e aumentar a responsabilidade, sensibilidade e as expressões de afeto para com o recém-nascido (Jongenelen & Soares, 1998).

2) "Gravidez na adolescência (não) combina com ir à escola"

No que respeita à continuidade do percurso escolar, é consensual entre os professores, que a adolescente grávida deve continuar a sua tarefa educativa: *"... a condição de grávida, não limita o desenvolvimento de competências no percurso educativo."*(D1); *"...isto não é nenhum impedimento para concluir o seu percurso escolar."* (D 2); *"...devem terminar o percurso escolar, não prejudicar a sua formação."* (D3); *"...formação é importante..."*(D 5).

No entanto, os estudos indicam-nos que a gravidez precoce favorece o abandono escolar, o que contribui para o baixo grau de

escolaridade e conseqüentemente empregos precários e mal remunerados (Figueiredo *et al.*, 2006).

No que toca às conseqüências da gravidez na adolescência as falas dos professores vão no sentido da discriminação positiva, discriminação negativa, harmonia escolar, desestabilização, receptividade e apoio: *"...há uma atenção redobrada em relação à aluna grávida, mais atenção e preocupação. Até na correção dos testes"*. (D 5); *"Não deve interferir, a jovem deve ser tratada da mesma forma, claro está, com as limitações inerentes"* (D 4).

Nestas expressões importa referir que parecem denotar uma preocupação em manter a adolescente grávida na escola, tentando facilitar a continuidade do seu percurso escolar, que corrobora as preocupações anteriores da importância da continuidade da formação. De acordo com Altman (as cited in Resende & Fonseca, 2008, p. 13): *"a adolescente ao engravidar vê-se criticada por parte de seus colegas, professores e diretores de turma o que também pode servir de reforço para que esta deixe de frequentar a escola durante o período gestacional, e ainda, tenha dificuldades no seu retorno."*

Um dos professores manifesta o seguinte: *"Devemos aproveitar estas situações por vezes mais complexas, para sensibilizar/ informar e esclarecer"* (D4).

Esta expressão parece estar carregada de alguma discriminação negativa ao tornar a grávida adolescente alvo para elucidação de situações semelhantes, bem como o uso da sua situação, já *per si* frágil, para uma maior exposição junto dos colegas.

3) "Tudo tem o seu tempo"

No que respeita às conseqüências pessoais, sociais e relacionais, os entrevistados consideram que a gravidez na adolescência afeta ambos os envolvidos: *"A precocidade afeta tanto o pai como a mãe porque limita o desenvolvimento equilibrado."* (D1)

Ao falarem sobre a questão da precocidade da gravidez, os professores abordaram, mais uma vez, a necessidade de apoio: *"Depende da receptividade dessa gravidez, quer a nível familiar, quer a nível social."* (D2); *"prejudica... se ela não sentir apoio... do namorado/companheiro ... da família."* (D5)

As redes sociais de apoio fornecem suporte e reduzem o stress normalmente associado à problemática da gravidez/maternidade na adolescência (Jongenelen & Soares, 1998).

Os mesmos autores defendem que as mães das adolescentes constituem a primeira fonte de apoio social, na medida em que podem servir como um modelo positivo de maternidade e como um recurso fulcral ao nível da informação e conhecimento acerca dos cuidados à criança. As mães adolescentes que têm uma boa relação/apoio do

companheiro/namorado são menos rejeitantes e punitivas nas suas tarefas educativas (Jongenelen & Soares, 1998).

Verificamos nos discursos dos professores, que a maternidade, no sentido dos cuidados com o bebé, não é uma tarefa da adolescente, uma vez que lhe traz responsabilidades que não tem condições de assumir tão cedo: *"prejudica a adolescente grávida, pois altera todo o seu percurso de vida, assumindo responsabilidades desde muito cedo."*(D 4)

Como referido anteriormente, e apesar da inadequação desta tarefa (gravidez) nesta etapa de vida, a gestação atual e o futuro do bebé oferece uma nova oportunidade de desenvolvimento. Além de poder amadurecer psicologicamente com a gravidez, a adolescente também pode favorecer o amadurecimento da família (Justo, 2000).

No que toca às consequências para o pai, no caso de este ser adolescente, apesar de ser unânime a opinião de que ambos os progenitores são afetados, os professores consideram que o pai tem menor responsabilização diante da gravidez: *"o pai adolescente fica um pouco de fora."* (D4); *"... pode não aceitar, dizer que não é dele, negar a situação; pode cortar a relação com ela por não estar preparado para assumir esta responsabilidade."* (D5)

Estas afirmações vão ao encontro das conclusões dos estudos consultados, isto é, o envolvimento do pai com a gravidez é precário, cómoda mesma forma é frequente o abandono da relação no imediato do diagnóstico, no decurso da gestação ou após o nascimento.

Por outro lado, como refere Oliveira (1994), assumir a paternidade leva a que muitos rapazes abandonem a escola para trabalhar.

4) "Elas pensam que já sabem tudo"

No que concerne aos motivos que explicam a ocorrência de uma gravidez, estão patentes as ideias de impulso, irresponsabilidade, fatalidade, falta de informação e intencionalidade.

Uma das explicações para o uso irregular e esporádico de contraceção prende-se com o facto da informação sobre a contraceção ser dissociada da prática. Os adolescentes consideram assim a possibilidade de uma infecção sexualmente transmissível ou de uma gravidez não desejada extremamente remota, por consequência do pensamento mágico que impera nesta fase (Benincasa et al., 2008), *"A não utilização correta dos métodos contraceptivos."* (D 1); *"Nenhuma adolescente acha que vai engravidar. Apenas tem o interesse pela experiência das relações sexuais e por isso não pensa na prevenção."* (D 4); *"Apesar da informação que existe, ainda continua a haver "falta de informação", elas pensam que já sabem tudo."* (D 5).

Apesar de a gravidez na adolescência ser encarada como uma fatalidade, acidente ou acontecimento inesperado, um entrevistado refere que pode ser intencional: *"Será um reduzido número que quer engravidar"*

"intencionalmente", talvez por fuga às situações de vida ou/ e inconsciência no desempenho do papel de mãe." (D4)

Esta foi uma referência única, no entanto, alguns estudos explicam esta afirmação; considerando que uma parte das gravidezes na adolescência são desejadas e planejadas, em face de uma variabilidade de situações que parecem no seu todo potencializar a gravidez precoce, enumeram-se algumas situações relacionadas ao funcionamento familiar; como a instabilidade, a gravidez adolescente de outro membro familiar, doença crônica de um dos pais.

5) "A atividade sexual é parte de um desenvolvimento Saudável"

No que se refere à prevenção/educação Sexual os discursos dos professores foram ainda mais enfáticos do que os pais no que toca à importância da Educação sexual na consciencialização, informação e processo de corresponsabilização. *"... a educação comportamental nomeadamente, na consciencialização da sua atividade sexual faz parte de um desenvolvimento saudável."* (D1); *"... a relação interpessoal ..., é importante mas deverá ser assumida inteligentemente, como um processo de co-responsabilização e afeto ..."* (D1)

Segundo Mendes (1998) a escola é a instituição privilegiada onde os adolescentes podem expressar e compreender a sua sexualidade, entendendo-a como uma forma de desenvolvimento enquanto ser humano e relacionamento com os outros. O espaço escolar assume-se como primordial para a continuidade do processo de socialização.

A Educação Sexual pretende dotar os adolescentes de capacidades de interação e comunicação interpessoal, para uma vivência de uma adolescência feliz e saudável. Tal processo implica a corresponsabilização dos adolescentes consciencializando-os para as suas ações, opções e consequências. Os entrevistados afirmam estar cientes destas Orientações: *"ficam mais bem informadas das coisas que podem ocorrer, podendo fazer uma melhor gestão de "tempos nas relações", das pessoas em si, da sua situação de mulher (maturidade). Ajuda a saber dizer que não ou sim quando se está preparada."*(D 5).

A educação sexual contribui indubitavelmente para o crescimento e realização pessoal e interpessoais, melhorando a qualidade de vida dos adolescentes porque lhes possibilita uma vivência mais feliz e uma melhor aceitação física e emocional de si e dos outros (Zapian, 2003).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES

Pretendíamos com este estudo analisar as falas dos pais, adolescentes e professores sobre a gravidez na adolescência. Optamos por recorrer à metodologia de classificação das falas dos participantes em metáforas, após a comparação da análise realizada por quatro juízes.

Da análise dos discursos dos pais sobressaem essencialmente sentimentos negativos. A gravidez é sempre encarada como um problema

e não como algo que seja ou possa ser positivo. No entanto, na opinião de Mendes (1998) a gravidez na adolescência não é um problema *per se*, mas é essa a perspectiva que domina nas sociedades ocidentais, quando o suporte familiar e social adequado é parco ou inexistente, de modo a permitir ao adolescente a adaptação e incorporação destas mudanças nas suas vivências.

A adaptação à gravidez, o abandono escolar, a reestruturação e reajuste à nova situação, irá depender em muito do apoio social e familiar que a adolescente usufrua, seja em nível da família nuclear ou do pai/companheiro.

Embora o sentimento de pena tenha sido o predominante no discurso dos participantes, também se verificou um sentimento de solidariedade e necessidade de apoiar a adolescente, num problema que já está instalado. O apoio familiar e social foi apontado como condição para a manutenção da integralidade e evolução da adolescente grávida.

Ficou evidente a opinião de que a gravidez não é uma tarefa desenvolvimental da adolescência e como tal traz consigo consequências interpessoais para os adolescentes envolvidos implicando uma reestruturação precoce da personalidade.

No que concerne à continuidade do percurso escolar, é consensual nos discursos, que a adolescente grávida deve continuar a sua tarefa educativa. Ainda assim, estudos consultados mostram que a gravidez precoce favorece o abandono escolar, contribui para o baixo grau de escolaridade, o que poderá conduzir a empregos precários e mal remunerados (Figueiredo *et al.*, 2006).

A gravidez precoce traz consequências interpessoais, interferindo na continuidade escolar e no percurso normal de adolescente, impondo ajustes e adaptações às novas tarefas desenvolvimentais.

Embora a gravidez seja entendida, pela maior parte dos participantes, como acidental, alguns participantes referem a possibilidade desta ser intencional pois pode ser vista pela adolescente como uma forma de escape e fuga a situações familiares violentas ou tendo por base ideias equivocadas de parentalidade.

As consequências da gravidez na adolescência são reconhecidas como negativas para ambos os elementos envolvidos, no entanto, através de uma análise mais profunda conclui-se que a grávida adolescente é vista como sendo a mais prejudicada pelo papel social que é tradicionalmente assumido pela mãe. O pai é muitas vezes desresponsabilizado, pela falta de visibilidade que a gravidez tem para o género masculino. Neste sentido, os participantes realçam o papel da família na postura adotada pelo pai, tanto no sentido de assumir a responsabilidade inerente à sua nova condição quando na rejeição à grávida e ao bebé. Salienta-se a necessidade da educação sexual no sentido de consciencialização, informação e corresponsabilização para com a sua sexualidade.

A Educação sexual é apontada como uma mais-valia, na medida em que mostra quais as consequências da gestação precoce, assim como alerta para aspectos relacionais, provendo informações acerca da forma como a sexualidade pode ser vivida de forma livre, feliz e consciente.

Mais do que falar na sexualidade na sua vertente de reprodução, a educação sexual permite fornecer informações que possibilita reconhecer a sexualidade como parte integrante de si e da sua vivência. Por outro lado, a literatura atual refere que os jovens que frequentam programas de educação sexual aumentam os comportamentos preventivos (Zapiain, 2003).

Em face destes resultados, podemos concluir que atingimos o objetivo proposto para este estudo, uma vez que nos permitiu conhecer os sentimentos e atitudes dos pais de adolescentes, professores e adolescentes face à gravidez na adolescência.

O estudo realizado não pretendeu a generalização dos resultados. No entanto, consideramos que os resultados obtidos poderão contribuir para apoiar os programas de Educação Sexual de modo a torná-los mais adequados e próximos da realidade dos adolescentes.

Conhecer a forma como a gravidez é perspectivada nesta faixa etária, permite uma adequação e reestruturação da intervenção comunitária, no geral, e na saúde escolar, em concreto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M.C.; Aquino, E.; Barros, A. (2006). Trajetória escolar e gravidez na adolescência entre jovens de três capitais brasileiras. **Cadernos de Saúde Pública**, 22 (7), 1397-1409.
- ALMEIDA, J. M. (1987). **Adolescência e maternidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ALFERES, V.R. (1997). **Encenações e comportamentos sexuais: para uma psicologia da sexualidade**. 2. ed. Porto: Afrontamento.
- AMAZARRAY, M.R; Machado, P., Oliveira, V. & Gomes, W. (1998). A experiência de assumir a gestação na adolescência: um estudo fenomenológico. **Psicologia Reflexão e Crítica**, 11(3).
- BRANDÃO, E. (2009). Desafios da contraceção juvenil: intersecção entre género, sexualidade e saúde. **Ciência e Saúde Colectiva**, 14 (4), 1063-1071.
- BENINCASA, M.; REZENDE, M.; CONIARIC, J. (2008). Sexo desprotegido e adolescência: factores de risco e de protecção. **Psicologia: Teoria e Prática**, 10 (2),121-134.
- CAMPO, A. (2009). **O olhar dos outros**. Retrieved from www.educare.pt/educaret
- CANAVARRO, M. C. (2001). **Psicologia da Gravidez e Maternidade**. Coimbra: Quarteto Editora.

- CARVAJAL, G. (1998). **Tornar-se adolescente: a aventura de uma metamorfose: uma visão psicanalítica da adolescência.** São Paulo: Cortez Editora.
- CORREIA, M.J. (2000). No mar de emoções: Ser mãe adolescente. **Sexualidade e Planejamento Familiar**, 27/28, 13-16.
- DECRETO. LEI n.º 60/2009 de 6 de Agosto. D.R. I Série. N.º 151 (2009-08 - 06).
- DIAS, A.C.; GOMES, W. (1999). Conversas sobre sexualidade na família e gravidez na adolescência: A percepção dos pais. **Estudos de Psicologia**, 1(4), 79-106.
- ERICKSON, E.H. (1972). **Identidade, juventude e crise.** Rio de Janeiro: Zahar.
- FÁVERO, M.; CARDOSO, A.; ANDRADE, A.; HIMMEL, D. (2007). *Hooking up: the nature and characteristics of casual sex in adolescents and college students.* Poster apresentado no **XVII Congresso Mundial da Associação Internacional de Sexologia (WAS)**, Sydney.
- FERNÁNDEZ, M.; FERNÁNDEZ, M. L.; FOLTZ, M.; MANGANA, A. M.; CASTRO, Y. R. (2007). Evaluación de un programa de educación sexual con estudiantes de Educación Secundaria Obligatoria. **International Journal of Clinical and Health Psychology**, 7(3):739-751.
- FIGUEIREDO, B.; PACHECO, A.; COSTA, R.; MAGARINHO, R. (2006). Gravidez na adolescência: das circunstâncias de risco às circunstâncias que favorecem a adaptação à gravidez. **International Journal of Clinical and Health Psychology**, 6(1): 97-125.
- FRIEDMAN, L. (1999). **Identity's Architect: A Biography of Erik H. Erikson.** New York: Scribner.
- GALLAND, O. (2003). Adolescence, post-adolescence, youth: revised interpretations. **Revue française de sociologie**, 44: 163 -188.
- JONGENELEN, I.; SOARES, I. (1998). Maternidade na adolescência: contributos para uma abordagem desenvolvimental. **Análise Psicológica**, 3(16): 373-384.
- JUSTO, J. (200). Gravidez adolescente, maternidade adolescente e bebés adolescentes: causas, consequências, intervenção preventiva e não só. **Revista Portuguesa de Psicossomática**, 2(2): 97-127.
- KOHLBERG, L. (1981). **The philosophy of moral development: moral stages and idea of justice.** Cambridge: Harper & Row.
- KÖNIG, A. B.; FONSECA, A. D.; GOMES, V. L. (2008). Representações sociais de adolescentes primipáras sobre "ser mãe". **Revista Eletrónica de Enfermagem**, 10(2): 405-413.
- LAKOFF, M.C.; JOHNSON, M. (2003). **Metaphors we live by.** Chicago: University of Chicago.
- LÓPEZ, F. (2005). *La educación sexual de los hijos.* Madrid: Pirámide.

- LOURENÇO, M.M. (1998). **Textos e Contextos da Gravidez na Adolescência. A adolescente, a família e a escola**. Lisboa: Fim de século.
- MACHADO VAZ, J. (1996). **Educação sexual na escola**. Lisboa: Universidade Aberta.
- MENDES, I. (1998). Problematização da Gravidez na Adolescência no Contexto das Sociedades Ocidentais. **Revista Referência**, 1, 23 - 27.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2007). **Relatório de Progresso – Grupo de Trabalho de Educação Sexual**. Lisboa: AUTOR.
- OLIVEIRA, J. (1994). *Psicologia da educação familiar*. Coimbra: Almedina.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (1984). Health promotion: a discussion document on the concept and principles. **Supplement of Europe News**, 3.
- PERRENOUD, F. (2001). *O que a escola faz às famílias. Entre pais e professores, um diálogo impossível? Para uma Análise Sociológica das interações entre a família e a escola*. Oeiras: Celta Editora.
- PIAGET, J. (1989). **Psicologia e epistemologia**. Lisboa: Dom Quixote.
- PILLOW, W. (2004). **Educational policy and the teen mother**. N.Y.: Routledge Falmer.
- PISCALHOO, I.; SERAFIMO, L.; Leal L. (2000). *Representações sócias da educação sexual em adolescentes*. **Atas do 3º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde**, Lisboa. ISPA.
- RESENDE, L.; FONSECA, M. C. (2008). **Concepções metafóricas de adolescentes grávidas sobre sexualidade, gravidez e maternidade: um enfoque de género**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú, MG, Brasil, 29 de Setembro a 03 de Outubro.
- ROMERO, M.I., MADDALENO, M., SILBER, T.J.; MUNIST, M. (1991). Salud Reproductiva. In T. J. Silber, M. M. Munist, M. Maddaleno & E. N. S. Ojeda (Orgs.), **Manual de medicina de la adolescencia** (pp. 473-482). Washington: Organización Panamericana de la Salud.
- SHORTER, E. (2004). **A Formação da família moderna**. Lisboa: Terramar.
- SOARES, I. (1990). *O grupo de pares e a amizade*. **Psicologia do desenvolvimento e educação de Jovens**, 2: 93-138.
- SPRINTHALL, N.A.; COLLINS, W. (2003). **A Psicologia do adolescente**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SILBER, T. (1992). **Manual de Medicina da Adolescência**. Washington: OPS.
- TEIXEIRA, M. (2003). **A Participação dos pais na escola. Perspectivas de pais e professores. Pais e escola. Parceria para o sucesso**. Porto: Edições ISET.

- VILAR, D. (2008). Resultados da conferência de Colónia sobre educação sexual dos jovens numa Europa multicultural. **Educação Sexual em Rede**, 4:4-17.
- XAVIER, M.R. (2000). **As Crianças não podem dizer que não... Estudo de risco das crianças expostas a substâncias ilícitas durante a gestação**. Porto. Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto.
- ZAPIAIN, J.G. (2003). A educação afectivo-sexual na escola. **Sexualidade & Planeamento Familiar**, 36, 33-38.
- ZIEGEL, E.; CRANLEY, M. (1985). **Enfermagem obstétrica**. Rio de Janeiro: Guanabara.

ATTITUDES DOS PROFESSORES E EDUCADORES FACE À IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

TEACHERS' AND EDUCATORS' ATTITUDES REGARDING THE IMPLEMENTATION OF SEX EDUCATION IN SCHOOL

ACTITUDES DE LOS PROFESORES Y EDUCADORES FRENTE A LA APLICACIÓN DE LA EDUCACIÓN SEXUAL EN LAS ESCUELAS

Marisvalva Fávero⁷

Joaquim Moreira Meneses⁸

Helena Bilimória⁹

RESUMO

A sexualidade é uma dimensão essencial do ser humano. Inclui não só aspectos biológicos, como também uma dimensão comunicacional, atitudinal e sociológica, abarcando os papéis sociais. É ainda, por si mesma, uma dimensão da própria identidade da pessoa.

O desenvolvimento de uma sexualidade saudável implica o desenvolvimento harmonioso destas dimensões que se consubstanciam em tomadas de decisão de cariz sexual baseadas em conhecimento válido.

Assim sendo, a escola é um lugar privilegiado para a realização de educação sexual, pois é na escola que os alunos passam muito tempo e uma boa parte do seu crescimento dá-se em tempo da escolaridade obrigatória. Por outro lado, a educação sexual formal, aplicada na escola tem inúmeras vantagens, entre elas a de atingir de uma forma sistematizada um elevado número de crianças e adolescentes.

No entanto, a educação sexual deve ser aplicada por educadores que apresentem três características essenciais: conhecimento sobre sexualidade, competências pedagógicas e atitudes face à sexualidade e à expressão (Daria & Campbell, 2004).

As atitudes dos professores, quer face à sexualidade, quer face à educação sexual, são efetivamente uma dimensão muito relevante na educação sexual, pois repercutem-se na motivação dos alunos (Fisher, Byrne, White & Kelley, 1988; Reis & Vilar, 2004).

Por isso, o objetivo do nosso estudo era o de conhecer "as atitudes dos professores e educadores face à implementação da Educação Sexual na escola". Para o efeito, aplicamos a uma amostra de 100 professores, um questionário com 14 perguntas, que visavam, além da caracterização dos participantes, questões como qualidade e quantidade dos materiais disponíveis para Educação Sexual, conteúdos, formas de avaliação, formas de organização da Educação Sexual na escola.

⁷ ISMAI/UNIDEP/CINEICC

Endereço para correspondência: bilimoriahelena@hotmail.com; mfavero@ismai.pt

⁸ Instituto Piaget

⁹ Instituto Piaget

Os resultados indicam que, se por um lado, a maioria dos docentes mostrou-se apologista da integração no currículo escolar da Educação Sexual, por outro lado, a maioria também revelou possuir nenhuma ou muito pouca formação na área da adolescência e sexualidade.

Palavras-chave: Educação sexual, professores, atitudes, sexualidade.

SUMMARY

Sexuality is an essential dimension of the human being. It includes not only biological aspects, as well as communicational, attitudinal and sociological dimensions, namely involving social roles. Moreover, it is, by itself, a dimension of one's own identity.

The development of a healthy sexuality implies the harmonious development of such dimensions which contributes to sexual decision making, based upon valid knowledge.

In this way, school is a privileged setting to make sex education, since it is in the school that students spend most of their time and also because a good share of their development occurs during school years. On the other hand, formal sex education, applied in schools, has many advantages; one of them is the possibility to reach a huge number of children and adolescents in a systematized way.

Nevertheless, sex education should be applied by educators with three essential characteristics: knowledge about sexuality; pedagogical skills and attitudes facing sexuality and its expression (Daria & Campbell, 2004).

The teachers' attitudes facing sexuality as well as sex education are, in fact, a significant dimension in sex education, as they have an impact over students' motivation (Fisher et al., 1988; Reis & Vilar, 2004).

Thus, the purpose of the present study is to have acknowledgement of "the teachers' and educators' attitudes regarding the implementation of sex education in school". In order to do so, we applied to a sample of 100 teachers, an inquiry with 14 questions with which we collected information, not only about participants characteristics, but also about the quantity and quality of the materials available for sex education, contents, assessment procedures and ways of organizing sex education in school.

Results indicate that, on one hand, most of the teachers agree with the integration of sex education into the school curriculum; but, on the other hand, most teachers revealed to have short or none preparation in the field of adolescence and sexuality.

Key-words: sex education, teachers, attitudes, sexuality.

RESUMEN

La sexualidad es una dimensión esencial del ser humano. Incluye no sólo aspectos biológicos, sino también una dimensión de la

comunicación, de la actitud y sociológica, que abarca los roles sociales. También es, por sí sola, una dimensión de la identidad de la persona.

El desarrollo saludable de la sexualidad implica el desarrollo armonioso de estas dimensiones que se materializan en la toma de decisiones de carácter sexual basada en el conocimiento válido. Por lo tanto, la escuela es un lugar privilegiado para el desarrollo de la educación sexual, dado que es en la escuela que los estudiantes pasan mucho tiempo y gran parte de su crecimiento se produce en los tiempos de la enseñanza obligatoria. Por otro lado, la educación sexual formal, implementada en la escuela, conlleva inúmeras ventajas, entre ellas, la de lograr, de manera sistemática, un gran número de niños y adolescentes.

Sin embargo, la educación sexual debe ser aplicada por educadores que presenten tres características esenciales: conocimiento sobre la sexualidad, habilidades de enseñanza y actitudes hacia la sexualidad y la expresión (Daria & Campbell, 2004).

Las actitudes de los profesores, sea hacia la sexualidad, sea a la educación sexual son en realidad una dimensión muy importante en la educación sexual, ya que influyen en la motivación de los estudiantes (Fisher, Byrne, White & Kelley, 1988; Reis & Vilar, 2004).

Por ello, el objetivo de nuestro estudio era conocer "las actitudes de los maestros y educadores frente a la implementación de la educación sexual en la escuela". Con este fin, se aplicó a una muestra de 100 profesores, un cuestionario con 14 preguntas, con el objetivo, además de la caracterización de los participantes, temas como la calidad y cantidad de materiales disponibles para la educación sexual, contenidos, formas de evaluación, formas de organización de la Educación Sexual en la escuela.

Los resultados indican que, si por un lado, la mayoría de los profesores se mostró defensor de la integración, en el currículo de la escuela, la educación sexual, por otro lado, la mayoría también reveló no tener o tener muy poca formación en el área de la adolescencia y de la sexualidad.

Palabras clave: educación sexual, profesores, actitudes, sexualidad.

EDUCAÇÃO SEXUAL EM MEIO ESCOLAR¹⁰

A Sexualidade é uma energia que nos motiva a procurar amor, contacto, ternura e intimidade, que se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados. Influencia os nossos pensamentos, sentimentos, ações e interações. Engloba o sexo, a identidade de género e os papéis sexuais, a orientação sexual, o eroticismo, o prazer, a intimidade e a reprodução. É experienciada e se expressa nos pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamento, práticas, papéis e relações. Assim, a sexualidade

¹⁰ Para uma maior fluidez da leitura optamos por excluir as denominações genéricas (os/as) entendendo-se incluídos todos os gêneros.

envolve, além do sexo propriamente dito, elementos psicológicos, emocionais e comportamentais (WHO, 2004).

Deste modo, a promoção de um desenvolvimento saudável da sexualidade envolve atender às diferentes áreas de desenvolvimento (Zapiain, 2003):

a) Físico – curiosidade e exploração das partes do corpo; experienciar da mudança durante o crescimento; controlo das funções corporais; masturbação.

b) Cognitivo: aprender sobre as funções e estruturas do corpo; entender o seu *self* como rapaz ou rapariga; compreender os outros como rapazes ou raparigas; curiosidade e compreensão sobre conceitos de reprodução e outros sistemas biológicos.

c) Social: ser amado pelos adultos e fazer amizades; classificar comportamentos, tomando o género; desenvolver consciência da moralidade; responder aos limites estabelecidos pelos adultos; demonstrar assertividade.

d) Emocional: demonstrar autoestima; consciência da identidade de género; expressar afeto e carinho; mostrar empatia; mostrar respeito pelos outros; gestão apropriada de tristeza, raiva, alegria e outros sentimentos.

Para que o desenvolvimento da sexualidade seja realizado de forma saudável, os investigadores defendem a necessidade de uma educação sexual adequada (eg. López, 1995; 2005). A escola constitui um contexto privilegiado para uma educação sexual formal e articulada, na medida em que as crianças e adolescentes passam muito tempo neste contexto. Além disso, providencia uma educação estruturada ao invés de contextos como a internet ou outros meios de difusão de massas (Ramiro & Matos, 2008).

Efetivamente, é durante a idade escolar que acontecem nas crianças e adolescentes grandes mudanças físicas, psicológicas, sociais, emotivas. Da confusão, é preciso criar certezas. Porém, muitas vezes, é nas relações informais com os pares que se procuram e “encontram” falsas certezas, baseadas em concepções distorcidas e falsas sobre a sexualidade, em particular, em adolescentes (Bermúdez, Sanchez e Buela-Casal, 1999; Weiss, 1999). Mas a informação que os pares veiculam é muitas das vezes incompleta, ou mesmo incorreta.

Outro agente de informação, grande parte das vezes, distorcida, ou baseada em crenças e estereótipos, a que os adolescentes recorrem, são os meios de comunicação, em particular as revistas juvenis mais populares focadas em conteúdos sobre práticas sexuais diversificadas (Taylor, 2005) ou a televisão (Matos, 2003; Westrupp et al., 1996). Particularmente, diversos estudos realizados em diferentes países salientam que a procura de informação sobre a AIDS incide generalizadamente sobre meios de comunicação massificados,

designadamente a televisão e revistas (Hoyos, Sierra & San Martin, 1997; Martins, Nunes, Muñoz-Silva & Sánchez-Garcia, 2008).

De modo a evitar que estas informações formem a única base de construção das representações sobre a sexualidade, cabe à escola estimular “a troca de ideias e experiências entre professores e alunos, com o fim de combater as distorções dos meios de comunicação social e apresentar imagens positivas da vida familiar.” (Silva, 2006, p.34). Pois, por um lado, os meios de Comunicação Social também divulgam e influenciam os jovens com padrões de vida nem sempre considerados positivos em relação à vida familiar, sendo que “...as situações irregulares nas relações íntimas são apresentadas com muito maior frequência do que as situações regulares” (Silva, 2006).

Apologizamos, desta forma a ideia veiculada pela legislação atual (Lei 60/2009 de 6 de Agosto), que as principais fontes de informação devem, deste modo, ser os pais, professores e profissionais de saúde. Naturalmente, não esperamos que as crianças e adolescentes se circunscrevam a estas fontes, mas pelo menos, cremos que desenvolverão competências para analisar criticamente a informação veiculada por outras fontes. Efetivamente, é o desenvolvimento destas competências, entre outros conhecimentos, que se constitui como a finalidade da Educação sexual, de acordo com o veiculado na legislação atual.

Finalidades da Educação Sexual

Em Portugal, a Lei 60/2009 de 6 de Agosto realça a importância da educação sexual em contexto escolar, integrada no contexto da Educação para a Saúde que salienta as seguintes finalidades da Educação sexual:

- a) Valorização no âmbito do desenvolvimento individual da sexualidade e da afetividade entre as pessoas, com respeito pelas diferenças de concepções;
- b) Desenvolvimento nos jovens de competências de tomada de decisão no campo da sexualidade, seguras e baseadas em informação fidedigna, implicando uma valorização da vivência de uma sexualidade responsável e informada;
- c) Melhoramento no campo das relações afetivo-sexuais dos jovens;
- d) Redução das consequências negativas de comportamentos de risco (gravidez indesejada, IST);
- e) Desenvolvimento de competências de autoproteção contra formas de abuso e exploração sexual;
- f) Respeito pela diferença entre pessoas e orientações sexuais e eliminação de comportamentos e atitudes de discriminação sexual
- g) Promoção da paridade sexual (género);
- h) Enaltecimento da importância da participação de diversos agentes no processo educativo: encarregados de educação, alunos, professores e técnicos de saúde;

i) Compreensão de caráter científico da fisiologia dos mecanismos biológicos reprodutivos;

Para López (2005, p.194), a escola deve proporcionar Educação sexual aos seus alunos, pois dessa forma permite: a aquisição de conhecimentos, por oposição à ignorância e falsas crenças; b) a aquisição de habilidades sociais; c) o desenvolvimento de competências de comunicação; e) a promoção da aceitação da sexualidade como fonte de saúde que é preciso potencializar, favorecendo o bem-estar e a qualidade de vida. A este último nível, Cortesão, Silva e Torres (1989), acrescentam que a educação sexual tem de facto como finalidade preparar os alunos para integrarem a sexualidade, como uma dimensão do seu comportamento, no seu dinamismo como pessoa e no seu projeto de vida.

Estas finalidades operacionalizam-se em alguns objetivos que passamos a apresentar.

Objetivos da Educação Sexual

No domínio dos grandes objetivos, a educação sexual engloba o desenvolvimento ao nível de três domínios: conhecimentos, competências individuais e atitudes.

Assim, quanto ao primeiro, importa conhecer: as diferentes dimensões da sexualidade; a diversidade de comportamentos sexuais ao longo da vida; os mecanismos de resposta sexual, reprodução, contraceção e prática do sexo seguro; problemas possíveis na vivência da sexualidade (ISTs, gravidez indesejada, abusos e violência); ideias e valores diversos sobre sexualidade, amor, reprodução e relações sexuais, de acordo com as sociedades e culturas; direitos, legislação, apoios e recursos disponíveis.

Quanto às competências individuais, importa desenvolver nos alunos competências na tomada de decisões; recusar comportamentos não desejados ou que violem a dignidade humana; competências de comunicação; utilização de meios seguros e eficazes de contraceção e de prevenção de ISTs; competências para pedir ajuda e saber recorrer a apoios.

No domínio das atitudes: aceitação do corpo sexuado, de prazer e afetividade; atitude não sexista e discriminatória em face de diferentes expressões e orientações sexuais; uma atitude preventiva face à doença e promotora do bem-estar de saúde. (CCPES, DGS, APF & RNEPS, 2000).

E, no presente contexto educativo, enraizado no paradigma da inclusão, importa referenciar aqui também as crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE): É essencial ter um método, um objetivo e um caminho definidos, devendo contudo ser flexíveis, dada a heterogeneidade das crianças com NEE e os programas devem ser adaptados ao contexto relacional da criança/jovem. Dos conteúdos devem constar: o reforço da autoestima e valorização da imagem corporal; dotar de conhecimentos sobre anatomia e fisiologia humanas; competências para comunicar

sentimentos e necessidades sexuais; facilitar o reconhecimento de situações de risco e reforçar atitudes de entendimento e aceitação dos sentimentos e necessidades dos outros (Craft & Craft, 1979 as cited in Marques, 1995).

A Promoção destas aprendizagens implica que os professores possuam formação adequada.

Atitudes dos docentes face à educação sexual

A atitude dos docentes face à sexualidade é de crucial importância para a motivação dos alunos ao nível da Educação Sexual. Diversos estudos referem mesmo que atitudes mais erotofílicas (mais positivas quanto à sexualidade) em detrimento das atitudes erotofóbicas (mais negativas em relação à sexualidade) estão na base de comportamentos sexuais mais seguros, maior motivação para construir conhecimento sobre a sexualidade e atribuição de maior valor à educação sexual, atitudes que se vão repercutir na motivação dos alunos no âmbito da Educação sexual (Fisher et al., 1988; Reis & Vilar, 2004). Também para Clément (1998), as atitudes relativas à Educação sexual variam consoante o sistema de valores pessoais, as práticas sociais, em paridade com o conhecimento científico.

Por outro lado, as atitudes face à Educação sexual por parte dos docentes variam consoante a formação na área (Milton, 2001; Ramiro & Matos, 2008).

De facto, os professores e os órgãos diretivos da escola constituem os grandes dinamizadores da Educação Sexual na escola e a falta de formação é um dos obstáculos invocados pelos professores. Como defende López (2005, p.278) "É incompreensível que a Administração proponha temas como obrigatórios (...) sem lhes dar formação adequada".

Um estudo realizado por Anastácio, Carvalho e Clément (2007) salientou os principais objetivos dos conteúdos que os docentes consideram pertinente abordar no âmbito de uma formação na área da Educação sexual: a) preparar os docentes ao nível científico; b) preparar os docentes para responder naturalmente a perguntas imprevisíveis por parte dos alunos; c) preparar os docentes para trabalhar valores; d) auxiliar os docentes na deteção e resolução de problemas de abuso sexual; e) articular a formação com os projetos e processos educativos de educação sexual a decorrer na escola; apresentar os objetivos adequados a cada ano letivo; preparar para lidar com os pais sobre este tema; apresentar os conteúdos teóricos a abordar em cada ano.

A formação pode, assim, contribuir para o desenvolvimento de atitudes dos professores mais adequadas à Educação sexual que se consubstanciam em algumas características que Sanders e Swiden (1995) apontam: a) controlar a emissão de juízos de valor; ser tão neutro quanto possível; b) criar um clima aberto e não constrangedor; c) atuar pedagogicamente através da partilha em vez da imposição de definições

do saber; d) disponibilizar material de apoio adequado ao fim em vista e à idade dos alunos; e) basear o seu trabalho em conhecimentos científicos, corretos e atualizados, o que implica uma pesquisa e (auto) formação permanente; f) utilizar vocabulário adequado do ponto de vista técnico e pedagógico; g) conhecer diferentes estratégias e metodologias de Educação Sexual: pesquisa, trabalho individual e de grupo, *brainstorming*, recolha e tratamento de informação; *role-playing*; filmes, estudos de caso, discussão de notícias; h) aceitar a curiosidade das crianças e as suas manifestações de (des) conhecimentos sobre a sexualidade; i) demonstrar respeito pela curiosidade, dúvidas e questões das crianças; j) liderar debates sem juízos moralizadores; k) ter uma atitude profissional: a certeza do conhecimento ou a sua procura quando desconhecido.

Em suma, de um programa de formação de professores deve constar: formação pessoal na área da Educação Sexual, a Formação técnico-científica e sobre o desenvolvimento da sexualidade humana ao longo da vida e suas manifestações; e, formação pedagógica em metodologias participativas e ativas. É que, segundo Sanchis e Senabre (2007): "A aula, não é apenas um lugar onde se transmite conhecimentos, estes estão geralmente ao alcance dos alunos, mas é um lugar onde se pode converter a aula num espaço ético, tão real e tão virtual ao mesmo tempo, onde o professor pode criar e simular diferentes perspectivas da realidade, dramatizando, onde os alunos são os protagonistas, como que antecipando as situações que mais tarde serão as reais" (p. 31). Para fomentar o desenvolvimento de competências e atitudes dos docentes nesta direção, a formação torna-se assim, imprescindível.

Paralelamente à formação, a criação de espaços de discussão entre grupos heterogêneos de professores (ao nível etário, de experiência profissional e disciplinar), pode constituir-se numa forma de desenvolver certa naturalidade na abordagem de temas sobre Educação sexual, assim como, de partilhar formas de atuação, metodologias e atitudes para com os alunos (Cortesão et al., 1989)

Por outro lado, a atenção às famílias dos alunos não pode ser descurada: reuniões prévias e ao longo do ano letivo, informação sobre o que se pretende, quais os objetivos da Educação Sexual, o papel e a forma de envolvimento que a família vai ter neste processo, constituirão alguns aspectos a ter em conta (Milton, 2001).

Além das famílias, os profissionais de saúde, psicólogos e outros profissionais poderão dar o seu contributo e serem um recurso a utilizar nas sessões de formação.

Naturalmente que o entusiasmo, o interesse e disponibilidade deverão estar presentes, constituindo um tempero muito importante.

MÉTODO

Problema Científico e objetivos da investigação

O ponto de partida ou problema científico que orientou esta investigação foi procurar saber quais as atitudes dos professores e educadores face à Educação Sexual nas escolas. Para isso, elaboramos um questionário e distribuimo-lo pelos professores e Educadores de um agrupamento de escolas de uma cidade no norte de Portugal. Com este questionário, além das perguntas de caracterização dos docentes, visava-se recolher informação que satisfizesse os seguintes objetivos:

- Conhecer o grau de concordância dos professores sobre a inclusão da Educação Sexual na escola;
- Conhecer a sua opinião sobre o nível de escolaridade em que deve ter início a Educação Sexual;
- Conhecer as suas opiniões sobre a quantidade dos materiais disponíveis para a implementação da Educação Sexual na escola;
- Conhecer as suas opiniões sobre a qualidade dos materiais disponíveis para a implementação da Educação Sexual na escola;
- Conhecer as suas opiniões sobre os conteúdos e formas de avaliação das aprendizagens;
- Conhecer as suas opiniões sobre a forma como deve ser abordada a Educação Sexual na escola;

A metodologia utilizada foi a quantitativa descritiva.

Caracterização do meio

A cidade onde foi recolhida a amostra possui 127.567 habitantes (Censos 2001) e encontra-se geograficamente posicionado na região do Baixo Minho, a 20 km, da cidade de Braga.

Participantes

O questionário foi aplicado a 100 docentes, 78 (78%) do sexo feminino e 22 (22%), do masculino.

No que toca à idade dos participantes, dois (2%) têm idade inferior a 25 anos; 16 (16%), entre os 26 e os 30 anos; 22 (22%) - faixa etária com maior representação; entre os 31 e os 35 anos; 16 (16%) entre os 36 e os 40 anos; 13 participantes (13%) têm entre 41 e 45 anos; 15 (15%), entre 46 e os 50 anos; e, com mais de 50 anos, responderam 16 participantes (16%).

Verifica-se que 87 participantes (87%) são licenciados; sete (7%) têm o Bacharelato; cinco, o Mestrado (5%); e, um, o Doutoramento (1%).

Dos participantes, 39 lecionam no 3º ciclo (39%); 27, no 1º ciclo (27%); 26, no 2º ciclo (26%); e, oito, no pré-escolar.

Quanto ao tempo de serviço dos participantes 17 têm menos de 5 anos de serviço (17%); 21 entre 6 e 10 anos (21%); 19, entre os 11 e 15

(19%); 16 entre os 16 e 20 anos (16%) e 30 com mais de 20 anos de serviço (30%).

Instrumentos

Atendendo à nossa intenção de recolher dados sobre as atitudes dos docentes face à Educação Sexual nas escolas, optamos pelo inquérito por questionário.

O presente questionário contém 14 perguntas: da 1 a 7, inclusive, as questões incidem sobre dados de caracterização dos participantes: sexo, idade, habilitações literárias, nível de ensino que leciona, tempo de serviço docente, formação na área da Educação Sexual; das 8 às 14, pede-se que o participante dê a sua opinião sobre a inclusão da Educação Sexual na escola, em que nível de ensino deve ter início, quantidade dos materiais pedagógicos disponíveis, qualidade dos mesmos, conteúdos de Educação Sexual, formas de Educação. Sexual e, finalmente, sobre a forma de avaliar as aprendizagens.

O inquérito é composto de questões fechadas, exigindo respostas dicotômicas, de múltipla escolha ou tomando uma escala tipo *Likert* de cinco opções: discordo totalmente, discordo, concordo em parte, concordo totalmente, sem opinião. Constam ainda do questionário três perguntas de resposta aberta, uma de justificação da resposta dada em alínea anterior, as outras duas, visando recolher a opinião dos participantes.

Procedimento

Depois de solicitar autorização à Direção da Escola para realizar a investigação e a recolha de dados, no início da reunião de Departamento pedimos aos participantes para responderem ao questionário. Os dados recolhidos foram tratados pelo programa SPSS, versão 17.

Análise de resultados

No que toca à formação na área da Educação Sexual, apercebemo-nos de que 80 participantes (80%) não têm qualquer formação; 20 (20%) tiveram alguma formação nesta área.

As formações frequentadas são variadas, umas pela sua natureza, supostamente mais sistematizadas e aprofundadas. Em alguns casos houve formação sistematizada e supostamente de maior duração. Assim, cinco professores (25%) frequentaram ações sobre Educação Sexual; seis (30%), em Programa de Educação Sexual e Saúde Escolar; quatro (20%) assistiram a palestras sobre Educação Sexual; três (15%), em ações sobre Educação para a Sexualidade e Afetos e dois (10%), em Formação Pessoal.

Quanto à participação em projetos de Educação Sexual, a maioria dos participantes, 73 (73%), participou, embora não esteja especificado o grau de envolvimento no projeto, e, tendo em conta que apenas 20 tiveram alguma formação em Educação Sexual, poder-se-á questionar a

qualidade e dimensão do trabalho realizado pelos sete docentes que não tinham formação.

Considerando a opinião dos docentes sobre a inclusão da Educação Sexual nas escolas encontramos um número importante de participantes que concorda totalmente ou em parte, (56 e 39, respectivamente) com a inclusão da Educação Sexual na escola. Apenas dois (2%) discordam e três (3%) não têm opinião. E se não temos elementos sobre que "parte" ficaria reservada à escola, segundo os 39 participantes, há, no mínimo, uma atitude muito positiva da maioria dos participantes sobre a inclusão da Educação Sexual na escola. Este é um dado positivo, pois um clima favorável, independentemente da legislação em vigor, contribui para o sucesso da Educação Sexual.

Com o intuito de percebermos a opinião relativamente ao ano de escolaridade em que os docentes consideram oportuno iniciar a Educação Sexual, apesar de haver uma mancha bastante alargada de opiniões, há duas observações a registar: por um lado um número acentuado de participantes refere que a Educação Sexual deve começar no pré-escolar e 1º ciclo (29 - 29% e 32 - 32%, respectivamente); por outro lado, outros participantes referem que a Educação Sexual deve ocorrer no 2º e 3º ciclo (26 - 26% e 12 - 12%, respectivamente). Há assim opiniões bem diversas se tivermos em conta que o pré-escolar começa aos 4 anos de idade e o 2º ciclo, por volta dos 10 anos.

Assim, as opiniões que defendem maioritariamente a inclusão da Educação Sexual nas escolas, divergem quanto à etapa desenvolvimental mais adequada para fazer essa inclusão. Enquanto 59 (59%) dos docentes defendem que as crianças devem desde cedo (pré-escolar, 1º ciclo) ter acesso a conteúdos do domínio da Sexualidade no seu currículo escolar. Já 38 (38%) dos docentes inquiridos considera que essa abordagem deve ser mais tardia, no âmbito do 2º ou mesmo 3º ciclo de escolaridade.

Uma questão que nos assoma perante estas opiniões remete-nos para a conceptualização que estes docentes fazem sobre Educação Sexual e sobre sexualidade. A justificação para as opiniões encontradas pode residir na forma como é conceptualizada a Educação Sexual e mesmo a Sexualidade Humana.

De seguida, apresenta-se a avaliação da quantidade dos materiais pedagógicos de acordo com a opinião dos docentes inquiridos. Verificamos que apenas nove participantes (9%) referem como suficientes a quantidade de materiais pedagógicos disponíveis; 31 participantes (31%) referem que desconhecem; por outro lado, 60 (60%) referem que são escassos ou insuficientes (32 e 28, respectivamente).

A informação sobre a avaliação dos docentes inquiridos relativamente à qualidade dos materiais pedagógicos disponíveis para a Educação Sexual revela-nos que um elevado número - 66 (66%) - revela desconhecer a qualidade dos materiais. Por outro lado, 26 (26%)

consideram-nos pouco variados e 3 (3%), desatualizados. Apenas cinco (5%) consideram-nos diversificados.

Em relação a quem deve lecionar Educação Sexual, ou os principais agentes da Educação Sexual e sua organização, há uma grande divisão de opiniões: enquanto 39 (39%) entendem que deve ser lecionada por um professor e no âmbito de uma disciplina; por outro lado, 39 (39%) sugerem que a Educação Sexual deve ser trabalhada por vários professores, numa forma transversal. E 22 (22%) participantes entendem que deve ser ensinada no âmbito de um projeto. Não há assim uniformidade nas opiniões, o que demonstra que este tema é ainda muito polémico, nomeadamente no que concerne à forma como a Educação Sexual deve ser incluída no Currículo Escolar.

A maioria dos docentes mostra-se favorável à inclusão da Educação Sexual nas escolas. Contudo, os dados demonstram que esta inclusão no currículo está longe de ser consensual: por um lado há uma grande divisão entre os docentes apologistas de uma Educação Sexual o mais precoce possível e os que preferem retardar para períodos mais tardios – perto da adolescência ou coincidentes com esta. Por outro lado, verificamos que a forma de proporcionar a Educação Sexual está longe de ser unânime.

Alguns docentes defendem a criação de uma disciplina vocacionada em exclusivo para assuntos da Educação Sexual; outros docentes defendem a lógica do projeto e a construção de conteúdos relativos à sexualidade humana através de projetos que envolvem diversos conteúdos de disciplinas diferentes; outros docentes consideram ainda que cada docente deve abordar a sexualidade na sua disciplina sendo a Educação Sexual trabalhada de forma transversal. A escassa formação e, uma vez mais e relacionado com este aspecto, a conceptualização de Educação Sexual e de Sexualidade humana, podem contribuir para esta disparidade de respostas. A crescer, o fato de este tema ter sido tabu por muitos anos e entre gerações, pode explicar alguma divergência de opiniões.

Ainda numa perspectiva de conhecer a opinião e atitude dos docentes relativamente aos conteúdos considerados mais pertinentes no âmbito da Educação Sexual, foi necessário agrupá-las por categorias e proceder à sua codificação. Esse agrupamento pode, em alguns casos, ser discutível. Contudo, tornou-se necessário fazê-lo, não só para sistematizar os conteúdos, mas também para poder tirar conclusões sobre a opinião dos professores. Assim, indicamos as categorias e algumas das respostas dos participantes.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
1. Estudo do corpo humano	Fisiologia do homem e da mulher, menstruação, estudo do corpo humano, fisiologia do aparelho reprodutor
2. Afetividade	Afetos; afetividade, sentimentos
3. Saúde	Hábitos saudáveis; higiene e saúde
4. Atitudes e valores	Amor com responsabilidade; transmissão de valores morais; valores para uma vivência razoável da sexualidade.
5. Relações humanas	Respeito pelos outros: relações interpessoais; amizade.
6. Adolescência	Mudanças no corpo na adolescência; adolescência.
7. Prevenção	Prevenção das ISTs, contracepção.
8. Violência sexual	Pedofilia; violação; abusos sexuais
9. Planeamento familiar	Métodos <i>contraceptivos</i> ; <i>planeamento familiar</i> .

Embora 30 participantes (30%) não indicassem conteúdos, os restantes apontam conteúdos bastante diversificados: o estudo do corpo humano é sugerido por 15 participantes (15%); a afetividade, por 14 (14%); 11 participantes (11%) sugerem o planeamento familiar; a prevenção é sugerida por 10 (10%); nove (9%), atitudes e valores; quatro (4%) saúde; a adolescência é considerada por quatro (4%). Três participantes (3%) sugerem também as relações humanas. Apenas um (1%) indica que a Violência Sexual deve ser um tema a abordar.

De seguida, apresentam-se as categorias resultantes das respostas dos inquiridos relativas aos instrumentos para avaliar as aprendizagens dos alunos na Educação Sexual.

Tal como nos indicadores referentes aos conteúdos, também neste ponto muitos participantes 46 (46%) não responderam sobre a forma como avaliar as aprendizagens. Doze (12%) indicam testes/questionários; 11 (11%) elaboração de trabalhos; nove (9%) apontam os projetos; sete (7%) sugerem diálogos e debates; sete (7%) enfatizam a observação de comportamentos; seis (6%) sugerem uma avaliação formativa; dois (2%) participantes entendem que não deve ser avaliada.

DISCUSSÃO

O problema que regeu esta investigação consistiu em saber quais as atitudes dos professores e educadores face à Educação Sexual nas escolas.

Antes de tudo, deparamo-nos com um cenário muito diversificado de atitudes no que concerne aos conteúdos a ministrar, aos instrumentos para avaliar a Educação Sexual e aos procedimentos de inclusão da Educação Sexual nas escolas.

Se efetivamente a maioria dos docentes se mostrou apologista da integração no currículo escolar da Educação Sexual, por outro lado, a maioria também revelou possuir nenhuma ou muito pouca formação na área.

Assim, encontramos uma amostra de professores e educadores com vontade de intervir e contribuir para o desenvolvimento de uma sexualidade saudável nos seus alunos, mas que se debate com problemas conceptuais e pedagógicos sobre o que, como e quando educar no domínio da Educação Sexual.

De fato, ao nível dos conteúdos de Educação Sexual, um número significativo de docentes não respondeu, o mesmo se passando relativamente à avaliação. Igual dificuldade em responder foi encontrada relativamente quer à quantidade, quer à qualidade dos materiais existentes para a Educação sexual. Esta visível dificuldade em responder a este tipo de questões enraíza na parca formação recebida. De facto, 80% dos participantes não tiveram qualquer tipo de formação e os 20% que a receberam indicam que as mesmas eram sob a forma de uma palestra ou outra menos intensiva e sistematizada. Torna-se, pois, complicado exigir a Educação Sexual sem que os docentes, eles próprios tenham preparação para fazê-lo, como aliás, já o refere Lopez (2005). Mais do que os seus valores, é a falta de informação que impede uma Educação sexual adequada, uma vez que as atitudes dos docentes face à Educação sexual variam consoante a formação na área (Milton, 2001; Ramiro & Matos, 2008).

No que se refere aos conteúdos, verifica-se que acentuam os conhecimentos de cariz biológico, contudo, há alguns que indicam o planeamento familiar, a afetividade, os valores, etc., o que nos permite concluir que também manifestam preocupação com a dimensão humana e relacional da sexualidade, ou seja, uma componente formativa.

Ora, para lá dos conhecimentos, fundamentais para tomada de decisões, por exemplo, é importante o desenvolvimento de competências. A maioria dos jovens sabe que o preservativo protege das infecções sexualmente transmissíveis e da gravidez indesejada, mas será que no momento da relação sexual toma(m) a decisão de colocá-lo? Como abordar a necessidade da sua utilização com o parceiro(a)? Por isso, é necessário incluir nos conteúdos de Educação Sexual o treino de competências, designadamente, de assertividade, tão necessárias, em

particular na adolescência onde a opinião do outro conta mais do que, às vezes, a própria segurança pessoal.

Se pretendêssemos catalogar o modelo de Educação Sexual dentro dos modelos de Educação Sexual sugeridos por López, e tendo em conta que, globalmente, os conteúdos sugeridos apontam para o conhecimento do corpo e, simultaneamente, para as questões das doenças e prevenção, podemos dizer que estamos perante um modelo que acentua uma parte dum modelo *profissional* (onde os conhecimentos científicos são valorizados pelos professores) e também uma parte dum modelo *preventivo*, pois são sugeridos conteúdos referentes a doenças, prevenção, gravidez indesejada (López, 2005).

Por outro lado, estamos bem distantes do modelo *holístico* proposto por Puerto (2009). Na perspectiva deste autor, a sexualidade humana engloba a componente somática (descrição/ funcionamento), psicológica (comunicação), afetiva (amor), social (papéis sociais), cultural (cultura sexual), axiológica (valores), religiosa (crenças), higiénico/sanitária (higiene e saúde).

Há nos docentes da escola uma preocupação com a qualidade de vida dos alunos. Quando defendem que no programa deve constar a prevenção, os métodos contraceptivos ou as relações humanas estão a corroborar a nossa tese de que a Educação Sexual tem de contribuir para melhorar a qualidade de vida das crianças, adolescentes e jovens (Lopez, 2005).

Por outro lado, encontramos uma diversidade de opiniões sobre ciclo de aprendizagem adequado para encetar a Educação Sexual. A legislação em vigor (a lei nº 60/2009 de 6 de Agosto, com Portaria n.º 196-A/2010 de 9 de Abril de 2010) aponta para o 1º ciclo a inclusão da Educação Sexual na escola. Todavia, 29 professores entendem que o início deve ser já no pré-escolar e 26 que defendem que deve ser no 2º ciclo. Assim, estamos em presença de professores que têm uma atitude muito favorável face à inclusão da Educação Sexual na escola, o que poderá contribuir também para o sucesso do ensino nesta área, contudo, alguns ainda consideram que a abordagem dos temas relacionados com a Sexualidade Humana deve ocorrer em períodos mais tardios, o que nos remete a refletir sobre a conceptualização de Educação Sexual e de Sexualidade Humana que estes docentes detêm, em particular pela repercussão que as atitudes e concepções têm na motivação dos alunos para a Educação sexual (Fisher et al., 1988; Reis & Vilar, 2004).

Quanto ao formato da organização da Educação Sexual (os conteúdos devem ser lecionados por um só Professor ou em Metodologia de Projeto ou transversalmente) as respostas distribuem-se pelas três propostas. Não havendo, portanto, uma uniformidade de opiniões, o Conselho de Turma poderá definir o melhor caminho para atingir as metas propostas. A coesão, coerência e estruturação devem fazer parte do processo de ensino - aprendizagem. Além disso, a necessidade dos

professores de “cumprirem” o programa curricular poderá deixar para último lugar a educação Sexual.

Saliente-se que no ponto 2, do artigo 3º, da Portaria n.º 196-A/2010, de 9 de Abril, está escrito que “...os conteúdos da Educação Sexual são ministrados nas áreas curriculares não disciplinares, designadamente em formação cívica e completados pelas áreas curriculares disciplinares”. E, no ponto 3, do mesmo artigo, pode ler-se que “A gestão curricular da Educação Sexual enquadrada na área de formação cívica deve ser estabelecida pelo professor coordenador da educação para a saúde, em articulação com os diretores de turma”. Isto significa que na prática, vai ser da responsabilidade do Diretor de Turma a implementação da Educação Sexual. Por isso, é importante e urgente que o Ministério da Educação providencie Ações de Formação para os professores. Aliás, Lei nº 3 / 84 de 24 de Março, no ponto 3, especifica que “Será dispensada particular atenção à formação inicial e permanente dos docentes, por forma a dotá-los do conhecimento e da compreensão da problemática da Educação Sexual, em particular no que diz respeito aos jovens.”

Por fim, e quanto à quantidade e qualidade dos materiais há um desconhecimento acentuado sobre a sua existência, o que enfatiza a necessidade de formação/informação/divulgação neste domínio, indo de encontro, uma vez mais, aliás, as respostas dos docentes relativamente à formação que detinham nesta área. Este facto vem corroborar que a ausência de formação adequada na área da Educação Sexual constitui-se como um obstáculo à sua implementação nas escolas (López, 2005).

Em resposta ao problema científico formulado, verifica-se pois que os docentes têm uma representação da Educação Sexual como um conteúdo necessário no currículo escolar, porém, há ainda uma grande diversidade de opiniões sobre a idade mais adequada para o fazer e as formas de integração no currículo dos conteúdos inerentes à Educação Sexual.

Também, e por outro lado, a atitude dos docentes sobre a Educação Sexual nas escolas acaba por ser influenciada pelas suas próprias atitudes e conceptualização sobre o que é a Educação Sexual, o que aborda e o que é a própria Sexualidade Humana. Esta conclusão deriva do facto dos docentes afirmarem, na sua grande maioria, não possuírem formação específica na área e manifestarem o seu desconhecimento face aos materiais disponíveis para a Educação Sexual.

CONCLUSÃO

Neste estudo pretendíamos analisar as atitudes dos docentes de diferentes níveis de ensino (do pré-escolar ao Secundário) relativamente à inclusão da Educação sexual nas escolas.

Esta investigação deve a sua pertinência ao facto da atual legislação educativa em Portugal promulgar e apologizar que se contemple a Educação Sexual nos currículos escolares.

De facto, a educação sexual é necessária porque, entre outros aspectos:

- há conhecimentos a adquirir. Uma criança / jovem informado sente-se mais confiante, seguro, e esses conhecimentos vão ser transmitidos ao grupo de pares; além disso, possibilitam uma escolha esclarecida.
- há a necessidade de desenvolver competências sociais: saber pedir ajuda, esclarecimentos, adquirir este ou aquele método contraceptivo, recusar / aceitar pedidos, dizer sim ou não;
- permite desenvolver a comunicação: não só competências linguísticas, mas também afetivas e relacionais; as relações interpessoais tornam-se mais positivas quando a comunicação é clara, assertiva, biunívoca, sem ruído;
- para aceitar e viver a sexualidade numa forma positiva, responsável, sem vergonha, medo, mitos;
- para evitar a violência, o abuso, doenças, gravidez indesejada;
- para ter mais saúde e qualidade de vida: a prevenção de infeções, medos, angústias, incógnitas, potencia o bem-estar físico e psicológico;
- a educação sexual na escola é ainda uma forma de chegar a um número alargado de população e à responsabilização das famílias como primeiros responsáveis pela educação dos filhos.

A Educação Sexual, agora obrigatória, deverá, contudo, ser devidamente organizada, sistematizada e programada, como mandam as boas regras pedagógicas, e, acima de tudo, envolver os agentes educativos, como Encarregados de Educação, Técnicos Operacionais e outros profissionais que, pela especificidade das suas áreas de formação, ou papéis educativos assumidos junto da criança podem dar o seu contributo, tendo em vista uma formação dos alunos tão completa quanto possível.

Desta forma, poder-se-á atenuar e combater a educação distorcida veiculada pelos *media* ou pelo grupo de pares.

Os conteúdos, abordados nas diferentes etapas da escolaridade em espiral, do mais simples para o mais complexo, estão definidos pela legislação, mas nada impede que se inclua no Projeto Curricular da Turma conteúdos que sejam considerados pela equipa formativa.

Reiteramos que, além dos conhecimentos, é fundamental trabalhar as relações humanas, a comunicação, a aceitação positiva da sexualidade. A Educação Sexual deve ser feita numa forma positiva: pela vida, pelo bem-estar, pelas atitudes de responsabilidade, respeito, tolerância, e não apenas porque há infeções ou gravidez indesejada ou violência. Estes aspectos não podem ser esquecidos, mas ao trabalharmos escolhas, valores, atitudes e cidadania, estaremos a prevenir as infeções, a gravidez indesejada, a violência sexual.

Percebemos que a maior parte dos professores está de acordo com a inclusão da Educação Sexual na escola, contudo é urgente haver formação para colmatar algumas lacunas detectadas relativamente ao ciclo de ensino adequado para encetar a Educação Sexual, o material existente e a forma de desenvolver e avaliar os programas de Educação Sexual.

Reconhecemos que há necessidade de averiguar alguns aspectos que complementem a investigação aqui apresentada, nomeadamente, verificar a correlação entre a conceptualização sobre Educação Sexual e sobre sexualidade e os conteúdos considerados pertinentes abordar num programa de Educação Sexual. Por outro lado, é também importante verificar o efeito do tempo de serviço e da idade nas considerações tecidas relativamente aos conteúdos e nível de ensino considerados ajustados para a Educação Sexual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANASTÁCIO, Z.; CARVALHO, G. S.; CLÉMENT, P. (2007). "Educação sexual no 1º CEB : percepções dos professores sobre as suas dificuldades em áreas e tópicos específicos". In J. Lopes & J.P. Cravino (eds) **Contributos para a qualidade educativa no ensino das ciências do pré-escolar ao superior**. Actas do Encontro Nacional de Educação em Ciências. Vila Real: UTAD
- ARIZA, C.; CESARI, M.; GABRIEL, M. (1991). **Programa Integrado de Pedagogia Sexual en la Escuela**. Madrid: Narcea.
- BERDÚN, L. (2001). *Na tua Casa ou na Minha*. Lisboa: Areal.
- BERMÚDEZ, M.P.; Sanchez, A.I.; Buela-Casal, G. (1999). Adaptación castellana de la escala de comunicación sobre el VIH/AIDS entre el amigo y el adolescente. **Salud mental**, 22, 6, 8-12.
- CCPES, DGS, APF; RNEPS (2000). **Educação sexual em meio escolar. Linhas Orientadoras**. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação
- CLÉMENT, P. (1998). *La biologie et sa didactique. Dix ans de recherche*. **ASTER**, nº27, 56-93.
- CORTESÃO, I; SILVA, M. A.; TORRES, M.A. (1989). **Educação para uma sexualidade humanizada. Guia para professores e pais**. Coleção Ser Professor. Lisboa: Edições Afrontamento
- DARIA, M.P.; CAMPBELL, K. J. (2004). Schools need sexuality education programs: **Electronic Journal of Human Sexuality**, 74. www.ejhs.org.
- FISHER, W.A; BYRNE D; WHITE, L.A.; KELLEY, K.W. (1988). Erotophobia-erotophilia as a dimension of personality. **Journal of Sex Research**, 25(1):123-51.
- FRADE, A. (1999). **Educação Sexual na Escola – Guia para Professores, Formadores e Educadores**, Lisboa: Texto Editora.
- HOYOS, R.C.; SIERRA, A.V.; SAN MARTINS, A.H. (1997). *Fuentes de información y su relación con el grado de conocimientos sobre el*

- SIDA en adolescentes de Méjico. **Revista de Saúde Pública**, 31, 4, 351-359.*
- LÓPEZ, F. (1995). **La Educación sexual de adolescentes y jóvenes.** Madrid: Siglo XXI de Espanha.
- LÓPEZ, F. (2005). **La Educación sexual de los hijos.** Madrid: Pirámide.
- MARQUES, A. (1995). A Dimensão Afectivo-Sexual na Pessoa Deficiente - um modelo de intervenção. In I. Félix & A.M. Marques. **E Nós... Somos Diferentes, Lisboa.** Associação para o Planeamento da Família. (p.101-119).
- MARTINS, A.T., NUNES, C., MUÑOZ-SILVA, A.; SÁNCHEZ-GARCIA, M. (2008). Fontes de informação, conhecimentos e uso do preservativo em estudantes universitários do Algarve e de Huelva. **Psico**, 39(1): 7-13.
- MATOS, M.A. (2003). **Saúde dos Adolescentes: quatro anos depois.** Lisboa: FMH.
- MATOS, M. (2009). **Os comportamentos (mais ou menos) saudáveis nos jovens.** Comunicação apresentada no Encontro Nacional de Educação Sexual, APF, Leiria.
- MILTON, J. (2001). School Based sex education. **Primary educator**, 7(4), 9-14.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – **Educação em Meio Escolar - Linhas Orientadoras**, Lisboa, 2000.
- NODIN, N. (2002). **Sexualidade de A a Z.** Lisboa: Bertrand.
- PEREIRA, M. M.; FREITAS, F. (2009). **Educação Sexual.** Porto: Asa.
- PUERTO, C. (2009). **Educação Sexual e a Escola.** Lisboa: ID Books.
- RAMIRO, L.; MATOS, M.G. (2008). Perceptions of Portuguese Teachers about sex education. **Revista de Saúde Pública**, 42(4), 684-692
- REIS, M.H.; VILAR, D. (2004). A implementação da educação sexual na escola: atitudes dos professores. **Anal Psicológica**, 22, 737-45.
- SAMPAIO, M. (2009). **Educação Sexual, Educação para a Saúde, Educação para a Cidadania – pontes a fazer, caminhos a construir** - Comunicação apresentada no Encontro Nacional de Educação Sexual, APF, Leiria, 2009.
- SANCHIS, R.; Senabre, E. (2007) **Sexualidad, identidad e afectividad – como tratarlas desde la escuela.** Barcelona: Graó.
- SANDERS, P.; SWIDEN, L. (1995). **Para me conhecer. Para te conhecer... estratégias de Educação Sexual para o 1º e 2º ciclos do ensino básico.** Lisboa: Associação para o Planeamento da Família.
- SILVA, I. (2006). **Educação para os valores em Sexualidade: Um Estudo com Futuros Professores e Alunos do 9º Ano de Escolaridade**, Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Braga: Universidade do Minho.
- TAYLOR, L.D. (2005). All for him: Articles about sex in American lad magazines. **Sex Roles**, 52(3-4): 153-163.

- UNESCO (2009). **International Technical Guidance on Sexuality Education.**
- WHO (2004). **Sexual health – a new focus for WHO, nº67, Department of reproductive health and research.** Geneva.
- WEISS, P. (1999). Sources of information concerning sexuality in the Czech Republic population. **Ceskoslovenska Psychologie**, 43(1), 61-66.
- WESTRUPP, M.H.; BOELL, C.P.; BERGER, S.; COELHO, E.; CAETANO, J.C.; SOUZA, A.N. (1996). Educando para la salud. Conocimiento e fuente de información sobre el síndrome de inmunodeficiencia adquirida o SIDA. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, 4(2), 61-71.
- ZAPIAIN, J.G. (2003). A educação afectivo-sexual na escola. **Sexualidade & Planeamento Familiar**, 36: 33-38.

Documentos legais

- Dec.-Lei 3/84, **Diário da República – 1ª série** – N.º 71 – 24 de Março de 1984.
- PORTARIA n.º 196-A/2010, **Diário da República, 1.ª série** – N.º 69 – 9 de Abril de 2010.
- LEI n.º 60 2009, **Diário da República, 1.ª série** – N.º 151 – 6 de Agosto de 2009.

A RELEVÂNCIA ÉTICA E RELIGIOSA PARA UMA EDUCAÇÃO SEXUAL INTEGRAL

THE ETHICAL AND RELIGIOUS RELEVANCE FOR A COMPLETE SEXUAL EDUCATION

LA RELEVANCIA ÉTICA Y RELIGIOSA PARA UNA EDUCACIÓN SEXUAL INTEGRAL

Marisalva Fávero¹¹

Joaquim Paulo Ferreira Costa¹²

Helena Bilimória¹³

RESUMO

Com este trabalho "A relevância ética e religiosa para uma Educação Sexual integral" pretendemos perceber a pertinência que têm os valores e princípios éticos e religiosos na educação sexual e na vivência prática e concreta da sexualidade na adolescência.

A sexualidade é uma dimensão essencial da vida humana e um vértice fundamental de uma autêntica educação. A sexualidade humana ultrapassa largamente a finalidade reprodutiva, não se reduzindo à genitalidade nem se limitando às perspectivas biológicas. Ela reflete o que o ser humano é, sente, pense e vive. É a forma de ser, estar, relacionar-se e amar.

A educação sexual pressupõe um processo de ensino aprendizagem que privilegie o discernimento e a reflexão. Do ponto de vista antropológico, a educação da sexualidade consiste numa harmonização das diversas dimensões do ser humano em que os valores éticos e religiosos podem dar um contributo importante e constituir-se como elementos de estudo importantes para uma vivência afetiva mais saudável, gratificante, livre e responsável.

A educação deve ser global e o desenvolvimento pessoal deverá ser integral. Olhar às diversas dimensões do indivíduo e promover a integridade do seu desenvolvimento pressupõe pensá-lo como ser sexuado no respeito pelos valores essenciais do humanismo e aberto também ao transcendente.

Neste estudo, optamos por uma metodologia quantitativa e qualitativa, através da realização de um Inquérito junto de adolescentes do ensino secundário pois quisemos conhecer a importância dos princípios do Cristianismo na Educação Sexual na Adolescência e tomar consciência da importância atribuída pelos adolescentes às dimensões ética e religiosa na vivência da sua sexualidade.

¹¹ ISMAI/UNIDEP/CINEICC

Endereço para correspondência: bilimoriahelena@hotmail.com; mfavero@ismai.pt

¹² Instituto Piaget

¹³ Instituto Piaget

Pelos resultados obtidos, percebemos que as dimensões ética e religiosa são elementos considerados importantes na educação sexual e na vivência da sexualidade, num contexto cultural e social marcado indelevelmente pelos valores do Cristianismo. Em questões concretas relacionadas com atitudes e comportamentos de tipo sexual, há forte discordância face aos posicionamentos oficiais da Igreja Católica.

Palavras-Chave: Religião, sexualidade, adolescência

SUMMARY

With this work entitled "The ethical and religious relevance for a complete sexual education", we intended to understand whether the ethical and religious principles and values are relevant in sexual education and in the practical and concrete teenage sexuality.

Sexuality is an essential dimension of human life and a key vertex of an authentic education. Human sexuality is much more than the reproductive purpose restricted neither to the genitality, nor to biological perspectives. It reflects what human beings are, feel, think and live. It is the way to exist, be, relate and love.

Sexual education requires a learning process that favours the insight and reflection. In an anthropological understanding, sexual education consists of a harmonisation of the various dimensions of the human being in which ethical and religious values can make an important contribution. Therefore they become important elements to be subjected to a serious study so that there can be a healthier, more rewarding, free and responsible affective experience.

Education must be complete, and personal development must be wholesome. Contemplating the various dimensions of the individual and promoting the integrity of his development requires a great deal of thinking about each person as a sexual being in what concerns the fundamental values of humanism and also being receptive to the transcendent.

In this study, we have chosen a quantitative and qualitative methodology, by conducting a survey among high school teenagers, once our goal was to know the importance of the principles of Christianity in teenagers' sexual education and be aware of the importance given by adolescents to ethical and religious dimensions in their sexual experience.

By analyzing the results, we can conclude that the ethical and religious dimensions are important elements in sexual education and teenage sexuality, bearing in mind the cultural and social context indelibly marked by Christian values. As far as specific issues related to attitudes and behaviours of a sexual nature are concerned, there is a strong disagreement with the official positions of the Catholic Church.

Keywords: religion, sexuality, adolescence

RESUMEN

Con este trabajo, "La relevancia ética y religiosa para una educación sexual integral" intentamos comprender la cabida que tienen los valores y principios éticos y religiosos en la educación sexual y en la experiencia práctica y concreta de la sexualidad en la adolescencia.

La sexualidad es una dimensión esencial de la vida humana y un vértice fundamental de una verdadera educación. La sexualidad humana va más allá de la finalidad reproductiva, no reducida a la genitalidad, ni tampoco se limitando a las perspectivas biológicas. Refleja lo que el ser humano siente, piensa y vive. Es la forma de ser, estar, de relacionarse y de amar.

La educación sexual implica un proceso de enseñanza y aprendizaje que promueve el discernimiento y la reflexión. Desde el punto de vista antropológico, la educación sexual es una armonización de las dimensiones humanas diversas en las que los valores éticos y religiosos pueden hacer una contribución importante y se constituir como elementos de estudio importantes para una experiencia afectiva más saludable, gratificante, libre y responsable.

La educación debe ser global y el desarrollo personal debe ser integral. Mirar a las diversas dimensiones de la persona y promover la integridad de su condición para el desarrollo exige pensar en él como un ser sexual en el cumplimiento de los valores esenciales del humanismo y también abierto a lo trascendente.

En este estudio, se optó por una metodología cualitativa y cuantitativa, mediante la realización de un cuestionario a adolescentes de secundaria, ya que era nuestra intención conocer la importancia de los principios del cristianismo en la educación sexual en la adolescencia y analizar la importancia que atribuye los adolescentes a las dimensiones éticas y religiosas en la vivencia de su sexualidad.

De los resultados, vemos que las dimensiones éticas y religiosas se consideran elementos importantes en la educación sexual y en la vivencia de la sexualidad, en un contexto cultural y social marcado indeleblemente por los valores del cristianismo. En los temas específicos relacionadas con las actitudes y comportamientos de tipo sexual, hay un gran desacuerdo las posiciones oficiales de la Iglesia Católica.

Palabras clave: religión, sexualidad, adolescencia

INTRODUÇÃO¹⁴

**"Só se vê bem com o coração.
O essencial é invisível para os olhos..."**
(A. Saint-Exupéry, *O Príncipezinho*)

¹⁴ Para uma maior fluidez da leitura optamos por excluir as denominações genéricas (os/as) entendendo-se incluídos todos os gêneros.

**“O meu mandamento é este:
Que vos ameis uns aos outros, como Eu vos amei.”**
(Jesus Cristo, *Evangelho de S. João*, capítulo 15, versículo 12)

Com este trabalho, pretendemos perceber a pertinência que têm os valores e princípios éticos e religiosos na educação sexual e na vivência prática e concreta da sexualidade na adolescência.

A temática assume uma importância ímpar no contexto da Educação e merece uma reflexão séria e profunda já que temos um tipo de sociedade em que uma moral rígida e conservadora deu lugar a uma realidade social em que coexistem diversos padrões morais e religiosos. Isto se reflete na Escola e interpela de forma singular a questão da Educação Sexual.

O ser humano não é uma entidade sem sentido nem um composto artificial de corpo e alma, mas uma unidade indissolúvel psicossomática. Neste todo integrado e harmonioso que é a pessoa, a dimensão sexual é um vértice essencial e não um apêndice secundário e menos importante ou digno.

A Sexualidade é a realidade mais adjacente ao ser humano, participando, deste modo, da sua complexidade. A Sexualidade implica toda a personalidade e constrói a existência pessoal na sua dimensão biológica, psicológica, afetiva, social e espiritual. O ser humano é, na sua essência, sexuado e esta realidade não se reduz de forma alguma à genitalidade e à reprodução. A Sexualidade é a maneira de ser, viver e estar como homem ou mulher.

É bem patente a babel de interpretações e leituras relativas à Sexualidade e à Educação Sexual, proveniente de todos os quadrantes. É evidente certo pluralismo ético da cultura e da sociedade de hoje e notória uma proliferação significativa de informação erotizada, sobretudo nos *mass media*.

Qualquer que seja o modelo de Educação Sexual transmite valores e estes se tornam cada vez mais relativos e subjetivos num tempo de amplas e rápidas mudanças culturais e civilizacionais e em que o sexo deixou de ser um tabu.

Existe um consenso generalizado sobre a importância e necessidade da Educação Sexual. Nos últimos anos, o tema da Educação Sexual tornou-se uma preocupação crescente para pais, educadores e formadores. As elevadas taxas de gravidez na adolescência, o aumento do número de casos de doenças de transmissão sexual em adolescentes e jovens, o aumento do número de divórcios cada vez mais precoces e o retardar em assumir um projeto de vida em comum definitivo despertaram o interesse de um vasto leque de entidades responsáveis pela Saúde e Educação dos jovens, tornando imperiosa a reflexão, a

tomada de medidas legislativas no âmbito da Educação por parte do Estado.

Ninguém duvida que a Educação Sexual não é a mera instrução e, por isso, o seu enquadramento não pode deixar de ser o das relações humanas interpessoais, no contexto de uma antropologia consentânea com os valores essenciais do nosso património e identidade cultural e civilizacional. A Educação implica a dimensão Ética e a Ética não pode evitar a questão da Educação. A Educação Sexual relaciona-se intrinsecamente com o universo do humano que só o é se for alicerçado em valores e princípios espirituais.

O Estado revela muitas dificuldades na legislação da temática nos meandros escolares, essencialmente por ser uma temática delicada e susceptível de variadas hermenêuticas e por constituir matéria pessoal e social sujeita a valores e princípios de consciência, éticos e religiosos.

A Igreja Católica, apesar do conservadorismo e polémicas, vai-se atrevendo a dar pistas e orientações nestes assuntos. Assume uma posição coerente nos seus princípios e até com valores e ideais interessantes mas eventualmente afastados da realidade do ser humano de hoje.

É difícil equacionar uma Educação Sexual neutra de valores e princípios essenciais. Qualquer que seja o modelo adotado subentende-se e transmitem-se valores. É importante pensar nas vertentes da Ética e da Religião na Educação Sexual, num enquadramento civilizacional em que parece que cada vez menos estes aspectos têm a relevância do passado.

A Ética e a Religião constituem áreas de reflexão importantes para os alunos para uma Educação Sexual integral, para que não seja uma Educação parcial e empobrecida e não se reduza às dimensões biológica e psicológica.

Numa vertente prática, julgamos interessante fazer um Inquérito junto de alunos do Ensino Secundário de uma escola em relação à pertinência da Ética e da Religião hoje em dia nas questões da Sexualidade. Pretendemos conhecer a importância dos princípios do Cristianismo na Educação Sexual na Adolescência e tomar consciência da importância atribuída pelos adolescentes às dimensões ética e religiosa na vivência da sua sexualidade.

Como o enquadramento conceptual é a Ética e a Religião, a linguagem utilizada diz respeito aos valores e princípios essenciais que suportam a identidade civilizacional do Ocidente e, em concreto, o património cristão de que Portugal é herdeiro. É este o pano de fundo na reflexão que faremos em relação à Educação Sexual na Adolescência. A bibliografia utilizada integra-se neste contexto conceptual.

EDUCAÇÃO SEXUAL E ÉTICA

A Sexualidade e a reflexão ética

A reflexão ética constitui-se como um elemento essencial de qualquer educação digna desse nome. A experiência da vida e a sabedoria que ela encerra, ensina inequivocamente que há coisas boas e realidades más e que certas coisas nos convêm e outras não. Discernir o que nos convém ou não é uma atitude e uma aprendizagem essencial à realização e à felicidade pessoal.

A vida pressupõe aprendizagem e a escola tem um papel decisivo na educação e formação. Como salientam Cortesão, Silva e Torres, "é necessário criar na escola espaços de reflexão e debate, que permitam a formação moral e social dos alunos" (2005, p. 18).

Podemos dizer que a Moral refere-se ao conjunto de condutas e normas que costumamos aceitar como válidas e a Ética é a reflexão consciente dos princípios essenciais que regem a conduta humana, discernindo o porquê de as considerarmos válidas em comparação com as outras perspectivas morais assumidas por pessoas diferentes.

É, pois, indispensável como atitude ética decidir não viver de qualquer maneira, já que nem tudo se equipara ou conduz a um mesmo fim. É a questão essencial da liberdade que implica indelevelmente a responsabilidade. Ser livre é viver, ser e comportar-se de forma autenticamente responsável. Sendo responsáveis, sentimos que cada um dos nossos atos nos vai construindo, definindo e realizando.

Ora, se há aspecto em que o ser humano é desafiado a viver em sincera liberdade, verdadeira responsabilidade e autêntica consciência é a Sexualidade.

A Sexualidade não deixa ninguém indiferente. Ela marca não só o corpo, mas a mente, não só a modalidade ou a tonalidade dos afetos, mas também a compreensão do real, assim como a efetividade do agir (eg. López & Fuertes, 1999). A Sexualidade está intimamente ligada à vida, não só à reprodução da vida biológica, mas à vida humana na sua extensão multifacetada. Como salientam Santos, Ogando e Camacho, "falar de Educação da Sexualidade é falar de educação global, completa, contínua, constante, ao longo de toda a vida" (2001, p.10).

A sexualidade influencia o nosso equilíbrio psicológico, a nossa qualidade de vida, a nossa alegria de viver e, por isso, mais que informação sexual, o essencial é ajudar a criar alicerces para que se viva com plenitude a sexualidade.

A ideia de sexo e do respectivo prazer distrai a pessoa do essencial e, por isso os prazeres foram sempre rodeados por tabus e restrições e permitidos só em certas ocasiões e circunstâncias. O fundamental é usar adequadamente os prazeres, tendo sempre certo controlo sobre eles, não lhes permitindo que se volte contra o mais que forma a existência pessoal.

Um código de moral sexual fundado apenas no critério da felicidade humana, como o defendeu Bertrand Russell, só seria aceitável se não se identificar felicidade com prazer sexual (Dias et al., 2002).

A Educação Ética para a Sexualidade integra a Sexualidade na globalidade da construção da personalidade. Dissociar a vivência sexual das outras componentes da vida afetiva e relacional não ajuda à formação da unidade existencial do ser humano.

A Educação Sexual e os contributos da Ética

As intervenções no campo da educação da sexualidade remetem para diversos modelos conceptuais que ou são bastante redutores e/ou estão marcados por relativismos éticos. Em cada modelo estão implícitos determinados valores e nas diversas concepções estão subjacentes certos princípios, constituindo-se como os seus alicerces axiológicos e ideológicos.

Poderíamos falar de modelos impositivos conservadores que subordinam a visão da sexualidade à dimensão procriativa; modelos impositivos de ruptura que pretendem usar a sexualidade como instrumento de mudança social; modelos médico-preventivos, que consideram a sexualidade, sobretudo sob o prisma da ciência biológica e fonte potencial de problemas de saúde pública; modelos relacionais abertos, em que se defende um entendimento da sexualidade nas suas dimensões biopsicossociais; modelos de desenvolvimento pessoal em que a sexualidade é reconhecida com um vértice essencial da personalidade humana (Dias et al., 2002).

A Educação Sexual faz parte de toda a educação autêntica, global e completa (Santos, et al., 2001). Na verdade, a sexualidade é susceptível de ser educada e a educação só é completa se englobar a sexualidade, procurando ser formativa nos valores e princípios e informativa nos conteúdos e competências.

Sendo a Escola um espaço de Educação integral mediante a assimilação sistemática, crítica, histórica e dinâmica da cultura, as famílias contam com ela para fomentar o exercício da reflexão, do discernimento crítico, da troca de experiências e opiniões, da autêntica análise da sociedade e dos valores essenciais.

O grande objetivo da Educação em geral e da Educação Sexual em concreto é realizar, humanizar e dignificar mais a Pessoa e a Sociedade. Informação não é sinónimo de conhecimento e este sem integração num sistema de valores não é educação.

É importante sublinhar que o papel da Escola é o de colaborar com a Família na Educação Sexual da qual é o principal agente. Os primeiros e principais educadores dos filhos são os pais. Partilham, contudo, esta missão com diversas instituições, entre as quais está a Escola. Ao Estado compete promover a Educação e o ensino na garantia da liberdade de aprender e de ensinar.

EDUCAÇÃO SEXUAL E RELIGIÃO

A Sexualidade na Doutrina da Igreja Católica

O Homem e a mulher: unidade no amor

Dos principais valores veiculados pela Igreja Católica, relativos à sexualidade, destacam-se: a apologia da igualdade entre homem e mulher; o respeito pela dignidade enquanto pessoas, para lá do seu género; e, a complementaridade entre os géneros.

O homem e a mulher são feitos um para o outro. Deus não os criou a meias ou incompletos. Criou-os para uma comunhão de pessoas, em que cada um pode ser auxílio para o outro, pois são iguais como pessoas e complementares enquanto masculino e feminino.

No relato da criação do livro do Génesis, o homem reconhece na mulher, que é carne da sua carne e osso dos seus ossos, a correspondente adequada em humanidade e exulta perante o outro ser humano e a sua feminilidade. Descubrem-se criados por Deus como homem e mulher, através da sua corporeidade masculina e feminina.

A dignidade da Sexualidade humana

A Igreja Católica preconiza a defesa de uma noção de sexualidade como uma dimensão humana que ultrapassa a genitalidade. A corroborar esta ideia, o número 2360 do Catecismo da Igreja Católica (2005) refere que *"a Sexualidade ordena-se para o amor conjugal do homem e da mulher. No matrimónio, a intimidade corporal dos esposos torna-se sinal e penhor de comunhão espiritual"*.

Afirma-se, ainda, no número 2361 do mesmo catecismo, a elevada dignidade da Sexualidade no contexto do amor e do respeito pela pessoa humana.

A sexualidade não é um acidente vergonhoso, mas uma dimensão que permite ao homem e à mulher o seu crescimento como pessoa e a sua realização na relação com os outros, na comunhão interpessoal, no amor.

A Igreja defende, porém, que esta reciprocidade e o amor, de que a sexualidade é expressão, realizam-se de forma particular na união conjugal de homem e mulher, implicando esta união, a partilha da vida, amor e objetivos. A união conjugal dos corpos, para a Igreja Católica, é expressão da comunhão total das pessoas e provém de uma opção livre na criação de uma nova comunidade de amor e vida. Esta aliança deve ser total, exclusiva e definitiva, no âmbito dos valores preconizados pela Igreja Católica.

Aliás, a sexualidade, nomeadamente as relações sexuais, e a sua plena vivência, ainda que restrita ao contexto do matrimónio é apologizada pela Igreja Católica e considerada mesmo fonte de alegria e de prazer como podemos verificar no número 2362 do Catecismo da Igreja Católica (2005).

O Matrimônio e a fecundidade

Esta apologia por parte da Igreja Católica, da vivência da sexualidade em particular no contexto do matrimônio, fundamenta-se no objetivo de reprodução humana (número 372 do Catecismo da Igreja Católica, 2005). Afirma-se, no número 2366 do mesmo catecismo, a vocação do matrimônio para a fecundidade, destaca-se o valor da vida e sublinha-se o vínculo no ato conjugal entre união e procriação.

Para a Igreja Católica, Deus torna o homem e a mulher colaboradores na sua obra criadora, participando do amor criador de Deus pela transmissão da vida humana.

A sexualidade humana é evocada e apresentada na Bíblia e na doutrina da Igreja Católica como obra de Deus. A sexualidade humana é um dom com que Deus criou o ser humano, homem e mulher, à sua imagem e semelhança.

A sexualidade, na perspectiva da Igreja Católica é tomada como uma dimensão da pessoa e expressão da sua afetividade, não se reduzindo à genitalidade. Contudo a Igreja Católica valoriza o aspecto da castidade e do matrimônio.

Aspectos questionáveis da moral sexual eclesial

O cristianismo também dá importância ao corpo. De fato, a Bíblia no capítulo 1 e versículo 31 do livro do Génesis diz que Deus criou os seres humanos (homem e mulher) em corpo e viu que era muito bom. Por outro lado, a fé cristã confessa que Deus assumiu em Jesus a corporeidade humana e que ela está presente, pela ressurreição, no seio da Santíssima Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo). No entanto, a Igreja parece ter tido sempre dificuldade em relacionar-se com o corpo e a Sexualidade.

Afirma Oliveira e Silva (2008) que "*É, mais uma vez, o chamado fisicalismo – a globalidade da moralidade do ato humano identificada com a mera estrutura física do ato -, a estrutura biológica de um ato transformada em norma moral, a sacralização dos Aspectos fisiológicos da natureza humana como se fosse a simples biologia e fisiologia sexual, e não o amor, que deve servir de fundamento à Ética da Sexualidade humana*" (2008, p. 70).

Santo Agostinho (354-430 D.C.), que foi um notável teólogo e filósofo, a partir de uma experiência pessoal negativa da Sexualidade, de uma exegese não aceite pelos teólogos atuais e como solução para o problema do mal, formulou a doutrina do pecado original, entendido não como o primeiro de todos os pecados, mas como um pecado herdado de Adão e transmitido por geração, portanto, no ato sexual.

Então, determinou-se que tudo o que dizia respeito ao sexo é matéria grave. Como é difícil que alguém não tenha, pelo menos em pensamentos, atos relacionados com o sexo, e dado que só a Igreja e só os padres podem perdoar os pecados, o sacramento da confissão acabou

por tornar-se muitas vezes um local de opressão e humilhação e não um espaço de reconciliação e paz.

Não obstante, se no passado, a sexualidade era um tema tabu, hoje se tornou alguma coisa de absorvente e envolvente. Se outrora se realçou em demasia os pecados do sexo, hoje a moral sexual é a mais contestada e a menos seguida, mesmo por parte dos cristãos (Pelino & Marto, 1998).

Para a Igreja Católica, a Sexualidade é uma das questões mais difíceis e delicadas em termos de teologia moral e um dos elementos que direta ou indiretamente é responsável pela desilusão, frustração e abandono de tantas e tantos dos seus membros.

Hoje são muitas as facetas da Sexualidade humana que direta ou indiretamente influenciam a atual crise da Igreja Católica, colocando-lhe um desafio de dimensões sem precedentes e mesmo inteiramente novo, que afeta parte significativa da reflexão na sociedade ocidental. Vejam-se os seguintes exemplos: a interdição do acesso da mulher ao sacerdócio e à hierarquia da Igreja, a obrigatoriedade do celibato dos padres, a proibição do acesso dos divorciados católicos em posterior união de fato à comunhão eucarística, a questão da vivência casta da sexualidade por parte dos padres e das freiras, a ilegitimidade moral das relações sexuais pré-matrimoniais, a posição desfavorável em relação à sexualidade dos homossexuais, a ilegitimidade ética dos novos métodos contraceptivos e das técnicas de procriação medicamente assistida.

Por outro lado, não existe na Igreja, unanimidade, nem sequer grande entendimento sobre problemas éticos. Os católicos encontram-se frequentemente profundamente divididos em torno da maior parte dos problemas de moral sexual. A Igreja, que na *Humana Vitae* condena desde 1968 os métodos contraceptivos artificiais, denota uma, para muitos, inaceitável, desproporcionada e inadequada autoridade papal em áreas muito concretas da moral e Ética sexual (Oliveira & Silva, 2008).

Apesar do movimento renovador do Concílio Vaticano, a abordagem das questões de Sexualidade humana praticamente não se realiza, havendo a intencionalidade mais ou menos explícita de não lhe dar dimensão pública. Procurou-se subtrair à livre discussão dos padres conciliares todos os assuntos de moral sexual que pudessem causar problemas.

Roma afastou-se das pessoas concretas, com as questões da contraceção e da procriação medicamente assistida e, no fundo, da Sexualidade, em geral.

A Igreja precisa, efetivamente, de reconciliar-se com o mundo e a ciência, o corpo e a Sexualidade.

MÉTODO

Definição do problema

Assistimos a uma grande mudança na concepção da sexualidade humana e nos comportamentos sexuais em todo o mundo ocidental. A grande e significativa alteração prende-se essencialmente com a separação de alguns aspectos considerados inseparáveis no passado, de arraigada influência da ética cristã: sexualidade, afetividade, casamento e reprodução. O relacionamento sexual autonomizou-se relativamente ao casamento institucional e a sexualidade nem sempre está vinculada da vivência do amor, num contexto de mudança de valores.

A sociedade separou-se da Religião e sabe e sente que pode e deve realizar-se sem a dependência e subserviência da Igreja Católica. A prática religiosa em termos de participação nas celebrações litúrgicas diminuiu grandemente e, de alguma forma, tal fato pode estar relacionado com o corpo doutrinal da Igreja no que à sexualidade diz respeito, considerado pela maioria das pessoas como antiquado e pouco adequado ao mundo e às pessoas de hoje.

A Educação Sexual, tal como é vista nos nossos tempos, parece refletir uma mudança na consideração da importância da ética e da religião como pilares significativos para uma vivência plena e integral da sexualidade humana. Remete-se a ética e a religião para o domínio da consciência individual e do privado e reina a convicção de que, desde que não se prejudique nem se viole a liberdade do outro, tudo pode ser permitido, possível, legítimo e ninguém tem nada a ver com isso, pois o corpo e a vida são de cada qual e nenhuma pessoa ou instituição pode dizer o que está bem e certo.

Assim, a pergunta de partida que podemos fazer e que orienta o estudo aqui apresentado é: Qual a importância dos princípios do Cristianismo na Educação Sexual na Adolescência?

Pretendemos tomar consciência da importância atribuída pelos adolescentes às dimensões ética e religiosa na vivência da sua sexualidade.

Definição de objetivos

O estudo não tem o objetivo de generalizar, mas analisar e refletir sobre os seguintes aspectos:

- a) até que ponto os adolescentes da zona norte de Portugal, com maiores tradições de catolicismo, vivem a sua sexualidade influenciada pelos valores e princípios morais e religiosos.
- b) em que medida haverá ou não uma conexão entre as posturas individuais face à sexualidade e a identidade moral e religiosa dos alunos.

Mais especificamente, em relação aos adolescentes do Ensino Secundário pretende-se:

1. Conhecer os significados atribuídos ao conceito de Sexualidade.
2. Perceber a consciência de relação entre Ética/Moral e Sexualidade.

3. Tomar consciência da importância dada aos valores morais na vivência da sexualidade.
4. Descobrir a relevância atribuída à educação familiar para a vivência da sexualidade.
5. Entender a consideração dada aos valores morais na tomada de decisões sexuais.
6. Perceber a consciência de relação entre Religião e Sexualidade.
7. Conhecer a opinião sobre os posicionamentos da Igreja Católica face à Sexualidade.
8. Entender a influência dos princípios do Cristianismo na vivência da sexualidade.
9. Tomar consciência da consideração dos valores cristãos na tomada de decisões sexuais.
10. Conhecer a opinião face à oposição da Igreja Católica ao uso do preservativo.
11. Conhecer a opinião face à oposição eclesial às relações sexuais antes do casamento.
12. Conhecer a opinião face à oposição da Igreja Católica ao aborto.
13. Conhecer a opinião face à oposição da Igreja Católica ao casamento homossexual.
14. Tomar consciência em relação ao desejo de casamento.
15. Saber da intencionalidade de contração de casamento religioso.
16. Conhecer a vontade de ter filhos.
17. Conhecer a opinião em relação à reprodução medicamente assistida.

Caracterização do meio

A Escola que serviu de base ao estudo é uma instituição de ensino particular com contrato de associação com o Ministério da Educação. Está sediada numa cidade do Grande Porto.

A escola tem um Projeto Educativo próprio que se define como um projeto global de educação em atitudes e valores. O princípio diretor da ação formativa e pedagógica é, assim, a Educação para os Valores.

Caracterização da amostra

O tipo de amostragem utilizado é não aleatória, mais especificamente, casual ou por conveniência. A amostra diz respeito a três turmas do Ensino Secundário. Optamos por solicitar a realização do Inquérito em três anos escolares distintos do Ensino Secundário¹⁵: 10º, 11º e 12ºano. A seleção das turmas que participaram no estudo foi realizada por conveniência – durante as aulas letivas de EMRC (Educação Moral e Religiosa Católica) ministradas quer pelo investigador, quer por outro docente.

¹⁵ Em Portugal o ensino secundário está dividido em três anos: 10º, 11º e 12º.

Nas três turmas do Ensino Secundário responderam ao Inquérito 76 alunos, (30 (39%) do sexo masculino e 46 (61%) do sexo feminino), 25 (33%) frequentavam o 10º ano, 25 (33%) o 11º ano e 26 (34%) pertenciam ao 12º ano.

No que toca à idade, 14 alunos (18%) tinham 15 anos, 28 alunos (37%) tinham 16 anos, 24 alunos (32%) tinham 17 anos e 10 alunos (13%) tinham 18 anos.

Quanto à pertença religiosa, 43 alunos (57%) assumiram-se católicos praticantes, 29 alunos (38%) declararam-se católicos não praticantes e 4 alunos (5%) referiram não professar nenhuma religião.

De referir que não se verificam diferenças em termos de pertença religiosa entre o 10º e 11ºano, ao contrário do 12ºano em que a percentagem de alunos que se assumiram católicos não praticantes aumentou bastante (de 16/17 alunos católicos praticantes no 10º e 11º ano para 10 alunos no 12º; de 7/8 alunos católicos não praticantes no 10º e 11º ano para 14 alunos católicos não praticantes no 12º ano).Mais especificamente, apresentamos, de seguida, os dados relativos a cada turma *per se*.

Em nenhum dos questionários se registrou respostas nulas ou inválidas.

Julgamos interessante fazer um Inquérito junto destes alunos da escola supramencionada, pois se trata de uma escola com um projeto educativo alicerçado nos valores do humanismo e do cristianismo. Pretendemos saber até que ponto os princípios em que os adolescentes são educados os influencia na vivência prática da sua sexualidade.

Tendo em conta as especificidades da fase etária dos alunos do Ensino Secundário, foram consideradas relevantes as suas opiniões para o estudo em questão. Nesta etapa, os adolescentes e jovens vivem as questões da sexualidade como uma realidade cada vez mais concreta e real nas suas vidas práticas. Os relacionamentos afetivos e amorosos tornam-se mais efetivos e frequentes e as experiências sexuais são mais habituais.

Por outro lado, em termos religiosos, os adolescentes com prática católica já cumpriram a fase essencial e tradicional da formação catequética com a realização da 1ª comunhão e comunhão solene. Muitos abandonam o processo formativo, à exceção dos que decidem preparar-se para o sacramento da Crisma. Muitos deixam de ir à missa, pois a partir da realização das comunhões, os pais já não os querem obrigar a ir. A disciplina de Filosofia no Ensino Secundário também ajuda à racionalização da vida e da existência humana e o religioso e o transcendente é posto em dúvida e em questão.

Neste enquadramento, os alunos do Ensino Secundário podem ajudar a perceber de que forma a moral e a religião afeta e influencia as suas vivências reais no campo da sexualidade.

Caracterização do instrumento de recolha de informação: o Inquérito por questionário

Assim, a metodologia inerente à análise dos dados recolhidos no inquérito por questionário foi quantitativa e qualitativa.

O questionário elaborado continha 21 questões, sendo quatro de resposta aberta. Nestas, três eram justificações das respostas dadas. Havia, também, em termos de respostas de justificação, uma em que os alunos eram convidados a escolher duas opções de oito alíneas apresentadas. Dez questões eram de resposta fechada de cariz dicotómico - "sim" ou "não", e seis perguntas eram de resposta fechada, segundo uma escala de *Likert* com quatro opções: "discordo totalmente", "discordo", "concordo" e "concordo totalmente".

As questões de resposta aberta implicavam a apresentação de ideias pelas palavras dos inquiridos, estimulando o pensamento livre e ajudando na clarificação das posições. Organiza-se em torno de quatro grandes grupos de questões, com vista a recolher informação sobre: A) Dados de identificação; B) Opinião sobre as relações entre Ética e a Sexualidade (5 perguntas: conceito de sexualidade, a relação entre Ética e sexualidade, e a repercussão dos valores na vivência da sexualidade individual.); C) Opinião sobre a relação entre Religião e Sexualidade (oito perguntas: relação entre religião e sexualidade, influência dos valores cristãos na vivência da sexualidade individual e posicionamento da Igreja face a determinadas situações que envolvem a vivência da sexualidade - e.g. aborto, uso de preservativo); D) Opinião sobre casamento e fecundidade (quatro questões, relativas à opinião sobre casamento, casamento religioso, parentalidade e reprodução medicamente assistida).

Opções metodológicas e procedimentos de investigação

Foi pedida autorização à Diretora Pedagógica da escola para a realização do Inquérito, tendo sido o pedido deferido sem restrições.

Após a elaboração do questionário, foi realizado um estudo piloto, junto de 10 alunos do 10º ano, de uma turma que não tomaria parte no estudo aqui apresentado, para averiguar até que ponto as instruções eram claras, se havia alguma questão mais ambígua, se alguma questão provocava reações especiais, se teria sido omitido algum aspecto importante e quanto tempo demoravam a responder à totalidade do Inquérito. Nada de significativo aconteceu. Em média, os alunos demoravam 20 minutos a responder e não houve dúvidas em relação a nenhuma pergunta do inquérito. Ficou, assim, testado positivamente o questionário elaborado.

A aplicação do inquérito por questionário ocorreu durante as aulas de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC), ministradas quer pelo próprio investigador, quer por outro docente da disciplina.

ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados serão apresentados seguindo uma lógica descritiva. Só serão apresentadas as respostas positivas às perguntas formuladas, sendo que somente serão assinaladas as respostas negativas quando forem relevantes e as neutras (não sei, talvez, não se aplica) sempre que surgirem.

No que concerne ao segundo grupo de questões do Inquérito - ética e sexualidade - apresentamos de seguida a análise das respostas dadas pelos participantes.

Relativamente à questão 1: **"Para ti, o que é a Sexualidade?"**, no geral, parece assumido que a sexualidade envolve a pessoa na sua totalidade e não se limita à parte física ou ao relacionamento sexual propriamente dito, apesar de 13% ainda considerar que a sexualidade se reporta às relações sexuais. É evidente a valorização do aspecto relacional afetivo e a importância do respeito no relacionamento entre as pessoas. A generalidade dos alunos

tem consciência da realidade sexual como algo essencial da pessoa e que acompanha toda a vida humana, sublinhando-se aspectos como a reprodução, o corpo, a atração e o prazer a par das noções de bem-estar, intimidade, partilha e amor.

De seguida apresentamos a análise de conteúdo, na qual, além da respectiva categorização e codificação, apresenta-se uma exemplificação de respostas tomando o género e o ano de escolaridade.

A. REALIDADE PSICOSSOMÁTICA (39%)

A1. Unidade do corpo e da mente (25%)

Rapazes: 10º ano "Parte física e psicológica de um ser"; "Engloba várias dimensões e não se limita às relações sexuais";

11º ano "Aspecto que envolve o ato sexual e o amor"; "Todos os acontecimentos do corpo e dos sentimentos".

Raparigas: 10º ano "Viver o que sentimos e pôr em prática o que somos"; "Reflete os valores de cada pessoa"; "Reflete-se nas nossas ações e escolhas"; "Conjunto de coisas que fazem parte do íntimo de cada um"; "Não é só sexo, mas relação e preocupação com o bem-estar"; "A responsabilidade e a consciência são importantes";

11º ano "Personalidade, aparência física e consciência de nós mesmos"; "Conhecimento de nós mesmos"; "Conjunto de emoções e ações, no respeito pelos nossos valores";

12º ano "Tem a ver com o nosso corpo e a nossa alma: com todo o nosso ser"; "Experiências que vivenciamos".

A2. Dimensão natural da vida humana (15%)

Rapazes: 10º ano "Parte importante da mentalidade humana que envolve muitos aspectos"; "Algo que existe em todos e cada um vive como quer";

11º ano "Descoberta e vivência da melhor coisa da vida"; 12º ano

"Elemento fundamental da vida humana que proporciona bem-estar";
"Algo presente no nosso dia a dia e que não se limita ao ato sexual".

Raparigas: 10º ano "É tudo o que vivemos desde o nascimento até ao fim da vida"; "Algo que nos acompanha toda a vida e nos torna capazes de sentir e ter prazer";

11º ano "Conjunto de vivências que não se resume ao ato sexual" 12º ano "Processo próprio de todo o ser humano"

B. REALIDADE FÍSICA (25%)

B1. Relação Sexual (13%)

Rapazes: 10º ano "O ato sexual"; "Contacto físico";

12º ano "Ato praticável entre pessoas de sexos opostos ou não"; "Relação mais íntima entre pessoas em que se unem numa só".

Raparigas: 10º ano "Ato de ter relações sexuais"; "Atração de diferentes sexos".

12º ano "Manifestações e comportamentos sexuais"; "Um dos atos mais importantes e bonitos de qualquer ser vivo".

B2. Âmbito do desenvolvimento do corpo (7%)

Rapazes: 10º ano "Desenvolvimento do corpo"; "Nasce-se sexuado e vive-se de forma especial na puberdade"; 12º ano "Alterações físicas e mentais das pessoas".

Raparigas: 11º ano "Sentimentos e transformações físicas ao longo de toda a vida".

B3. Realidade reprodutiva (4%)

Raparigas: 11º ano "Expressão de amor e forma de procriação";

12º ano "Relaciona-se com a reprodução da espécie e com a união afetiva das pessoas"; "Ato para reproduzir e ter prazer".

C. REALIDADE AFETIVA (36%)

C1. Relacionamento com os outros (16%)

Rapazes: 10º ano "Algo complexo que envolve sentimentos"; "Tudo o que fazemos e manifesta-se por atos e sentimentos"; "Toda a relação com outra pessoa".

11º ano "Valores que temos na relação com os outros"; "Relação e interação entre pessoas que se sentem atraídas";

12º ano "Vivências e relacionamentos entre as pessoas"; "Relações e sentimentos interpessoais".

Raparigas: 10º ano "Forma de mostrarmos sentimentos a outra pessoa"; "Partilha de amor, carinho e afeto, sobretudo a partir da adolescência";

12º ano "Partilha responsável dos afetos".

C2. Experiência do amor (20%)

Rapazes: 10º ano "É partilha de amor"; "Partilha de experiências, emoções e sentimentos com alguém"; "Relação platónica com outra pessoa";

12º ano "União e demonstração de afeto entre pessoas"; "Amor pelo outro".

Raparigas: 10º ano "Implica o amor";

11º ano "É deixar o amor tomar conta de nós"; "Junção de dois seres em apenas um, numa união com respeito"; "Ponto máximo da intimidade entre as pessoas"; "Desejo, namoro, comunicação, compreensão e respeito pelo outro";

12º ano "Energia que nos impulsiona para o amor e a intimidade"; "Celebração do amor em que duas pessoas se unem numa só".

Em relação à pergunta "Para ti, o que é a Sexualidade?", as respostas apresentadas não revelam grandes diferenças entre rapazes e raparigas. As respostas dadas também manifestam semelhanças nos três anos em estudo.

Relativamente à questão 2: "Para ti, existe alguma relação entre Ética/Moral e Sexualidade?", 59 alunos (78%) responderam que sim.

No 10º ano, 20 alunos (80%) responderam que sim e 5 alunos (20%) responderam que não, sendo que 4 eram do sexo masculino. Os valores são semelhantes entre o 10º ano e o 11º ano, variando, contudo no 12º ano, com o aumento da percentagem de alunos que não consideram haver relação entre a Ética/Moral e Sexualidade.

Em relação à questão 2.1. "**Se respondeste Sim, explicita de que forma**", apresenta-se de seguida, o gráfico 1.

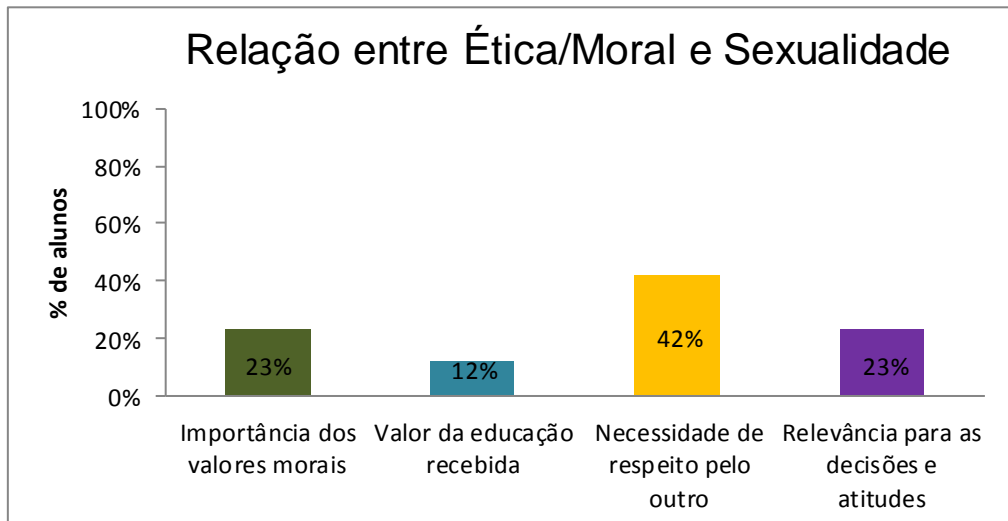


Gráfico 1 – Frequência das categorias de respostas à questão 2.1.

Apresenta-se de seguida a análise de conteúdo na qual se baseou a elaboração deste gráfico. Uma vez mais, além da categorização e codificação, apresenta-se uma exemplificação das respostas tomando o género e o ano letivo.

A. CONSIDERAÇÃO PELOS VALORES RECEBIDOS (35%)

A1. Importância dos valores morais (23%)

Rapazes: 10º ano "Deve-se viver a sexualidade tendo em conta os valores morais".

12º ano "Questões como os contraceptivos, homossexualidade e sentimentos"; "A fidelidade e o diálogo são valores morais que influenciam a sexualidade".

Raparigas: 10º ano "Os nossos princípios influenciam a nossa sexualidade"; "A consciência e a responsabilidade são fundamentais na vivência da sexualidade"; "Para viver uma sexualidade feliz há que ter os valores morais bem construídos";

12º ano "A sexualidade só é completa e agradável se for vivida com valores".

A2. Valor da Educação recebida (12%)

Raparigas: 10º ano "A influência da educação dos pais em casa é determinante"; "Cada povo e religião tem as suas regras e isso determina a nossa sexualidade";

11º ano "A educação que recebemos deve ser tida em conta";

12º ano "Há valores que a sociedade nos impinge para viver a sexualidade".

B. CONSIDERAÇÃO ÉTICA NA VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE (65%)

B1. Necessidade de respeito pelo outro (42%)

Rapazes: 10º ano "Uma sexualidade saudável depende do respeito de uns pelos outros"; "É necessário mútuo entendimento, não usando o outro só para ter prazer sexual".

11º ano "Respeito pelo outro e pelos valores de ambos";

12º ano "Respeito pelas pessoas, tendo em conta certos valores como o amor";

Raparigas: 10º ano "É necessário respeito pelos outros e por nós próprios"; "O sentimento do amor é o mais relevante"; "A harmonia no casal é maior"; "Sexualidade não é só sexo, envolvendo amor e respeito"; "É fundamental respeitar os valores e crenças de cada um na forma de ver a vida"; "Alguém sem responsabilidade pode aproveitar-se de outra que sente amor";

11º ano "Respeito por nós próprios e pelo outro, sentimentos e valores";

12º ano "O sexo deve ser vivido com respeito, amor e carinho"; "A dignidade e a consciência é o essencial em qualquer relação".

B2. Relevância para as decisões e atitudes (23%)

Rapazes: 10º ano "As atitudes dependem da nossa moral e dos nossos princípios"; "As nossas decisões sexuais acontecem segundo a nossa ética";

11º ano "Uma sexualidade saudável exige pensar antes de agir, para se assumir as consequências das opções tomadas";

12º ano "A questão da consciência é importante, pois há coisas corretas e outras incorretas de se fazerem"

Raparigas: 11º ano "Vivência da sexualidade de uma forma responsável, digna, livre, consciente e saudável"; "São os valores e princípios morais que nos fazem ser o que somos e influenciam as nossas decisões";

12º ano "As nossas convicções influenciam as vivências da sexualidade";

Em suma, verifica-se que os rapazes argumentaram invocando a importância dos valores e princípios morais para a tomada de decisões e vivência de uma sexualidade mais saudável. Destacaram valores como o respeito, o mútuo entendimento, o diálogo, a fidelidade e o amor. As raparigas revelaram-se com ideias mais claras e profundas e desenvolveram mais as suas opiniões. Destacaram a ideia da relevância da vivência da sexualidade de uma forma responsável, digna, livre, consciente e saudável, sublinhando a importância dos sentimentos e do respeito por si e pelo outro e chamando a atenção de que as decisões no campo da sexualidade revelam aquilo que somos e os ideais em que acreditamos.

Na pergunta "**Na vivência da tua sexualidade, consideras importantes os princípios e valores morais?**", Os 76 alunos das três turmas em estudo (100%) responderam que sim. De referir que, se na questão da existência de alguma relação entre Ética/Moral e Sexualidade, 22% dos alunos do secundário responderam que não, nesta pergunta todos consideram que na vivência da sua sexualidade, acham importantes os princípios e valores morais. Parece algo contraditório. A apresentação de exemplos de princípios e valores morais concretos relevantes na vivência da sexualidade pode ter ajudado a perceber que há aspectos éticos tidos em conta por todos.

Na escolha das opções para explicitação da forma como se atribui relevância aos princípios e valores morais na vivência da sexualidade, 58 alunos (76%) destacaram o "Respeito pelo outro", 26 alunos (34%) sublinharam o "Respeito pela tua dignidade", 14 alunos (18%) salientaram o "Respeito pela vida humana", 18 alunos (24%) referiram o "Respeito pelos teus sentimentos", 24 alunos (32%) selecionaram o item "Respeito pelos sentimentos do outro", 4 alunos (5%) destacaram o "Respeito pelo teu corpo", 1 aluno (2%) salientou o "Respeito pelo corpo do outro" e 7 alunos (9%) referiram a "Expressão da pessoa que tu és".

Nas três turmas, o "Respeito pelo outro" foi, efetivamente o aspecto mais escolhido, seguido do "Respeito pela tua dignidade" e "Respeito pelos sentimentos do outro". Os aspectos menos selecionados

pela generalidade dos alunos foram "Respeito pelo teu corpo" e "Respeito pelo corpo do outro". A opção "Expressão da pessoa que és" recolheu também poucas escolhas.

De seguida apresentamos uma análise mais específica. No 10º ano, 21 alunos (42%) destacaram o "Respeito pelo outro", 13 alunos (26%) apontaram a opção "Respeito pela tua dignidade"; 1 aluno (2%) escolheu o "Respeito pela vida humana", 4 alunos (8%) sublinharam o "Respeito pelos teus sentimentos", 9 alunos (18%) selecionaram "Respeito pelos sentimentos do outro", 1 aluno (2%) disse "Respeito pelo teu corpo" e 1 aluno (2%) colocou a cruz na opção "Expressão da pessoa que és". Ninguém apontou a alínea "Respeito pelo corpo do outro".

No 11º ano, 16 alunos (32%) salientaram o "Respeito pelo outro", 8 alunos (16%) sublinharam o "Respeito pela tua dignidade", 8 alunos (16%) destacaram o "Respeito pela vida humana", 8 alunos (16%) referiram o "Respeito pelos teus sentimentos", 7 alunos (14%) disseram "Respeito pelos sentimentos do outro" e 3 alunos (6%) destacaram a "Expressão da pessoa que tu és". As opções "Respeito pelo teu corpo" e "Respeito pelo corpo do outro" não foram selecionadas por nenhum aluno.

No 12º ano, 21 alunos (40%) destacaram o "Respeito pelo outro", 5 alunos (10%) sublinharam o "Respeito pela tua dignidade", 5 alunos (10%) salientaram o "Respeito pela vida humana", 6 alunos (11%) referiram o "Respeito pelos teus sentimentos", 8 alunos (15%) disseram "Respeito pelos sentimentos do outro", 3 alunos (6%) destacaram o "Respeito pelo teu corpo", 1 aluno (2%) salientou o "Respeito pelo corpo do outro" e 3 alunos (6%) referiram a "Expressão da pessoa que tu és".

Generalizadamente, verificamos que a percentagem de respostas às diferentes opções tende a ser semelhantes nos três anos letivos do Ensino Secundário, com relevo para o respeito pelo outro, o respeito pela dignidade pessoal, e para o respeito pelos sentimentos dos outros como as opções mais selecionadas e o respeito pelo corpo do outro e do próprio, como as opções menos valorizadas, salientando-se uma ênfase do reconhecimento da repercussão dos valores nas dimensões não biológicas da sexualidade.

Relativamente à questão 4 - "Os valores com os quais os teus pais te educaram influenciam a vivência da tua Sexualidade?", 69 alunos (91%) disseram sim: 10º ano, n: 23 (92%); 11º ano, n: 23 (92%); 12º ano, n: 23(88%).

A maioria dos alunos considera que a vivência da sua sexualidade tem a marca da educação dos pais. Os valores com que foram educados influenciam as suas vivências e convicções essenciais. Os valores são muito semelhantes nos três anos em estudo.

No concernente à pergunta "No momento de tomar uma decisão de tipo sexual tens em conta os valores da moral?", 70 alunos (92%) responderam afirmativamente sim: 10º ano, n: 24(96%); 11º ano: n:

22(88%); 12º ano, n: 24(92%). Verifica-se deste modo que as opiniões dos três níveis de ensino são semelhantes.

De referir que 87% dos rapazes responderam que sim, número sensivelmente inferior às raparigas onde 93% responderam no mesmo sentido.

A generalidade dos alunos das três turmas refere que quando têm que tomar decisões de natureza sexual, não esquecem os valores morais essenciais.

No que concerne à relação entre religião e sexualidade, iremos apresentar de seguida a análise das respostas.

Relativamente à primeira questão, 44 alunos (58%), concordam que existe relação entre Religião e Sexualidade (10º ano, n: 18 (72%); 11º ano, n:18 (72%); 12º ano, n:8 (31%).

Os valores entre quem considera haver e não haver relação entre Religião e Sexualidade aproximam-se bastante, no 10º e 11ºanos, destacando-se a existência de relação entre Religião e Sexualidade. Já no 12ºano invertem a tendência a favor da negação da existência de relação entre as duas realidades.

Na justificação da opinião, a generalidade dos alunos, tanto os rapazes como as raparigas, invocaram argumentos semelhantes. Mais radicais no sentido da não existência de relação entre Religião e Sexualidade, foram os alunos do 12ºano. Disse-se que as diversas religiões têm aspectos doutrinários que se referem à vida toda e concreta das pessoas, influenciando a vivência da sexualidade dos seus crentes e seguidores, concordando-se ou não com eles ou vivendo-os ou não na prática.

Consciente ou inconscientemente a influência das religiões faz-se sentir na forma como se vive e se normaliza as vivências sexuais das sociedades. Há valores defendidos pela religião que são importantes para a vivência da sexualidade.

Por outro lado, muitas foram as posições no sentido de não se misturar nem confundir o espiritual e o carnal e o divino e o humano no que à vivência da sexualidade diz respeito. Manifestou-se a ideia de que a sexualidade pertence ao domínio da consciência e do privado e que a crença religiosa e as convicções espirituais nada têm a ver com sexo.

Muitos alunos insurgiram-se contra a Igreja Católica que consideraram conservadora e retrógrada em relação às questões do sexo e que ainda é tratado como um tabu.

A análise de conteúdo das respostas é apresentada de seguida, considerando a respectiva categorização e codificação, assim como, a exemplificação tomando o género e o ano de escolaridade.

A. EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO (54%)

A1. A religião condiciona a vivência sexual dos crentes (18%)

Rapazes: 10º ano "Há pessoas devotas que renunciam à sexualidade"; "Os valores da religião influenciam as atitudes dos crentes";

Raparigas: 10º ano "Há pessoas que se casam pela Igreja"; "As religiões impõem regras sobre comportamentos sexuais para os seguidores"; 12º ano "As pessoas crentes devem seguir os valores religiosos quanto ao sexo";

A2. Os valores religiosos são referências importantes (36%)

Rapazes: 10º ano "Há princípios propostos pelas religiões para uma sexualidade Saudável"; "A religião e os seus valores influenciam a sexualidade"; 11º ano "A religião ensina valores como o amor e a sinceridade, respeito e amizade que são importantes na sexualidade"; "Há pessoas que se regem pela doutrina da sua religião na vivência da sua sexualidade"; "As religiões expressam os seus princípios sobre sexualidade aos seus seguidores"; 12º ano "O valor do respeito e o ideal da reprodução é comum"; "As diversas religiões influenciam a cultura e a forma como se olha para o sexo e a mulher"

Raparigas: 10º ano "A referência Adão e Eva faz sempre parte da reflexão sobre a sexualidade"; "Consciente e/ou inconscientemente somos influenciados pela religião"; "Há princípios diferentes em relação à sexualidade segundo cada religião"; "Podemos viver ou concordar ou não com os valores que defende cada religião";

11º ano "Pode-se concordar ou não, mas há relação, pois a religião diz respeito a todos os atos humanos"; "As religiões interferem na sexualidade das pessoas, apesar de muitas vezes não serem aceites"; "Se o amor é o valor supremo da religião, há relação com o essencial da sexualidade que é também o amor"; "A religião defende o amor e a fidelidade para sempre";

12º ano; "A religião afeta o nosso ser e o sentido da vida";

B. NÃO EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO (46%)

B1. Não há mistura entre sexualidade e religião (26%)

Rapazes: 10º ano "As crenças nada têm que ver com a vivência da nossa sexualidade"

11º ano "A sexualidade é uma responsabilidade nossa e não divina";

12º ano "A sexualidade é algo privado e pessoal onde a religião não entra"; "Cada um deve pensar e agir segundo a sua consciência"

Raparigas: 10º ano "A religião não deve interferir na vivência da sexualidade das pessoas"; "Cada um deve viver a sexualidade como quer e não como as religiões querem";

11º ano "Não se deve misturar nem confundir religião e sexualidade"; "A religião não pode interferir nos sentimentos das pessoas";

12º ano "As nossas crenças espirituais não deviam afetar a nossa sexualidade"; "A sexualidade relaciona-se com a moral, mas não com a religião";

B2. A Igreja / Religião está ultrapassada (20%)

Rapazes: 10º ano "As pessoas mais velhas estão ultrapassadas";
12º ano "Os valores da Igreja são incorretos e extremistas"; "Ninguém cumpre à risca o que a Igreja diz";

Raparigas: 10º ano "A religião tem uma mentalidade muito antiquada e parada no tempo";

11º ano "A religião só defende a reprodução e não respeita a sexualidade das pessoas";

12º ano "A sexualidade é mais que a mera reprodução e não como defende a religião"; "A religião limita, proíbe e a maior parte das pessoas não apoiam as ideias da Igreja"; "A religião tem muitos tabus em relação ao sexo".

No que concerne à pergunta "O que pensas da opinião da Igreja Católica sobre a vivência da Sexualidade humana?", 15 alunos (20%) disseram "Discordo totalmente", 43 alunos (56%) disseram "Discordo" e 18 alunos (24%) referiram "Concordo". Nenhum participante manifestou concordar totalmente.

Mais especificamente, no 10º ano, 6 alunos (24%) discordam totalmente, 10 alunos (25%) discordam e os restantes 9 alunos (36%) concordam. Nenhum participante do 10º ano afirmou concordar totalmente. No 11º ano, 3 alunos (12%) disseram "Discordo totalmente", 17 alunos (68%) disseram "Discordo" e 5 alunos (20%) referiram "Concordo". Não houve participantes que manifestassem concordar totalmente. No 12º ano, 6 alunos (23%) disseram que discordavam totalmente, 16 alunos (62%) disseram que discordavam, 4 alunos (15%) referiram que concordavam e nenhum aluno mostrou que concordava totalmente.

A percentagem de alunos que concorda com a opinião da Igreja Católica sobre a vivência da Sexualidade diminui à medida que se tornam mais velhos. Cerca de $\frac{3}{4}$ dos alunos mostra-se desfavorável às posições da Igreja Católica sobre Sexualidade. Há uma opinião muito desfavorável em relação aos posicionamentos doutrinários da Igreja institucional a quem rotulam de antiquada e de não se adaptar aos tempos hodiernos e às novas realidades no domínio da sexualidade.

Na pergunta "Os princípios doutrinários do Cristianismo influenciam-te na vivência da tua sexualidade?", 25 alunos (33%) disseram que sim e 51 alunos (67%) disseram que não.

Mais especificamente, no 10º ano, 9 alunos (36%) responderam que sim e 16 alunos (64%) responderam que não. No 11º ano, 13 alunos (52%) disseram que sim e 12 alunos (48%) disseram que não. No 12º ano, 3 alunos (12%) disseram que sim e 23 alunos (88%) disseram que não.

A maior parte dos alunos afirma que a doutrina sexual do Cristianismo não os influencia na vivência da sua sexualidade. Apenas na

turma do 11ºano, os valores entre o sim e o não se aproximam e com prevalência para o sim. No 10º e 12º anos, a resposta negativa leva grande vantagem em relação ao sim, sendo de realçar o desfasamento das percentagens no 12ºano.

Em relação à questão "No momento de tomar uma decisão de tipo sexual tens em conta os valores do Cristianismo?", 21 alunos (28%) disseram que sim e 55 alunos (72%) disseram que não. Considerando cada ano de escolaridade separadamente, no 10º ano, 10 alunos (25%) optaram pelo sim e 15 alunos (75%) responderam que não. No 11º ano, 7 alunos (28%) reponderam que sim e 18 alunos (72%) optaram pelo não. No 12º ano, 5 alunos (15%) disseram que sim e 22 alunos (85%) disseram que não.

De referir que 30% dos participantes do género masculino responderam que sim e 70% responderam que não; quanto aos participantes do género feminino, 28% optaram pelo sim e 72% responderam não.

A maioria dos alunos das três turmas assume que os valores do Cristianismo não são tidos em conta quando têm que tomar decisões de natureza sexual. Na turma do 12ºano, a percentagem no sentido do "não" é ainda mais significativa. As convicções religiosas dos alunos não são relevantes quando têm que fazer opções sexuais, separando radicalmente teoria e prática, doutrina e vida, crenças e realidade.

Relativamente à questão "A Igreja Católica é contra o uso do preservativo. O que pensas sobre este posicionamento da Igreja?", 61 alunos (80%) responderam "Discordo totalmente", 15 alunos (20%) disseram que discordam. Nenhum participante referiu concordar.

Analisando com mais pormenor, verifica-se que no 10º ano, 18 alunos (72%) responderam "Discordo totalmente" e 7 alunos (28%) disseram "Discordo". Nenhum participante referiu que concordava ou que concordava totalmente. No 11º ano, 19 alunos (76%) responderam "Discordo totalmente" e 6 alunos (24%) disseram que discordam. Também nenhum referiu concordar. No 12º ano, 24 alunos (92%) disseram que discordam totalmente e 2 alunos (8%) referiram simplesmente discordar. Nenhum aluno concorda.

É sintomático que a totalidade dos alunos das três turmas discorda ou discorda totalmente do posicionamento desfavorável da Igreja Católica face ao uso do preservativo. Os alunos da turma do 12ºano foram os que se revelaram mais desfavoráveis pela elevadíssima percentagem da opção Discordo totalmente.

A Igreja institucional insurge-se contra qualquer método contraceptivo artificial e esta posição radical contra a regulação da natalidade encontra uma forte oposição em toda a sociedade, e isso está bem manifesto nas respostas dos alunos.

No que diz respeito à pergunta "A Igreja Católica insurge-se contra as relações sexuais pré-matrimoniais. Qual a tua opinião sobre esta

posição da Igreja?”, 31 alunos (40%) respondeu “Discordo totalmente”, 43 alunos (57%) manifestou discordar e apenas 2 alunos (4%) assumiram concordar.

Mais especificamente, no 10º ano, 10 alunos (25%) responderam “Discordo totalmente”, 14 alunos (56%) responderam “Discordo” e 1 aluno (4%) “Concordo”. Nenhum participante respondeu “Concordo totalmente”. No 11º ano, 5 alunos (20%) responderam “Discordo totalmente”, 19 alunos (76%) manifestaram discordar e apenas um aluno (4%) assumiu concordar. No 12º ano, 16 alunos (62%) manifestaram discordar totalmente e 10 alunos (38%) manifestaram discordar. Não houve respostas favoráveis a este posicionamento da Igreja Católica.

A grande maioria dos alunos insurge-se contra o posicionamento da Igreja Católica contra as relações sexuais antes do casamento. Nesta fase etária do Ensino Secundário, uma percentagem significativa poderá ter iniciado uma vida sexual ativa, mais provável no 12ºano, onde os alunos manifestaram mais oposição face à doutrina sexual da Igreja, daí o posicionamento manifestado.

No concernente à questão “A Igreja Católica opõe-se ao aborto. O que pensas sobre este posicionamento da Igreja?”, 9 alunos (12%) afirmaram “Discordo totalmente”, 28 alunos (37%) referiram discordar, 28 alunos (37%) manifestaram concordar e 11 alunos (14%) concordam totalmente.

Analisando de forma mais particular, no 10º ano, 4 (16%) optaram por “Discordo totalmente”, 5(20%) responderam “Discordo”, 9(36%) afirmaram “Concordo” e 7(28%) assumiram o “Concordo totalmente”. No 11º ano, 1 (4%) afirmou “Discordo totalmente”, 11(44%) referiram discordar, 11 (44%) manifestaram concordar e 2(8%) concordam totalmente. No 12º ano, 4 alunos (15%) escolheram a opção “Discordo totalmente”, 12(46%) selecionaram a opção “Discordo”, 8 (31%) disseram “Concordo” e 2(8%) responderam “Concordo totalmente”.

Salienta-se a diversidade de opiniões relativamente ao posicionamento radicalmente contra a interrupção voluntária da gravidez por parte da Igreja. Interessante que na globalidade dos alunos do Ensino Secundário, o número de alunos que assumiram discordar é igual ao número dos que reconheceram concordar e são as posições mais significativas. As posições extremadas de “Discordo totalmente” e “Concordo totalmente” são as que recolhem menos escolhas por parte dos alunos. Os alunos do 10ºano são os que estão mais de acordo com as posições da Igreja e os do 12º ano são os que menos concordam com ele.

Trata-se de uma temática muito sensível e delicada, e que mobiliza sentimentos e valores que vão muito além das convicções religiosas. Os alunos valorizam a vida humana intrauterina, mas apenas num enquadramento em que estejam reunidas todas as condições

essenciais à criação do novo ser humano e admitem muitas exceções à continuação da vida do embrião.

No respeitante à questão "A Igreja Católica não admite o casamento homossexual. Qual a tua opinião sobre esta posição da Igreja?", 21 alunos (28%) responderam "Discordo totalmente", 28 alunos (37%) disseram "Discordo", 21 alunos (27%) afirmaram concordar e 6 alunos (8%) responderam concordar totalmente.

Analisando cada ano escolar separadamente, constata-se que no 10º ano, 5 alunos (20%) assumiram o "Discordo totalmente", 8 alunos (32%) optaram por "Discordo", 8 alunos (32%) afirmaram "Concordo" e 4 (16%) afirmaram "Concordo totalmente". No 11º ano, 6 (24%) responderam "Discordo totalmente", 11 (44%) optaram por "Discordo", 6 (24%) manifestaram concordar e 2 (8%) responderam concordar totalmente. No 12º ano, 10 (38%) responderam que discordavam totalmente, 9 (35%) responderam que discordavam, 7 (27%) disseram que concordavam e nenhum aluno respondeu que concordava totalmente.

A maior parte dos alunos que respondeu ao Inquérito discorda ou discorda totalmente com a posição contrária da Igreja em relação ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. A tendência acentua-se à medida que os alunos são mais velhos. O 12ºano manifestou-se fortemente contra a posição da Igreja, revelando mais compreensão e tolerância para a opção das pessoas que desejam casar-se com outras do mesmo sexo, revelando menos grau de heteronormatividade.

De seguida, passaremos a analisar o bloco de questões relativo ao casamento e fecundidade.

Relativamente à questão "**No futuro, pensas casar?**", 62 (82%) afirmaram que sim: 10º ano, 23 (92%); 11º ano, 19 (76%); 12º ano, 20 (77%).

Cerca de 4/5 dos alunos manifestaram vontade de casar, sendo que a maioria dos alunos do 10º ano revelou esse desejo, diminuindo significativamente esse desiderato nos alunos do 11º e 12º anos.

No que concerne à pergunta "**Gostarias de contrair casamento religioso?**", 56 (74%) disseram que sim: 10º ano, 21 (84%); 11º ano, 19 (76%); 12º ano, 16 (62%).

A maior parte dos alunos, cerca de $\frac{3}{4}$, manifestou interesse em contrair casamento religioso. O número de alunos a manifestar essa vontade diminui no 11º ano e, ainda mais, no 12ºano. Segue a tendência já revelada em perguntas anteriores em relação à relevância dos elementos religiosos em questões e decisões relacionadas com a sexualidade. Também verificamos que as respostas dadas a esta questão em consonância com as respostas dadas à questão anterior sobre a intenção de contrair matrimónio.

Em relação à questão "**Gostarias de ter filhos?**", 70 (92%) revelaram que sim, dos quais: 10º ano, 24 (96%); 11º ano, 22 (88%); 12º ano, 24 (92%).

A maioria dos alunos das três turmas manifestou vontade de ter filhos. Os valores são semelhantes nos três anos, ainda que se constate uma ligeira redução da percentagem de respostas favoráveis no 11º ano.

No que diz respeito à questão **“Qual a tua opinião em relação à reprodução medicamente assistida (reprodução artificial)?”**, Nenhum aluno discorda totalmente, 7 (9%) discordam, 39 (51%) escolheram a opção “Concordo” e 30 (40%) referiram concordar totalmente.

Mais especificamente, no 10º ano, ninguém respondeu “Discordo totalmente”, 3 (12%) responderam “Discordo”, 17(68%) responderam “Concordo” e 5(20%) responderam “Concordo totalmente”. No 11º ano, nenhum aluno afirmou que discorda totalmente, 3 (12%) discordam, 15(60%) escolheram a opção “Concordo” e 7(28%) referiram concordar totalmente. No 12º ano, nenhum participante afirmou que discorda totalmente, 1 aluno (4%) referiu discordar, 7(27%) concordam e 18(69%) concordam totalmente. Verifica-se, deste modo, que a opção mais escolhida no 10º e 11ºano foi “Concordo” e no 12º ano foi “Concordo totalmente”.

A maioria dos alunos está aberta à possibilidade da reprodução artificial com a ajuda médica, sendo ainda mais evidente este posicionamento nos alunos de 12º ano.

Em relação à justificação das opiniões, foram quase unânimes, tendo sido utilizado o mesmo tipo de argumentação nos rapazes e nas raparigas: todas as pessoas têm o direito a ter filhos e isso é natural e legítimo. Se por meios naturais não os alcançam, podem consegui-lo com as técnicas médicas postas ao serviço da felicidade humana. Refere-se frequentemente que a adoção é uma boa alternativa.

A análise de conteúdo é apresentada de seguida com a respectiva categorização e codificação, assim como a exemplificação tomando o género e o ano de escolaridade.

A. LEGITIMIDADE DA PATERNIDADE (46%)

A1. Direito de todas as pessoas a ter filhos (31%)

Rapazes: 10º ano “Um casal que não possa naturalmente ter filhos deve ter direito a alcançá-los”; “Todas as pessoas têm direito a ser pai ou mãe”;

11º ano “Todos têm direito a serem felizes e para muitos ter um filho é um sonho”;

12º ano “Todas as pessoas têm o direito a ter filhos”

Raparigas: 10º ano “Desejar ter descendência é muito importante e a adoção não é a única opção”;

11º ano “É normal lutar por ter filhos do próprio sangue, pois são sonhos legítimos”; “É um direito humano que ajuda à felicidade das pessoas”;

12º ano “*Nada nem ninguém pode impedir alguém de ser feliz e ter a dádiva da paternidade*”;

A2. A adoção é outra possibilidade (15%)

Rapazes: 10º ano "É mais natural e humano recorrer à adoção";

12º ano "A adoção é também uma solução";

Raparigas: 11º ano "A adoção é também uma hipótese";

12º ano "A adoção é também uma boa solução"

B. A CIÊNCIA AO SERVIÇO DO CASAL (54%)

B1. A tecnologia facilitadora da fecundidade (35%)

Rapazes: 10º ano "Os processos científicos são uma boa alternativa à infertilidade";

12º ano "É magnífico poder ajudar um casal a ter filhos que não consegue naturalmente"; "É uma oportunidade para ter filhos do mesmo sangue";

Raparigas: 10º ano "Um casal que queira ter filhos não deve desistir e deve ter outras alternativas";

11º ano "É uma oportunidade a agarrar"; "O avanço da ciência e da tecnologia é para ser posto ao serviço das expectativas das pessoas"; "Multiplicar-se e reproduzir-se é um princípio cristão, qualquer que seja a forma de concretizá-lo";

12º ano "A ciência consegue ajudar e isso é um bem à nossa disposição"; "Está em causa a espécie humana e a sua sobrevivência"

B2. Favorecimento do bem-estar e felicidade do casal (19%)

Rapazes: 11º ano "A vida do casal pode melhorar com um filho se esta for a única solução possível"; 1

2º ano "Faz os casais mais felizes e é solução para o seu problema";

Raparigas: 10º ano "No caso de infertilidade, esses métodos podem fazer feliz o casal"; "Os processos artificiais são legítimos, pois promovem a saúde e bem-estar";

12º ano "Oportunidade para a felicidade de ser pai ou mãe";

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O fato de termos optado por alunos de três níveis académicos diferentes do ensino secundário, permitiu dar-nos conta que, sendo a adolescência uma fase de muitas e rápidas mudanças a todos os níveis, isto foi também notório e evidente na nossa amostra, sobretudo na turma do 12ºano, na qual as opiniões foram significativamente diferentes, tanto no âmbito temático da ética como da religião na vivência da sexualidade.

A adolescência constitui-se como uma etapa essencial do desenvolvimento do ser humano e tem características singulares relevantes no contexto do nosso estudo sobre a importância que a ética e a religião podem assumir na Educação Sexual e na vivência da sexualidade na adolescência.

A adolescência é uma etapa em que a pessoa toma consciência das suas motivações individuais e se confronta com as regras sociais.

Para Fernandes (1990), a adolescência apresenta-se a nível psicológico com um vivenciar de divergências e oposições que percorrem todos os graus da escala hierárquica levando o jovem a uma crise existencial ampla, profunda e crucial, capaz de mudar o processo da própria personalidade em formação, transformando o seu comportamento e a sua adaptação ao meio familiar, escolar e social.

A sexualidade não deixa de interpelar e incomodar tudo e todos e constitui-se como uma realidade essencial e profundamente relevante e significativa da pessoa toda e de todas as pessoas. Isto é evidente nos alunos que responderam ao Inquérito.

No que respeita à relação entre ética e sexualidade, pelas respostas recolhidas junto da amostra, torna-se evidente que os alunos parecem perceber, na generalidade, que a sexualidade envolve a pessoa na sua totalidade psicossomática e não se restringe ao mero relacionamento sexual. Entendem que a sexualidade humana ultrapassa largamente a finalidade reprodutiva e não se reduz à simples genitalidade.

Os alunos valorizam a afetividade e demonstram atribuir importância ao respeito no relacionamento entre as pessoas. A maior parte dos alunos tem consciência da sexualidade como um vértice fundamental da pessoa e que a acompanha desde o nascimento até à morte. Ela proporciona estabilidade emocional e oferece realização e felicidade.

Os alunos tendem a apresentar uma conceptualização multidimensional da sexualidade similar à que hoje se defende nos meios científicos e ao que foi definido pela Organização Mundial de Saúde em 1984 e pelo XV Congresso Mundial de Sexologia em 1999. Assumem que a sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interesses afetando a saúde física e mental e que se constitui como uma parte fundamental da personalidade de todo ser humano e o seu integral desenvolvimento é essencial para o amadurecimento individual, interpessoal e social.

A maior parte dos alunos manifesta convicção na relação entre a sexualidade e a ética. Atribuem importância à vivência da sexualidade de uma forma responsável, digna, livre, consciente e saudável e destacam o valor dos sentimentos, do diálogo e do respeito por si e pelo outro e acreditam que as decisões no campo da sexualidade revelam aquilo que são como pessoas.

A totalidade dos alunos considera importantes os princípios e valores morais na vivência da sua sexualidade, reiterando de certa forma, a consideração da existência de uma relação entre ética e sexualidade. Há aspectos éticos tidos em conta por todos. O "Respeito pelo outro" foi o aspecto mais focado pelos alunos bem como o Respeito pela dignidade pessoal e "Respeito pelos sentimentos do outro". Os aspectos menos escolhidos pela generalidade dos alunos foram os relacionados com o respeito pelo corpo. Denota-se, deste modo, um enfoque na dimensão

afetiva, mais do que na biológica da sexualidade, corroborando a perspectivação multidimensional defendida pelos alunos na questão sobre sexualidade.

No momento de tomar decisões de natureza sexual, os alunos manifestaram não esquecer os valores morais essenciais, apesar de ser próprio e natural na adolescência serem postos em questão muitos princípios com que foram educados.

Na vivência da sua sexualidade, é natural que os adolescentes sintam que controlam o seu corpo e as suas decisões (Sampaio, 1996). Por outro lado, os adolescentes questionam-se em relação a diversos aspectos e referências éticas com que foram educados e refletem nos padrões e valores que norteavam a sua infância.

A quase totalidade dos alunos considera que a vivência da sua sexualidade tem a marca da educação dos pais e que os valores com que foram educados influenciam as suas vivências e convicções essenciais.

Um ambiente familiar onde predomine um clima de amor, compreensão, interajuda, com expressões de carinho e afeto entre pais e filhos conduzirá à interiorização de comportamentos sexuais saudáveis (Cortês, Silva & Torres, 2005). Vivendo num ambiente desprovido de tabus ou falsos moralismos, onde o respeito e a liberdade prevalecem, a criança e mais tarde adolescente, sente que pode dialogar e esclarecer todas as suas dúvidas.

Com a Revolução Industrial desencadearam-se grandes alterações na organização da sociedade. Devido à necessidade de adquirir formação técnica e intelectual para entrar no mundo do trabalho, a escolaridade obrigatória foi-se alargando pelo que os adolescentes começaram a permanecer mais tempo no seio familiar.

As famílias vão concentrar-se nas tarefas educativas assegurando a promoção social dos filhos e garantindo a permanência do sistema de valores e a escola torna-se espaço de transmissão das regras sociais e culturais do mundo dos adultos, sendo os adolescentes ali formados conforme os modelos definidos pelos adultos.

Claro que a ascendência predominante da família vai ser progressivamente substituída pelo grupo de pares como fonte de referência das normas de conduta e da atribuição de estatuto. O grupo de pares, como agente de socialização, vai exigir a organização de relações de competição e cooperação com os companheiros de ambos os sexos e na vivência da sexualidade isto se torna evidente.

Aliás, é com base no confronto com outros valores e eixos axiológicos do grupo de pares que o adolescente se vai questionando relativamente aos seus valores, na edificação da sua identidade pessoal e no desenvolvimento e manifestação da sua sexualidade.

No que respeita à relação entre religião e sexualidade, se a maior parte dos alunos encontra sentido na relação entre sexualidade e ética, o mesmo não parece acontecer em relação à influência da religião na

vivência da sexualidade. Esta tendência acentua-se à medida que os alunos vão avançando na idade.

Estes resultados podem-se compreender tendo em conta que a Ética é fundamentada em princípios universais (e.g. respeito pelo outro, direito à vida), sendo que alguns deles formam a base para a vivência de uma sexualidade plena e saudável. Já a religião, defendendo uma moral, ou seja costumes, padrões de comportamento definidos como socialmente aceitáveis, não é tão valorizada pelos alunos do 12º ano nas suas tomadas de decisão, uma vez que, com o próprio desenvolvimento e experiências que os alunos vão tendo, os costumes relativizam-se, assim como o peso que assumem nas suas decisões, ao invés dos princípios éticos que tendem a ser gerais e por todos defendidos, ainda que em hierarquias axiológicas diferentes.

De fato, os adolescentes coexistem no mundo em relação com o meio, sendo interlocutores numa cultura num contexto pessoal de realizações em que as dimensões familiares, sociais, políticas e religiosas, o desafiam a tornar-se pessoa. Têm consciência de que, consciente ou inconscientemente, a influência das religiões faz-se sentir na forma como se vive e se normaliza as vivências sexuais dos povos e culturas e que as diversas religiões têm aspectos doutrinários que influenciam a vivência da sexualidade dos seus seguidores.

No entanto, uma coisa é o posicionamento oficial e formal das instituições religiosas e outra é a sua vivência concreta e prática pelas pessoas reais. Há a convicção generalizada, à medida que os alunos se vão afastando da prática religiosa que não se deve misturar nem confundir o espiritual e o carnal e que a sexualidade pertence ao domínio da consciência e do privado e que a crença religiosa e as convicções espirituais nada têm a ver com sexo. Muitos questionam e insurgem-se contra a Igreja Católica que consideram conservadora e retrógrada nas questões da sexualidade humana.

Repare-se, por exemplo, que a masturbação, que é uma realidade normal e natural como descoberta do corpo e das suas sensações, é vista pela doutrina da Igreja, como se pode comprovar no número 2352 do Catecismo da Igreja Católica, como um ato intrínseca e gravemente desordenado, pois o uso deliberado da faculdade sexual fora das normais relações conjugais contradiz a finalidade da mesma. Considera-se que o prazer sexual é aí procurado fora da relação sexual que num contexto do amor verdadeiro realiza o sentido integral da doação mútua e da procriação humana.

A percentagem de alunos que concorda com a opinião da Igreja Católica sobre a vivência da Sexualidade diminui à medida que se tornam mais velhos. Há uma opinião muito desfavorável em relação aos posicionamentos doutrinários da Igreja institucional a quem acusam de conservadora e retrógrada e de não se adaptar ao Homem de hoje e aos tempos hodiernos.

Num estudo realizado em três escolas oficiais da área do Grande Porto, num total de 1519 alunos do 3º ciclo e Ensino Secundário, a religião não aparece como uma variável que influencia o comportamento em relação à sexualidade, não sendo o ter religião e ser praticante um fator protetor ou limitativo relativo ao início precoce da atividade sexual (Ribeiro, 2006).

Para a generalidade dos alunos, a sexualidade é ainda tratada pela Igreja como um tabu e como uma realidade menos digna e positiva. A Igreja precisa de reconciliar-se com o ser humano de hoje e com as suas realidades mais significativas. Ainda que apresente ideais louváveis, a Igreja deve perceber bem melhor o mundo, a ciência, o corpo e a sexualidade.

A maior parte dos alunos assume que a doutrina sexual do Cristianismo não os influencia na vivência da sua sexualidade e reconhecem que os valores do Cristianismo não são tidos em conta quando têm que tomar decisões de natureza sexual. As convicções religiosas dos alunos não pesam significativamente nas suas decisões sexuais, separando crenças e convicções espirituais e realidade da vida concreta.

Tal fato constata-se ainda em questões práticas e concretas como a discordância face ao posicionamento desfavorável da Igreja diante do uso dos contraceptivos e em relação à restrição de relações sexuais apenas no âmbito do casamento. A totalidade dos alunos das três turmas discorda ou discorda totalmente do posicionamento da Igreja Católica face ao uso do preservativo e a maioria dos alunos insurge-se contra a inconveniência ou proibição de relações sexuais antes da realização do contrato matrimonial.

Efetivamente, a Igreja defende a inaceitabilidade moral da contracepção já que o relacionamento sexual deve acontecer no contexto conjugal e a fecundidade é um dom e uma finalidade do matrimônio, pois o amor conjugal tende naturalmente a ser fecundo. Claro que a Igreja não pretende ser impopular e levemente fazer proibições para prejudicar as pessoas.

Sendo uma instituição com mais de dois mil anos e conhecendo bem a humanidade e os seus dramas, sabe o quão mal faz uma vivência sexual sem regras e com valores circunscritos ao rápido consumo. Contudo, há uma necessidade de ter em consideração também a dimensão profilática de alguns métodos contraceptivos, nomeadamente na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, mesmo dentro do próprio matrimônio.

Por outro lado, importa refletir na possibilidade real da gravidez na adolescência, em sequência da ausência do uso de métodos contraceptivos. Uma gravidez na adolescência, além de comprometer a saúde da própria adolescente e do seu futuro filho, implica diversas alterações a nível familiar, psicológico, económico, laboral e social, com a

agravante da maior parte das jovens mães não terem capacidade emocional e financeira para cuidarem dos filhos.

A adolescente, que deixando de ser criança, ainda não é adulta, e de repente passa a ser mãe, é confrontada com uma perspectiva futura em que terá de lidar com tarefas adultas para as quais não se sente psicológica e socialmente preparada.

Aliás, a opinião destes participantes face ao posicionamento desfavorável da Igreja Católica em relação ao uso de preservativo pode ser explicado pela influência que as constantes campanhas preventivas contra a SIDA e demais doenças venéreas e infecções sexualmente transmissíveis, apelando ao uso do preservativo como meio profilático de elevada eficácia, têm nas tomadas de decisão relativas às suas práticas sexuais e opiniões sobre a contraceção.

Por outro lado, não podemos esquecer que estes adolescentes têm acesso a outros valores e opiniões através da informação que vão obtendo em contexto escolar (curricular, mesmo) e mediático sobre o uso do preservativo como forma de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e evitamento de gravidez indesejada.

Efetivamente, muitas pessoas pensam que, hoje em dia, o único sexo errado é o sexo inseguro, ou seja, o sexo em que pode ser transmitida uma doença, ou o sexo irresponsável, ou seja, que pode resultar numa criança não desejada. Isto está relacionado com uma revolução sexual e com o desenvolvimento dos contraceptivos. Todos estes valores influenciam a construção da hierarquia de valores dos adolescentes e as suas opiniões relativamente a diversos aspectos associados à sexualidade, nomeadamente, o uso de preservativos.

Deste modo, verificamos que, mesmo professando a fé católica, os adolescentes integram na construção da sua identidade outras crenças e valores preconizados no âmbito dos diversos contextos culturais onde se integram.

Relativamente ao início das relações sexuais antes do matrimónio, também se verificou que a opinião dos participantes era maioritariamente de discordância face à posição da Igreja Católica.

Também a este propósito, se verifica o imbricar de valores provenientes de outras instituições que não a Igreja nas opiniões e decisões relativas à sexualidade nos adolescentes.

Na verdade, o início mais precoce das relações sexuais pode ser entendido e contextualizado no âmbito de uma sociedade bastante erotizada, nomeadamente nos meios de comunicação social, com a proliferação evidente de conteúdos e estímulos sexuais. Cabral e Pais (2003) referem que são os jovens que atribuem menos importância à religião os que se mostram mais hedonistas, enquanto os que valorizam a religião tendem a valorizar também o amor.

No entanto, no juízo moral, o critério não pode ser a identificação do natural com a bondade e o artificial associado à maldade. Não se pode

pensar que apenas pode ser julgado como bom, normal e adequado aquilo que é visto como natural, e mau, anormal e inadequado o que é considerado como artificial. O importante é a responsabilidade e a dignidade. Porque é que há de ser considerado mal e pecado o relacionamento sexual com alguém por amor e que até pode acontecer com quem se pretende contrair matrimónio católico?

Maior diversidade de opiniões encontrou-se na questão do posicionamento contra a interrupção voluntária da gravidez por parte da Igreja. Não deixa de constituir-se como uma temática sensível e polémica e que não encontra unanimidade nem no posicionamento religioso nem no mundo científico. Os alunos reconhecem a vida humana intrauterina, mas a gravidez deve ser uma decisão consciente e responsável dos pais, admitindo-se o aborto em diversas situações.

A Igreja, no número 2366 do Catecismo da Igreja Católica, toma partido pela vida e defende que todo o ato sexual deve estar aberto à transmissão da vida e não deve impedir deliberadamente a concepção. No entanto, parece um princípio simplista, biologista e mecânico.

Se os adolescentes são, por um lado, confrontados com estes valores preconizados pela Igreja, por outro lado, a sociedade onde se inserem preconiza outras ideias, valores e opiniões: os debates e legislação surgida nos anos anteriores mais imediatos têm também influência nas opções manifestadas por estes participantes, contribuindo com diferentes argumentos para os posicionamentos expressados.

Outro tópico relevante no contexto da discussão sobre a sexualidade é a orientação sexual. A heteronormatividade imperou, mesmo nos meios científicos. A homossexualidade foi durante muitos anos considerada um "desvio da personalidade" aparecendo nos manuais de psiquiatria como doença mental. Atualmente essa ideia está ultrapassada aceitando-se que nem todas as pessoas têm que ter as mesmas opções. A homossexualidade, a heterossexualidade e a bissexualidade são alternativas de desejo sexual e são uma opção individual.

Contudo, a Igreja continua a preconizar atualmente o princípio da heteronormatividade, no âmbito dos seus preceitos no sentido de que uma relação conjugal tem como intenção a fecundidade como fruto do amor das duas pessoas.

Segundo os números 2357 e 2358 do Catecismo da Igreja Católica, a Igreja apoia-se na Sagrada Escritura que a apresenta como depravação grave e na tradição eclesial que sempre declarou que os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados, pois são contrários à lei natural, fecham o ato sexual ao dom da vida e não procedem duma verdadeira complementaridade afetiva sexual.

A homossexualidade não recebe aprovação da Igreja, apesar de afirmar que as pessoas homossexuais devem ser acolhidas com respeito, compaixão e delicadeza e não devendo haver qualquer sinal de

discriminação injusta. Considera que são chamados à castidade aqueles homossexuais que quiserem viver na perfeição cristã.

Não obstante, dentro da própria Igreja, há uma profunda divisão em torno da maior parte das questões de moral sexual. A tentativa de regular o comportamento sexual dos crentes por meio de legislação eclesiástica não tem sucesso.

Também os alunos inquiridos manifestam essa mesma divisão. A maior parte dos alunos não concorda com a oposição da Igreja face ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. A tendência acentua-se à medida que os alunos são mais velhos, que revelam mais compreensão e tolerância para a opção das pessoas homossexuais que desejam casar-se. Na verdade, a natureza humana, com as suas leis naturais, não têm no ser humano um único padrão de comportamento e uma imutável norma de manifestação.

Da opinião dos alunos parece prevalecer a noção assumida de consciência, liberdade, responsabilidade e autonomia na vivência da sexualidade.

Apesar da maioria dos alunos da amostra que se assume católica, é evidente a sua fraca adesão aos cânones da Igreja e a preeminência do valor da liberdade e consciência individual, mesmo e apesar de serem alunos de uma escola com um assumido projeto educativo alicerçado nos valores do cristianismo.

Acreditamos que os números poderiam ser bem mais expressivos no sentido da relativização da religião na vivência pessoal da sexualidade se a amostra fosse de escolas públicas situadas mais a sul de Portugal, onde a influência da Igreja Católica é menor.

No que concerne ao casamento e fecundidade, a maior parte dos alunos manifestaram vontade de casar, apesar de esse desiderato diminuir à medida que os alunos vão crescendo. A experiência de namoro e o conhecimento mais realista da complexidade do amor, e mais maturidade na concepção das relações, pode desmotivar para a oficialização e formalização das relações.

Por outro lado, a ponderação mais vincada sobre uma carreira profissional nos últimos anos do Ensino Secundário pode também contribuir para esta diminuição da intenção de contrair matrimónio.

Estes resultados estão em sintonia com um inquérito realizado por solicitação da Secretaria de Estado da Juventude em 1997 e publicado no ano seguinte, no qual a esmagadora maioria dos jovens portugueses manifestava intenção de casar, independentemente da religiosidade dos inquiridos (Cabral & Pais, 1998).

A maior parte dos alunos manifestou, ainda interesse em contrair casamento religioso. O ritual e as tradições associadas à realização do casamento na Igreja ainda têm muita relevância. No entanto, o número de alunos a expressar essa opinião diminui com o avanço da idade.

No entanto, na sociedade ocidental há cada vez menos casamentos. Muitos jovens decidem viver juntos sem o compromisso do casamento. Trata-se do fenómeno cada vez mais frequente das uniões de fato que compreende um conjunto variado e heterogéneo de relacionamentos sem vínculo formal ou oficial no qual frequentemente reina a fragilidade, a instabilidade e a precariedade (Dias et al., 2002).

O número 2390 do Catecismo da Igreja Católica diz que há uma união livre quando homem e mulher recusam dar forma jurídica e pública a uma ligação que implica intimidade sexual. O casamento pela Igreja exige abertura à fecundidade e a inteira fidelidade dos cônjuges e a indissolubilidade da sua união.

Todavia, muitos casais optam por uma relação de final aberto. O casamento é para muitos uma instituição pouco popular até porque muitos casamentos falham. Por outro lado, a infidelidade está presente em muitos casamentos. A tomada de conhecimento destas realidades por parte dos adolescentes influencia as suas opiniões.

Uma vez mais, a confluência de valores diversos presentes nos diferentes contextos que os alunos têm acesso e participam, bem como, as próprias vivências, experiências e mesmo tomadas de decisão que têm de realizar relativamente a diferentes dimensões das suas vidas, conduz a uma reflexão que integra diversos elementos, para além dos religiosos, podendo-se assim, explicar as respostas obtidas à questão sobre o casamento religioso.

No que respeita a ter filhos, a quase totalidade dos alunos manifestou desejo de ter filhos. Desiderato em concordância com o inquérito referido anteriormente e pedido pela Secretaria de Estado da Juventude em 1997 no qual a esmagadora maioria dos jovens portugueses revelava intenção de ter filhos, em concreto, dois (Cabral & Pais, 1998).

O estudo de Cabral e Pais (1998) concluía que a maioria dos jovens portugueses desejava constituir família com base no amor, assumindo um compromisso estável e dando-lhe expressão social através da sua formalização pública, sob a forma religiosa ou civil. Desejavam ter filhos e repudiavam a hipótese pessoal de realização de um aborto.

No entanto, a tendência no mundo ocidental é para um cada vez menor número de filhos por casal e provavelmente será esta a inclinação da maior parte dos alunos da amostra. A ligação entre sexualidade e maternidade tem sido rompida e a própria fecundidade surge desvinculada, em muitas situações, do casamento tradicional.

Referem Pelino e Marto (1998), que hoje alastra na Europa uma mentalidade anticoncepcionista como expressões do egoísmo e comodismo das pessoas e que se traduz nos evidentes resultados negativos no desenvolvimento demográfico.

Em relação à reprodução artificial, a maioria dos alunos concordou com as possibilidades oferecidas pela ciência, já que é natural e

legítimo que todas as pessoas desejem e lutem por ter filhos, mesmo que por vias não naturais. A adoção é apontada como uma boa alternativa. Há a consciência implícita que o artificial não é contrário à natureza humana nem, conseqüentemente, intrinsecamente imoral. É natural que o Homem corrija e aperfeiçoe a sua natureza pela ciência e a técnica, pondo-a ao seu serviço para a sua felicidade e realização plenas.

Contudo, a posição oficial da Igreja é a da condenação da procriação medicamente assistida. A Igreja rejeita qualquer processo de trazer uma criança à vida que não envolva união sexual entre o casal. Segundo o número 2376 do Catecismo da Igreja Católica, as técnicas que provocam uma dissociação dos pais pela intervenção de uma pessoa estranha ao casal são gravemente desonestas (inseminação e fecundação artificiais heterólogas), pois lesam o direito da criança de nascer dum pai e dum mãe seus conhecidos e unidos entre si pelo casamento. Praticadas no seio do casal, estas técnicas (inseminação e fecundação artificiais homólogas) são menos prejudiciais, mas continuam moralmente inaceitáveis. A Igreja considera, ainda, que a esterilidade física não é um mal absoluto.

Julgamos que é a totalidade da relação e não um ato físico que deve ser o critério ético fundamental. É o amor e não a constituição biológica de um ato que deve constituir-se como fundamento à ética da sexualidade.

Como refere Rodrigues (2003), as tradições submetem-se à reflexão crítica, sendo reinterpretadas, reformuladas, submetidas a uma justificação. Reavaliando-se a tradição religiosa, pode assumir-se os valores do Catolicismo enquanto cristianismo, mas reinterpretando-se as questões referentes à sexualidade, aproximando seus conceitos aos valores da contemporaneidade.

Nesta linha e conhecendo o património identitário da nossa amostra, podemos constatar que se sente uma distância entre as necessidades afetivas de realização pessoal dos alunos no campo da sexualidade e as orientações da Igreja nesse aspecto, que limita tal realização. Os preceitos morais do Catolicismo restringem de alguma forma as experiências de amor e sexualidade na vida prática fazendo com que os seus valores sejam questionados e refletidos e adaptados às suas realidades concretas.

CONCLUSÃO

Com este trabalho "A relevância ética e religiosa para uma Educação Sexual integral" julgamos ter conseguido perceber a pertinência que têm os valores e princípios éticos e religiosos na educação sexual e na vivência prática e concreta da sexualidade na adolescência.

Pela amostra analisada, podemos ver que os adolescentes reconhecem a sexualidade como uma dimensão essencial da vida humana e um vértice fundamental da sua formação integral.

É evidente, a consideração pelos valores éticos e religiosos, por parte dos alunos, na vivência da sua sexualidade. Em questões mais práticas ligadas a decisões, atitudes e comportamentos de natureza sexual, nem sempre aquilo em que se acredita se reflete nos atos concretos, sendo notória a separação e distanciamento entre teoria e praxis e entre ideais e gestos reais. Isto é bem mais evidente no âmbito religioso, onde é notória a significativa relativização que é dada à instituição Igreja e à sua doutrina oficial em termos de moral sexual.

É notória uma relativização das tradições e dos seus valores e costumes, resultado de um processo de reflexão crítica e pessoal radical, que põe à prova os conceitos e princípios de acordo com sua validade social.

No entanto, tal processo não significa a destruição das tradições e instituições, mas uma desconstrução e reformulação dos valores, dando-se uma maior relevância à consciência pessoal, livre e responsável.

A sexualidade humana, com a sua beleza e intranquilidade, continua a ser um imenso, incómodo e multifacetado mistério, não cessando de nos desafiar, interpelar e surpreender na busca e procura da nossa coerência profunda. Mais especificamente, a dimensão do sexo é algo de sublime e não se trata de algo degradante ou desprezível por natureza.

A sexualidade foi sempre um tema central de todas as construções morais da humanidade, coexistindo diferentes atitudes e valores nomeadamente face à sexualidade na adolescência relacionada com diferentes posicionamentos ideológicos, pessoais, religiosos e culturais.

Vista desde uma ética humanista, a educação sexual é um caminho pelo qual o homem e a mulher se elevam, mediante o discernimento, a reflexão, a contemplação e o esforço moral, acima de um património que tem a ver com a hereditariedade biológica.

A educação acontece de forma contínua e paralela ao longo do desenvolvimento da pessoa e este inclui as dimensões da sexualidade. Do ponto de vista antropológico, a educação da sexualidade consiste numa harmonização das diversas dimensões do ser humano. Este aspecto é de grande importância se queremos relevar os pressupostos de uma educação personalista.

A educação ética para a sexualidade integra a sexualidade na globalidade da construção da personalidade. Separar a vivência sexual das outras componentes da vida afetiva e relacional não ajuda à formação da unidade existencial do ser humano. É fundamental uma certa ascese espiritual como meio de atingir uma vivência afetiva e sexual mais humana, mais feliz e com mais sentido.

Educar não significa somente reprimir, mas mostrar, positivamente, o caminho da felicidade. A ascese que toda a educação pressupõe e a educação sexual exige, encontra o seu sentido na

superação do egoísmo e da maldade, aceitando a existência e dignidade do outro e reconhecendo que essa é a possibilidade da vida verdadeiramente humana.

Poderíamos dizer que a pessoa deveria viver de modo que todos os seus gestos e atitudes fossem expressão do seu gosto de estar com os outros e do seu respeito por eles enquanto pessoas. A pessoa deveria agir de tal modo que as suas manifestações afetivas nunca fossem uma procura egoísta de si mesmo mediante a instrumentalização do outro, mas uma comunhão de vida, na partilha do que se é, sente, pensa e tem.

A relevância da dimensão afetiva e da dignidade humana é o grande denominador comum entre a sexualidade, a ética e a religião. A sexualidade é uma realidade bioética com interpelações transcendentais e a ética cristã pode constituir-se como um horizonte de reflexão importante para a Educação Sexual. Os valores éticos e religiosos oferecem um sentido de humanidade, dignidade e plenitude para uma Educação Sexual integral.

Contudo, e pela análise dos resultados efetuada, é necessário tornar mais explícita esta relação.

Julgamos, por fim, que existem algumas limitações inerentes a esta investigação, nomeadamente, poderíamos ter verificado as diferenças entre as respostas dos alunos crentes praticantes, não praticantes e não crentes. Por outro lado, teria sido interessante verificar se existe uma relação entre as opiniões face à posição da Igreja Católica e a iniciação à vida sexual. Não enveredamos por este caminho, pois, sendo os alunos menores de idade, poderia suscitar desagrado e mal-estar nos seus Encarregados de Educação, contudo, reconhecemos que era uma informação que podia ser relevante, deixando a sugestão para uma futura investigação.

Consideramos ainda que o fato do inquérito por questionário ter sido administrado apenas a 3 turmas do Ensino Secundário é limitativo em termos da potencialidade de generalização à população dos resultados aqui obtidos. Além disso, como a nossa amostra dizia respeito a um grupo de alunos de uma escola que, apesar de não pertencer à Igreja Católica, assume um projeto educativo que privilegia a educação nos e para os valores essenciais do humanismo e do cristianismo, fica sempre a curiosidade e dúvida de saber até que ponto os resultados seriam diferentes se o Inquérito se realizasse em escolas públicas, nomeadamente, de meios onde a influência religiosa é menor. Seria interessante realizar um estudo nesta área temática em escolas com outras características distintas à que serviu de base à nossa reflexão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. (2006). **História da Filosofia – Volume I**. Lisboa: Presença.

- SANTO AGOSTINHO (2010). **Confissões**. Oeiras: Livraria Apostolado da Imprensa.
- Archer, L. (2011). **Novos desafios à Bioética**. Porto: Porto Editora.
- BENTO XVI (2006). **Carta Encíclica "Deus é amor"**. Prior Velho: Paulinas Editora.
- Bíblia Sagrada**. (2002). 4ª ed. Lisboa: Difusora Bíblica.
- CABRAL, M.; PAIS, J. (1998). **Jovens portugueses de Hoje**. Oeiras: Celta.
- Catecismo da Igreja Católica**. (2005). 3ª ed. Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- Concílio Ecuménico Vaticano II**. (1987). 11ª ed. Braga: Editorial A.O.
- CORTESÃO, I.; Silva, M.A.; Torres, M.A. (2005). **Educação para uma sexualidade humanizada: Guia para professores e pais**. 2ªed. Porto: Edições Afrontamento.
- COUTO, A. (2002). **Como uma dádiva. Caminhos de Antropologia Bíblica**. Lisboa: Universidade Católica.
- DIAS, A. Et al. (2002). **Educação da Sexualidade no dia a dia da prática educativa**. 1ª ed. Braga: Casa do Professor.
- FERNANDES, E. (1990) **Psicologia da Adolescência e da relação educativa**. Porto: Asa.
- FRADE, A. (Coord.) (2003). **Educação Sexual na Escola – Guia para Professores, Formadores e Educadores**. 5ª ed. Lisboa: Texto Editora.
- FOUCAULT, M. (1994). **História da Sexualidade – II – O uso dos Prazeres**. Lisboa: Relógio D'Água.
- FOUCAULT, M. (1994). **História da Sexualidade – III – O cuidado de si**. Lisboa: Relógio D'Água.
- GONZÁLEZ-CARVAJAL, L. (2000). **Ideas y creencias del hombre actual**. 5ª ed. Santander: Editorial Sal Terrae.
- LUCAS, R. (2001). **Antropologia y problemas bioéticos**. 1º ed. Madrid: BAC.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE. (2000). **Educação Sexual em Meio Escolar – Linhas Orientadoras**. Lisboa: 1ª ed. Lisboa: Edição dos Ministérios da Educação e da Saúde.
- OLIVEIRA DA SILVA, M. (2008). **A sexualidade, a Igreja e a Bioética – 40 anos de Humanae Vitae**. 1ª ed. Eigal: Caminho.
- PAIVA, J.; PAIVA, J. (2002). **Sexualidade e Afetos – Para pais, professores e educadores**. Lisboa: Plátano Editora.
- PELINO, M.; MARTO, A. (1998). **Caminho para a Vida – Catequese para o Povo de Deus**. Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã.
- PETROSILLO, P. (1996). **O Cristianismo de A a Z – Dicionário da fé cristã**. Lisboa: São Paulo.

- PIKASA, X. (1993). **Antropologia bíblica, Del árbol del juicio al sepulcro de pascua.** Salamanca: Ediciones Sígueme.
- RIBEIRO, T. (2006). **Educação da Sexualidade na Escola – Um treino de competências.** Braga: Casa do Professor.
- REDFORD, J. (2001). **Sexo – O que ensina a Igreja Católica.** Apelação: Paulus.
- RODRIGUES, C. (2003). **Católicas e Femininas: Identidade Religiosa e Sexualidade de Mulheres Católicas Modernas.** S. Paulo: REVER – **Revista de Estudos de Religião.**
- ROJAS, E. (1994). **O homem light - uma vida sem valores.** Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- RUNES, D. (1990). **Dicionário de Filosofia.** Lisboa: Presença.
- SAINT-EXUPÉRY, A. (1987). *O Príncipezinho*. 10ª ed. Lisboa: Caravela.
- SAMPAIO, D. (2006). **Inventem-se novos pais.** 16ª ed. Lisboa: Caminho.
- SANTOS, A.C.; Ogando, C.; Camacho, H. (2001). **Adolescendo - Educação da Sexualidade na Escola: da teoria à prática.** Lisboa: Didáctica.
- SAVATER, F. (2010). **Ética para um jovem.** Alfragide: Dom Quixote.
- SIERRA, A. (2002). **Antropología teológica fundamental.** Madrid: Biblioteca de autores cristianos.
- VAZ, J. M.; Vilar, D.; Cardoso, S. (1996). **Educação Sexual na escola.** Lisboa: Universidade Aberta.

DOCUMENTOS LEGISLATIVOS

- LEI n.º 60/2009 de 06 de Agosto. **D.R. I Série.** N.º 151 (09-08-06), p. 5097-5098.
- PORTARIA nº196-A/2010 de 09 de Abril. **D.R. I Série.** Nº 69 (10-04-09), p. 1163-1167.

INTERNET

- www.agencia.ecclesia.pt (consultado em 22 de Abril, 21 horas)
- www.pucsp.br/rever (consultado em 06 de Julho de 2010, 11 horas)
- www.zenit.org (consultado em 22 de Abril de 2010, 19h30)

Associação Brasileira de Editores Científicos

